

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



A mobilidade das elites transnacionais: O caso dos angolanos em Lisboa

Igor Ricardo Nascimento Teixeira

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Jennifer McGarrigle

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e território

2022

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



A mobilidade das elites transnacionais: O caso dos angolanos em Lisboa

Igor Ricardo Nascimento Teixeira

Dissertação de Mestrado orientada
pela Prof.^a Doutora Jennifer McGarrigle

Júri:

Presidente: Professora Doutora Alina Isabel Pereira Esteves do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Asaf Augusto do Politische Geographie na Universität Bayreuth
- Doutor Franz Gustav Buhr do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
- Doutora Jennifer Leigh McGarrigle Montezuma de Carvalho do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

2022

CONTEÚDO

ACRONIMOS	8
AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	10
CAPÍTULO I - Introdução	11
1. O contexto da investigação	12
2. A questão de partida	13
3. Organização da tese	14
CAPÍTULO II – Enquadramento teórico.....	15
2.1. Migração – desenvolvimento das teorias de migração	16
2.1.1. Drivers da migração	17
2.2. Formas alternativas de pensar a migração	20
2.3. Migração de estilo de vida	20
2.3.1. O estilo de vida na migração	21
2.3.2. Fatores económicos na migração de estilo de vida	22
2.4. Mobilidade privilegiada	23
2.4.1. A importância da mobilidade privilegiada nos estudos da migração	23
2.4.2. As consequências da mobilidade privilegiada	24
2.4.2.1 Novos destinos dos migrantes de estilo de vida	25
2.4.3. Raça e migração	28
2.4.3.1. Racialização da migração	29
2.4.3.2. Naturalidade e pertença	29
2.5. Transnacionalismo e vivências transnacionais	30
2.5.1. Temporalidades da vivência transnacional	31

2.5.2. Dimensões da vivência transnacional	32
2.5.3. Economia da vivência transnacional	33
CAPÍTULO III – Contexto de Pesquisa e Metodologia	344
3.1. Sistema migratório lusófono: A migração angolana para Portugal	355
3.1.1. Evolução do sistema migratório lusófono	36
3.1.2. População estrangeira com estatuto de residente	36
3.2. Migrantes angolanos em Portugal.....	37
3.2.1. Evolução recente da migração	37
3.2.2. Aumento na diferença entre o número de homens e mulheres na população angolana em Portugal	38
3.2.3. Distribuição	39
3.2.4. Concessão de título de residência	40
3.2.5. Os motivos mais relevantes na concessão de novos títulos de residência à imigrantes angolanos	41
3.2.6. Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses	43
3.2.7. Posição de Angola entre os países do sistema migratório lusófono	43
3.2.8. Aquisição da nacionalidade portuguesa.....	44
3.3. Metodologia	466
CAPÍTULO IV – Resultados	49
4.1. A Amostra: Quem são os angolanos em Portugal que escolhem o modo de vivência transnacional, porque o fazem, e qual a sua mobilidade?	50
4.1.1. Características sociais, origem e situação legal em Portugal	50
4.1.2. Habilitações e situação profissional	51
4.2. Drivers da mobilidade: perspetiva da origem	53
4.2.1. Drivers de predisposição	54
4.2.2. Drivers imediatos	57

4.2.3. Drivers precipitantes	57
4.2.4. Drivers de mediação	58
4.3. Drivers da mobilidade: perspectiva do destino	60
4.3.1. Drivers de predisposição	60
4.3.2. Drivers imediatos	61
4.3.2. Drivers de mediação	64
CAPÍTULO V - Discussão.....	66
5.1. Migração de estilo de vida	67
5.2. Mobilidade privilegiada	69
5.3. Economia da vivência transnacional	71
5.3.1. Meios de vida	72
5.3.2. Habitação	72
5.3.3. Mobilidade	73
5.3.4. Proteção Social	74
5.3.5. Agenciamento	74
5.4. Dimensões da vivência transnacional	75
5.4.1. Integração Social	75
5.4.2. Organização Social	78
5.4.3. Complementaridade	81
5.4.4. Equilíbrio	82
5.4.5. Ritmo	83
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	94

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Evolução da migração de angolanos em Portugal, 2010 – 2020	39
Gráfico 3.2 - Motivação na concessão de títulos de residência, 2019	42
Gráfico 3.3 - Motivação na concessão de títulos de residência, 2020	42
Gráfico 4.1 – Idade da população em estudo por faixa etária	50
Gráfico 4.2 – Situação legal em Portugal	51
Gráfico 4.3 – Motivos para a mobilidade	54
Gráfico 5.1 – Informação pesquisada antes de se instalar em Portugal	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 – Total de angolanos residentes em Portugal e Lisboa, por sexo, 2010 – 2020	38
Tabela 3.2 – Variação da população angolana residente em Portugal e Lisboa, 2010 – 2020	40
Tabela 3.3 – Concessão de títulos de residência à angolanos, 2015 – 2020	41
Tabela 3.4 – Vistos concedidos à angolanos nos postos consulares portugueses, por sexo, 2020	43
Tabela 3.5 – Vistos concedidos nos postos consulares portugueses, por nacionalidade, 2020	44
Tabela 3.6 – Aquisição da nacionalidade portuguesa por angolanos residentes em Portugal, 2015 – 2020	45
Tabela 3.7 – Aquisição da nacionalidade portuguesa por angolanos residentes no estrangeiro, 2015 - 2020	45
Tabela 4.1 – Grau académico completo	52
Tabela 4.2 – Principais áreas de formação profissional	52
Tabela A – Características sociodemográficas dos indivíduos da amostra	48
Tabela B – Estrutura concetual para entender as economias da vivência transnacional	71

ACRONIMOS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CR – Certificado de Residência

DC – Dupla Cidadania

H – Homens

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

M – Mulheres

NC – Não confirmado

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF – Serviços de Migração e Fronteiras

TR -Autorização ou Cartão de Residência

VLD – Visto de Longa Duração

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um marco importante no meu percurso de vida, no investimento que fiz na minha formação acadêmica. Concluí-lo é um feito que considero especial, particularmente devido altos e baixos que marcaram a minha vida nestes últimos 8 anos. Ingressar no ensino universitário era algo a que não dei importância durante certa fase do meu desenvolvimento e início da vida adulta, fase em que dava prioridade a outros assuntos que ainda considero importante.

No entanto, a minha vida mudou. Entre tropeços e trambolhões, contratemplos e imprevistos, numa fase em que precisei me aguentar emocional, psicológica e espiritualmente, entrei na Universidade de Lisboa. Foi o interesse em coisas como jogos de estratégias de computador, em que se tem de gerir pessoas, recursos e territórios, que me fez dar esse passo. Foi o gosto pela Geografia.

Não posso dizer que o meu percurso no ensino superior tem sido fácil. Como adulto, tenho de estudar enquanto trabalho, e o trabalho, sendo o meio de prover o meu sustento, sempre exigiu que me dividisse entre duas atividades consumidoras de tempo e energia. Foi por causa do trabalho que tive de fazer uma pausa (também por falta de aconselhamento adequado sobre as consequências de o fazer), pausa esta que me custou dois anos letivos. Apesar de tudo, fico feliz por chegar até aqui. Fico feliz porque continuei, porque carreguei comigo o desânimo, a desilusão, a preguiça, frustração, dúvida e incerteza. Mas cheguei aqui.

Agradeço todo o apoio que recebi, direto e indireto. Agradeço a todos que contribuíram com os relatos das suas experiências e vidas. Todos que mostraram estar disponíveis, mesmo que por 10 minutos.

Um Obrigado especial à minha orientadora, que me orientou e corrigiu. Obrigado pelo ritmo de trabalho, obrigado pelo acompanhamento. Não poderia pedir mais.

Agradeço à minha mãe por procurar ajudar sempre que mostrei que precisava de ajuda. Obrigado pelo interesse que mostraste.

Obrigado a quem foi e a quem ficou do meu lado. Acima de tudo, Obrigado Àquele que me ajuda a levantar. Aquele que me apoia apesar da minha teimosia, apesar de eu ter me afastado.

RESUMO

Este trabalho investigou a migração de angolanos privilegiados ou de classe profissional alta na Área Metropolitana de Lisboa para averiguar a mobilidade deles, e as estratégias que aplicam na sua migração, com a finalidade de contribuir nos estudos da migração do Sul Global para o Norte Global.

Este fenómeno social foi explorado em profundidade através do método qualitativo na forma de entrevistas semiestruturadas de forma a compreender as diferentes experiências de migração destes angolanos.

Foi possível constatar que se encontram na AML angolanos com elevada mobilidade e que transitam com frequência entre Angola e Portugal. São angolanos com qualificações elevadas, estatuto profissional elevado e alto poder económico. São pessoas originários sobretudo de Luanda, onde trabalham e residem. A sua condição de vida em Angola é boa, com elevado conforto material. Eles gozam de condições e conforto materiais bem acima do da grande maioria dos angolanos.

Estes angolanos são visitantes habituais de Portugal, muitos deles com habitação própria na AML. Eles adotam a vivência transnacional, um estilo de vida alternativo a migração, lhes permita viver em Angola e em Portugal. A mobilidade destes angolanos é elevada, devido ao estatuto legal em Portugal, em particular a dupla cidadania, e o seu capital económico superior devido aos seus rendimentos, lhes proporciona a *oportunidade de investir* fora de Angola.

Os motivos da mobilidade destes indivíduos são similares aos apontados na migração de estilo de vida, em que é valorizado o estilo de vida, observado no sentido ou significado que atribuem as atividades que praticam, normalmente voltados ao enriquecimento cultural, experiências e memórias, à qualidade e alegria na vida familiar, à segurança, lazer e entretenimento.

Embora os novos conceitos da migração estejam associados as migrações do Norte Global, a migração destes angolanos mostra que os mesmos motivos e estratégias de migração também se aplicam em certas migrações do Sul Global.

CAPÍTULO I - Introdução

1. O contexto de investigação

Angola e Portugal têm uma forte ligação histórica e cultural fruto da sua herança colonial. Muitos angolanos migraram para Portugal nas últimas décadas, e um número significativo de portugueses reside e trabalha em Angola, conforme apontado no estudo sobre a evolução do sistema lusófono e as alterações nos padrões de migração de, e para Portugal, de Marques e Góis (2011). Houve um aumento nas deslocações entre Angola e Portugal devido a aproximação na relação entre os dois países, e um reforço da parceria económica. Apesar disso, a literatura incidiu predominantemente sobre a nova migração de portugueses para Angola no rescaldo da última crise financeira global após 2008. O dinamismo e crescimento da economia contribuíram para atrair portugueses e investimento português, fazendo com que Angola fosse o quarto destino mais atraente para os portugueses em 2015 (Candeias *et al.*, 2019). Numa perspetiva pós-colonial, a emigração de portugueses para Angola se enquadra numa migração motivada por trabalho, comum nos movimentos Norte Global – Sul Global. Assim, existe uma lacuna na literatura sobre a migração na direção oposta que carece de estudo.

Dados estatísticos do SEF mostram como a comunidade angolana em Portugal teve ao longo dos anos uma representatividade significativa na população imigrante no país, tendo sido o 10º maior grupo em 2020. Historicamente, a importância dos imigrantes angolanos em Portugal não se deve apenas ao seu número, mas sobretudo as suas características, uma vez que se trata de uma população jovem, ativa e equilibrada, no que toca ao número de homens e mulheres. Apesar do já mencionado aumento na migração entre Portugal e Angola, a análise do stock de angolanos em Portugal entre 1999 e 2020 mostra uma clara redução entre 2010 e 2017. Este acontecimento, demonstrado pelos dados oficiais, foi também perceptível na observação direta da própria comunidade angolana, visto que muitos deixaram Portugal depois de vários anos de residência no país. Os mesmos dados do SEF mostram um reforço do stock de angolanos em Portugal desde 2018 devido à aumento na migração de angolanos para Portugal. A atual situação económica e social em Angola tem levado muitos angolanos a deixar o país em busca de melhores condições de vida, como ocorrido anteriormente durante os primeiros anos da migração. No entanto, e ao mesmo tempo, existem outros angolanos que se deslocam com frequência entre os dois países. O percurso desses angolanos é pouco contado apesar do seu impacto social, e papel na transformação das sociedades e economias. São angolanos com elevadas qualificações e alto poder económico, visitantes habituais de Lisboa, muitos deles com habitação própria na Área Metropolitana de Lisboa. Com a exceção da investigação sobre os migrantes africanos altamente qualificados relacionada com a fuga dos cérebros (Storr, 2017), a migração das elites e grupos privilegiados entre o Sul Global e o Norte Global é pouco estudada. As estratégias de mobilidade que têm, suas estratégias económicas e práticas transnacionais são pouco exploradas. Neste sentido, é importante ter em mente como a globalização da economia, incentivada pelos avanços nas tecnologias de transporte, comunicação e informação, levou a que migrantes vivam entre diferentes culturas. O aumento das interações interculturais, nas

culturas de origem e recetoras, derivadas da migração transnacional, tem influência na cidadania, identidade e lealdade dos migrantes, com consequências sociais (Storr, 2017).

2. A questão de partida

O objetivo final deste trabalho é contribuir para os estudos da migração do Sul Global para o Norte Global. A parte central desse objetivo envolve investigar a presença da classe média e de indivíduos privilegiados angolanos na AML, e como levam uma vivência transnacional como alternativa a migração. Envolve também averiguar se, dentre os angolanos que chegam à Portugal, existem aqueles que procuram manter um estilo de vida que lhes permita viver em Angola e Portugal (e/ou outros países) ao mesmo tempo. Serão pessoas que procuram estilos de vida alternativos a migração porque querem ter a mobilidade para se deslocar entre fronteiras múltiplas vezes, ou têm a necessidade de o fazer pelos mais diversos motivos (motivos sociais, económicos e outros), sem ter de fixar residência permanente (a tempo inteiro) em um único país. Alguns destes angolanos podem já ter cidadania portuguesa, fruto da mistura entre colonos portugueses e nativos angolanos, e do direito herdado de seus pais. A cidadania portuguesa pode ser um fator potenciador à mobilidade.

Outros objetivos específicos são:

1. Averiguar quem escolhe viver em mais de um país, e por que razão, em oposição a migração ou a mudança de residência habitual de forma permanente.
2. Conhecer as características sociais desses migrantes angolanos e a sua incorporação em Lisboa (estratégias económicas, práticas transnacionais, habitação/escolhas residenciais), a partir de referências à trabalhos similares realizados sobre a migração do Sul Global para o Norte Global.
3. Analisar as esferas relacionadas a economia na vivência transnacional: meios de subsistência, habitação, mobilidade, assuntos/estatutos legais e contratação de serviços (agenciamento), seguindo o modelo do trabalho realizado por Erdal e Carling (2020), sobre economia da vivência transnacional.
4. Explora as dimensões da vivência transnacional (integração social, organização social, complementaridade, equilíbrio e ritmo), conforme apresentados por Carling *et al.*, (2021).

Para alcançar os objetivos, este estudo aplicou uma metodologia sobretudo qualitativa baseada em entrevistas. Este método de investigação é o mais adequado porque permitiu explorar este fenómeno social em profundidade e

compreender as diferentes experiências de migração, e os contextos em que elas ocorrem. Esta metodologia ajuda a interpretar fenómenos que não podem ser medidos quantitativamente.

Durante muito tempo, os estudos das migrações incidiram sobre as diferentes deslocações entre países ocidentais do Norte Global, e recentemente nas deslocações de países desenvolvidos do Norte Global para países em desenvolvimento do Sul Global, deslocações com motivações diferentes daquelas das migrações laborais. Embora existam muitos estudos sobre migração económica ou laboral, a migração de grupos privilegiados do Sul Global é menos estudada. Conhecer as características destes angolanos, a sua mobilidade, estilos de vida e práticas transnacionais contribuirá para uma visão alternativa sobre as deslocações do Sul Global para o Norte Global.

3. Organização da tese

Encontrar angolanos privilegiados e de classe média em Lisboa, e analisar a sua vivência transnacional como alternativa a migração, é o objetivo deste trabalho. As diferentes etapas da tese contribuem para alcançar este objetivo. O capítulo 2 aborda o desenvolvimento das teorias de migração. No mesmo capítulo são apresentados os *drivers* da migração e novas formas de pensar a migração, que inclui conceitos como a migração de estilo de vida, a mobilidade privilegiada, e transnacionalismo e vivência transnacional.

O capítulo 3 explica o contexto de pesquisa e as escolhas para a metodologia. Este capítulo apresenta também o sistema migratório lusófono e sua evolução, e a migração de angolanos em Portugal. O capítulo 4 analisa os resultados do trabalho de campo e introduz as características dos angolanos em estudo, a sua origem em Angola e situação legal em Portugal, e ainda os *drivers* da sua mobilidade. O capítulo 5 discute a vivência destes angolanos e suas estratégias transnacionais. No final do trabalho são apresentadas as conclusões e considerados os contributos deste trabalho.

CAPÍTULO II – Enquadramento teórico

2.1. Migração – desenvolvimento das teorias de migração

Nos últimos séculos, o interesse no estudo das migrações tem aumentado e diferentes abordagens e métodos de estudo têm sido aplicados de forma a entender não apenas os fluxos, intensidades e duração das migrações, mas também as motivações. As migrações são processos complexos e desafiantes de estudar devido aos muitos fatores e condições que rodeiam cada caso particular, e que marcam os diferentes tipos de migração. As teorias de migração ajudam a entender as circunstâncias e eventos da migração, e as relações entre os mesmos. Esse entendimento, tal como em outras teorias, é alcançado por meio dos conceitos e ideias apresentados em quadros gerais que vão além dos casos particulares (Graham, 2000). Diversas teorias foram apresentadas e desenvolvidas ao longo do tempo de acordo com o contexto em que se davam as migrações. As teorias sobre migração são importantes nos estudos sociais e nos processos de tomada de decisão de governantes que procuram gerir ou controlar os fluxos migratórios (Massey et al., 1993).

Algumas das primeiras teorias de migração, como as *Leis da migração* de Ravenstein (1889), consideravam as leis de atração e de repulsão ao estudar as migrações de áreas agrícolas para grandes centros comerciais e industriais, no século XIX, em países do Reino Unido, num contexto de urbanização. Esta teoria já considerava as causas da migração como sendo de origem económica e reconhecia o desenvolvimento dos transportes, indústria e comércio como impulsionadores das deslocações. Teorias clássicas subsequentes, como o *modelo de atração-repulsão* de Lee (1966) partiram desse princípio de atração e repulsão com base nas diferenças salariais entre locais de origem e de destino, e incluíram nas suas análises a variação da reação dos indivíduos às forças de atração e repulsão segundo as diferentes características pessoais (King, 2012).

Teorias mais recentes, teorias neoclássicas, tentam explicar a migração a partir de uma abordagem económica em diferentes níveis: o nível micro, onde se considera que o indivíduo, como agente, avalia os riscos, custos e ganhos potenciais da migração, e toma a decisão de migrar com base no que é mais vantajoso; e o nível macro, que coloca o mercado de trabalho como central na causa da migração internacional de trabalhadores, e realça as diferenças entre mercados de trabalho de alta e baixa qualificação. Ainda dentro das abordagens económicas encontramos teorias que explicam que as deslocações internacionais são resultado do crescimento do mercado capitalista nos países mais desenvolvidos, e que estes países atraem deslocações de outras regiões menos desenvolvidas. É exemplo a Teoria do Sistema-mundo de Wallerstein (1974). Contudo, fatores económicos, como a diferença de rendimentos entre países e regiões do mundo, não explicam os diferentes tipos de migração (Massey et al., 1993; Castles, 2010).

O período final do século XX ficou marcado pelo surgimento de novas teorias que abordaram a questão da continuidade dos processos de migração dentro dos estudos das migrações. O foco das teorias deixou de ser apenas

sobre a motivação das migrações, e passou a ser também sobre os fatores ou elementos que sustentam a migração e fazem com que dure. Teorias como a *Teoria da rede* explicam como as redes e laços existentes ajudam a diminuir os custos e riscos da migração e integração, enquanto outras teorias mostram como ao longo do tempo, e com o continuar das migrações, são criadas condições que sustentam e impulsionam novas deslocamentos. A Teoria dos Sistemas Migratórios surge neste contexto de entender como as migrações internacionais se perduram. Esta teoria é muito importante porque reconhece a existência de grandes fluxos migratórios entre um conjunto de países ou regiões, no destino e na origem, que estabelecem ligações e relações entre si. Esta teoria é analisada neste estudo na consideração das relações entre os países dentro do Sistema Migratório Lusófono do qual Angola e Portugal fazem parte (King, 2012).

Como vimos até aqui, os estudos sobre as migrações, quando voltados a análise sobre o despontar e continuação da migração, tendem formalmente a focar-se nas diferenças de condições entre os locais de origem e de destino. Esta abordagem tem muitas das suas aspirações no modelo de atração-repulsão, que coloca ênfase particular nos fatores econômicos. Não é de admirar por isso que a pobreza tenha sido considerada um motivo-chave para a migração. No entanto, sucede que na maioria das vezes, aqueles que são realmente pobres não dispõem dos recursos necessários para sair do seu país de origem e migrar, e não se enquadram em muitas das diferentes formas de migração que existem atualmente.

2.1.1 Drivers da migração

No artigo "Atração-repulsão avançada: reconsideração dos fatores motores da migração" (2018), Van Hear, Bakewell e Long consideram os principais drivers da migração e analisam as diferentes formas em que podem ser estabelecidos, ao alterar diferentes explicações existentes da migração, para criar um quadro conceitual a que chamam de 'Atração-repulsão avançada'. Os autores argumentam que é possível obter um melhor entendimento sobre os fluxos migratórios por distinguir os diferentes drivers da migração - drivers de predisposição, drivers imediatos, drivers de aceleração e drivers mediadores - uma vez que as combinações desses drivers moldam as condições, circunstâncias e ambientes, nos quais as pessoas decidem migrar, ou não.

Segundo Van Hear *et al.*, (2018), na migração, drivers são os fatores ativos motivadores da migração, "são elementos na linha de causalidade que movem as pessoas a partir ou a ficar, que vão desde as causas de raiz aos eventos imediatos que acionam a migração". Como fatores ativos mais abrangentes, os drivers incluem os elementos estruturais externos que habilitam e condicionam a agência, ou capacidade de agir dos atores sociais, e que produzem os resultados da migração. Não "são fatores que movem as pessoas a determinado caminho ou direção",

mas sim fatores que “tornam certas decisões, percursos e destinos mais prováveis, e colocando-os ao alcance das capacidades das pessoas”. As causas de raiz da migração (‘root causes’) são as “condições políticas e sociais que despontam a partida” (Van Hear *et al.*, 2018).

A migração é um processo, e, como tal resulta, da ação combinada de estruturas sociais e da capacidade de agir do indivíduo. Embora as pessoas como agentes tenham liberdade de escolha, e poder de decisão no nível micro, devemos ter em mente que essa liberdade de ação é influenciada no nível macro pelo ambiente social em que a ação é tomada; pois, a agência envolve a capacidade das pessoas de tomar as suas aspirações e torná-las em posições diferentes no mundo social e geográfico. Dessa forma, e conforme demonstrado pelos autores, a agência é “habilitada e restrita pelas condições estruturantes que estão além da esfera das relações sociais de qualquer indivíduo” (Van Hear *et al.*, 2018: 930), embora, de facto, essas condições estruturantes possam incluir qualidades do próprio indivíduo no momento da tomada de decisão de agir. Tais qualidades ou atributos incluem o gênero, a raça, idade e nível de educação.

Para conseguir identificar os drivers na migração, é importante considerar como, onde e quando eles moldam a migração, ou seja, a escala e o nível da estrutura social, o local e a temporalidade. Partindo do trabalho de Van Hear (1998), no qual o autor chama de “sequências da migração” o resultado da combinação de fatores de predisposição, imediatos, precipitantes e interventivos, Van Hear *et al.*, (2018) entendem que os fatores da migração não são fixos, mas atuam de diversas formas ao impulsionar a migração. Eles definem os seguintes fatores ativos, ou *drivers*:

- **Driver de predisposição** - São drivers que geram os contextos ou os cenários no quais é mais provável que ocorra a migração. Regra geral, resultam das desigualdades entre os países, ou regiões, de origem e de destino. Tais desigualdades ou diferenças podem ser quantitativas, como por exemplo, diferenças econômicas (rendimentos, custo de vida e padrão de vida), e também diferenças políticas, ambientais e geográficas.
- **Driver imediato** - têm impacto mais direto sobre a decisão de migrar, e resultam das diferenças acima apontadas. Podem ser de cariz económico, tais como recessões económicas ou nos negócios, na região de origem, ou de cariz social, como oportunidades de educação na região de destino
- **Driver precipitante** - acionam a partida (a decisão de permanecer ou partir), e costumam estar associados a um ou mais acontecimentos impactantes na região de origem. Tais acontecimentos são, geralmente, visíveis e fáceis de observar, tais como crise financeira, aumento do desemprego, colapso dos serviços sociais, de saúde ou de educação. Podem também ser acontecimento na região de destino, como por exemplo, o abrandamento dos controlos da migração.

- **Driver mediador ou de mediação** - são os mais diversos e juntos compõem a ‘infraestrutura de migração’; variam de acordo com o efeito que têm de habilitar, facilitar, limitar, acelerar ou consolidar a migração, e também a podem reduzir. Dentre os drivers mediadores que facilitam a migração estão fatores importantes como “transportes, comunicação, informação e os recursos necessários para o trajeto e o período de transição”; e dentre aqueles que limitam ou condicionam a migração contam-se a falta de informação e dos recursos necessários a mobilidade.

Além de conhecer os papéis dos diferentes tipos de *drivers* na migração, torna-se útil também entender as dimensões em que atuam, para enriquecer a análise e interpretação dos resultados obtidos no trabalho de campo.

As dimensões de atuação dos *drivers*, conforme intensificados por Van Hear *et al.*, (2018) são:

- **Localidade** - associação mais direta a região de origem ou de destino.
- **Escala** - escala de operação ou influência do *driver*, tanto no espaço (nacional, regional e global), como na sociedade (indivíduo, agregado familiar, comunidade ou a sociedade no todo).
- **Seletividade** - o grupo social que é afetado pelo *driver* de acordo com a gênero, idade, geração, classe social, língua, etnia e outros fatores sociais.
- **Duração** - tempo de ação do *driver* ou de duração do seu efeito, que pode ser de curto prazo, longo prazo ou permanente.
- **Tratabilidade** - *driver* menos enraizados na sociedade e mais suscetíveis às mudanças, ou aqueles que estão incorporados e assimilados na sociedade e são imutáveis.

No seguimento desta investigação, e num capítulo mais adiante, são identificados os drivers, ou fatores motivadores da migração da classe média angolana em Lisboa. O trabalho realizado por estes autores contribuirá para o entendimento de como atuam os diferentes drivers, e a partir dos relatos obtidos nas entrevistas, identificar quais são os drivers de predisposição, os imediatos, os de aceleração e os de mediação da migração transnacional dos angolanos em Lisboa.

2.2. Formas alternativas de pensar a migração

Como referido anteriormente, os estudos sobre as migrações foram marcados por um interesse maior em considerar as diferenças nas condições entre os locais de origem e de destino, particularmente as diferenças económicas, do que em outros fatores, para explicar porque as pessoas migram. Isso fez com que as teorias que se desenvolveram realçassem as deslocações de regiões pobres para regiões ricas por razões económicas, tais como melhor emprego e salários, como no caso das migrações laborais.

Os anos mais recentes trouxeram novas formas de pensar sobre as migrações. Ainda assim, as migrações para países economicamente desenvolvidos, a migração laboral e a crise de refugiados continuam a estar no centro dos estudos e debates sobre migração. Além disso, persiste a intensificação do controle sobre as deslocações para as regiões e países desenvolvidos, que coexiste com uma quase falta de atenção e controle das saídas de países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, o que cria uma visão limitada e parcial sobre a realidade atual das migrações e deslocações, e sobre “quem realmente são os migrantes” (McGarrigle, 2022, p. 169). Hoje entendemos que existem novos tipos de migração sendo que o processo de migração é, reconhecidamente, complexo e diverso. Também entendemos que a migração resulta da ação combinada de estruturas sociais e da capacidade de agir do indivíduo. É necessário repensar os conceitos e quadros analíticos empregados no estudo das migrações, para melhor entender as razões por trás dos diferentes processos de migração e como as pessoas escolhem para onde ir. Isso é de grande valor não apenas para as ciências sociais, mas também para a tomada de decisões políticas.

Alguns dos novos conceitos e métodos de estudo sobre migrações abordam a migração com maior realce às questões como a qualidade de vida, as mobilidades privilegiadas, o transnacionalismo ou manutenção simultânea de laços entre dois ou mais países. Estes conceitos são analisados neste trabalho, visto que contribuem para a responder às questões de investigação, e chegar aos objetivos a que o mesmo se propõe. Além disso, eles contribuem para uma compreensão das desigualdades dos sistemas globais de migração, e um entendimento mais composto das formas de migração (Hayes, 2021; McGarrigle, 2022).

2.3. Migração de estilo de vida

A sociedade moderna sofreu mudanças sociais importantes influenciadas pela globalização. A classe média cresceu em todo o mundo, e aumentou também o número de indivíduos com rendimento líquido elevado, em parte devido a globalização do mercado imobiliário (McGarrigle, 2022; DeVerteuil e Manley, 2017). Um fenómeno que tem sido observado é a migração de países desenvolvidos para destinos menos desenvolvidos economicamente com o fim de

melhorar a qualidade de vida. É neste contexto que se desenvolveu o conceito de Migração de estilo de vida, “uma forma alternativa de pensar sobre determinados tipos de migração, e não uma tentativa de uniformizar categorias distintas, uma lente” através da qual se pode analisar diferentes migrações privilegiadas (Benson e O’Reilly, 2009). Esta abordagem à migração, com ênfase na motivação e no método de migração, contrasta com outras abordagens que partem das características sociais e econômicas de grupos de migrantes.

Benson e O’Reilly (2009) definem migração de estilo de vida como “a migração de indivíduos relativamente ricos, de diferentes idades, que se mudam a tempo parcial ou tempo inteiro, de forma permanente ou temporária, para lugares que, por variadas razões, representam para os migrantes algo amplamente definido como qualidade de vida”. A migração de estilo de vida é marcada por uma construção de identidade e atenção moral sobre como viver, porque os migrantes de estilo de vida escolhem de forma consciente onde e como viver, conforme indicado por Hoey (2005).

Entender os aspectos da migração de estilo de vida é importante devido à complexidade das decisões de migrar e da vida pós-migração, sendo reconhecido que fatores econômicos como rendimento, são indissociáveis da qualidade de vida que permitem. A essência complexa, e problemática, dos diferentes rótulos atribuídos aos migrantes de países economicamente desenvolvidos é outro fator. Estes migrantes são amplamente descritos como elites, privilegiados, de qualificação elevada (*skilled*), ou até mesmo como migrantes transitórios. Migrantes com qualificação elevada são também migrantes econômicos quando a decisão de migrar é fundamentada sobretudo por razões econômicas, da mesma forma que aqueles que fogem da pobreza e da fome têm algumas habilidades e são qualificados.

2.3.1. O estilo de vida na migração

A importância do estilo de vida na migração está em torno da motivação por trás da migração, e está intimamente associada ao privilégio relativo, característico de certos migrantes, que lhes permite colocar questões sobre o estilo ou modo de vida acima de outras questões. (Benson, 2014; Kunz, 2018). Este privilégio relativo proporciona aos migrantes de estilo de vida mais poder de escolha sobre o destino e a duração da migração. Considerar estes fatores permite também entender a complexidade das motivações e experiências dos migrantes.

O estilo de vida também está presente no imaginário dos migrantes e nas projeções que fazem sobre a vida futura que terão nos locais de destino, antes de migrar, e molda o modo de vida que posteriormente adotam após migrar (Benson e O’Reilly, 2009). Este imaginário é influenciado pelas construções sociais, mais ou menos acertadas e

esclarecidas, de espaços e lugares. Para certos indivíduos considerados migrantes de estilo de vida, como no caso de jovens com instrução, a migração movida pela busca de emprego é igualmente motivada pelo desejo de desenvolvimento pessoal e modos de vida mais amplos. Para eles, migrar representa oportunidade de realização, experiências emocionantes, viagens, ampliação de horizontes, liberdade, prestígio, independência, autorrealização e desenvolvimento (King, 2018). Estas aspirações pessoais realçam a sua capacidade de atuar e escolher, e ajudam a entender a migração como ‘um processo contínuo de negociação ou *ajustes* entre a busca económica e aspirações de estilo de vida’ (Benson e O’Reilly, 2016:32).

2.3.2. Fatores económicos na migração de estilo de vida

Migrantes económicos traçam projetos pessoais e dão azos a busca por melhor qualidade de vida e estilo de vida. Da mesma forma, migrantes de estilo de vida têm como relevantes na sua vida motivações e preocupações económicas (Green, 2014; Benson e O’Reilly, 2016). As mudanças de condição económica também afetam migrantes de estilo de vida, e este fato não pode ser menosprezado. Quando escolhem para onde migrar, migrantes de estilo de vida ponderam como aplicar o capital económico e recursos acumulados na origem para facilitar o estilo de vida que pretendem levar no lugar de destino (Hayes, 2015). Em virtude das crises e da variação de condições económicas, devemos pensar os migrantes de estilo de vida como pessoas relativamente ricas e privilegiadas dentro de relações de desigualdade social e espacial (global e local (Croucher, 2012; Kunz, 2018)). Não se trata de pessoas particularmente, ou propriamente ricas ou privilegiadas no país de origem. São de fato pessoas que conseguem movimentar capital, ativos e recursos de formas a possibilitar a realização dos seus almejos por melhor modo de vida no país de destino. Dito de modo simples, o capital que possuem aumenta/valoriza quando migram (Kunz, 2018).

Neste caso, o capital, ou riqueza, é relativo, e a migração é possível, devido a posição histórica que o migrante ocupa na organização global e histórica das relações de poder, definidas pelo colonialismo, desenvolvimento turístico e outras transformações. É importante reconhecer que os privilégios e desigualdades não só estão na base da migração de estilo de vida, como são gerados e sustentados por ela (Benson, 2013). Isto faz alusão clara, ou sugere, que as condições atuais que cada um vive, em todo o mundo, são o resultado direto da herança que temos do passado. Essa herança inclui as relações históricas de poder entre os estados, e a dinâmica dessas relações. Qual é a posição do nosso estado de origem, ou dos estados dos quais somos cidadãos? A nossa herança adquirida, em conjunção com as habilidades que adquirimos, formam os nossos capitais e recursos, que possibilitam certo tipo de mobilidade e inferem nas decisões que tomamos quanto a migração que praticamos.

2.4. Mobilidade privilegiada

Sheila Croucher (2012) analisou as deslocações internacionais de pessoas com certa medida de privilégios, cujas deslocações se devem sobretudo à aspiração por melhorar a sua qualidade de vida. Estes indivíduos se enquadram na ‘classe’ da mobilidade privilegiada, uma classe em crescimento que inclui indivíduos com características diversas como trabalhadores altamente qualificados, investidores, estudantes e pensionistas. Uma vez que estes indivíduos não migram em resultado de dificuldades políticas ou económicas, estudar estas deslocações pode realçar as particularidades e consequências da desigualdade mundial.

Dentre os fatores promotores de qualidade de vida que motivam a migração de mobilidade privilegiada são citados o clima (longas horas de Sol), oportunidades de lazer, habitação a preços baixos, e sociedades hospitaleiras e acolhedoras no país de destino. E, embora migrem para destinos que oferecem melhoria de qualidade de vida, é característica destes migrantes não se deixar assimilar nas sociedades de destino. Eles recorrem à redes e organizações (clubes) para manter laços sociais, culturais e políticos estreitos com o país de origem e seus semelhantes (pessoas com a mesmas características ou com a mesma origem). Apesar dos fatores económicos (baixo custo de vida) que motivam os migrantes privilegiados – como se dá com outros grupos de migrantes que se deslocam e se instalam além-fronteiras – eles raramente são chamados de ‘migrantes’ (McGarrigle, 2022; Kunz, 2020). Estes são chamados de turistas, novos residentes, turistas de longa estadia, turistas residentes, termos que denotam exclusividade e privilégio, principalmente quando notamos a aplicação destes termos para indicar *“alvura ocidental”* e o *“brio da classe média profissional”* (Croucher, 2012: 4).

2.4.1. A importância da mobilidade privilegiada nos estudos da migração

A investigação da migração de estilo de vida tem contribuído para o entendimento da mobilidade privilegiada, para lá da questão da procura por melhor qualidade de vida. Segundo Croucher (2009), o que é de realce na mobilidade privilegiada são a ‘variação na disponibilidade de opções de melhoria de vida, a facilidade com que essas opções podem ser alcançadas, e a atitude implícita a deslocação. É importante entender como o privilégio existe e é perpetuado na abundância de termos usados para descrever a mobilidade privilegiada, uma vez que “no imaginário público e político, ‘imigrantes’ não são ‘brancos’” (Lundström, 2017).

2.4.2. As consequências da mobilidade privilegiada

O impacto da mobilidade privilegiada nos países de origem e de destino é ainda pouco conhecido. As preocupações sobre o impacto económico da mobilidade privilegiada são direcionadas sobretudo aos países de destino, onde são considerados os efeitos sobre o mercado interno de trabalho, quanto ao número de postos de trabalho e nível salarial. Existem indicações de que os migrantes privilegiados não estão a tomar os postos de trabalho dos nativos. Isto pode ser explicado pelas características destes migrantes, visto serem geralmente pensionistas e trabalharem em profissões nas quais os nativos têm pouca qualificação. Também é sugerido que a chegada dos migrantes privilegiados, sobretudo pensionistas e turistas residentes, cria empregos para os nativos e injeta capital na economia local.

No entanto, certo estudo dos migrantes americanos no México mostrou que os migrantes privilegiados dominam o mercado imobiliário, e chegam a deter uma grande percentagem de imóveis no mercado sem que se registem como proprietários. Eles não pagam impostos sobre rendimentos ou alojamento. Também não pagam Segurança Social aos seus empregados domésticos nativos (Croucher, 2007). Além disso, a chegada destes migrantes não cria diversidade de empregos, visto que os empregos por eles gerados são sobretudo em profissões do setor dos serviços, tais como restauração, jardinagem e serviços domésticos. Os salários pagos nestas profissões não acompanham o aumento do custo de vida nas localidades onde os migrantes se instalam.

Questões sobre a integração e assimilação dos migrantes nas sociedades anfitriãs, mostram as consequências culturais da migração na cultura do país de destino. Alguns estudos, como trabalho de O'Reilly (2007) sobre Britânicos a viver em Espanha, contendem que os migrantes privilegiados não se integram e não são assimilados na sociedade de destino devido, sobretudo, à prática comum de manterem redes transnacionais, e viverem apartados da população local em aglomerados étnicos com outros cidadãos estrangeiros. Outro fator cultural importante é a língua local. Gustafson e Cardozo (2017) concluíram que os migrantes privilegiados da Suécia a viver em Espanha deixam de aprender o idioma local devido ao acesso cada vez maior de informação em inglês. Em alguns contextos segundo Croucher (2009), tensões devido à costumes e comportamento surgem, com costumes introduzidos pelos migrantes encarados como ameaçadoras à tradição e heranças locais. Práticas locais e opiniões sobre a conduta da mulher também são fatores que geram oposição da parte dos migrantes.

Embora as consequências económicas e culturais da migração privilegiada pesem mais sobre os países de destino, devido a sua posição de menor poder económico e cultural, as implicações políticas afetam tanto os estados de origem como os de destino. O aumento nas deslocções entre fronteiras internacionais tem levantado questões sobre os velhos pressupostos da democracia, soberania, e sobre a importância do território na afinidade cultural e política. A causa dessas preocupações é a contínua prática de cidadania dos migrantes no país de origem, onde não

residem, e no país de destino, algo que também levanta questões sobre lealdade e integridade. Um exemplo claro disso é a migração entre os Estados Unidos e o México, sendo que no último existe uma preocupação especial com a intromissão de migrantes americanos nos assuntos políticos, o que levou a proibição de estrangeiros de se envolverem em questões políticas nacionais para prevenir interferência (Croucher, 2009). Tal acontece, embora os migrantes ainda consigam participar regionalmente em questões políticas que a eles dizem respeito. Nos Estados Unidos, a influência que cidadãos americanos residentes no estrangeiro têm sobre a diplomacia e política é real, visto que organizações e entidades ligadas aos americanos além-fronteiras pressionam as autoridades nacionais em diversos assuntos. Embora estas questões políticas variem globalmente, as autoridades políticas estão cada vez mais apercebidas do potencial de influência política de seus cidadãos residentes no exterior.

No que toca mobilidade privilegiada, importa reter que o privilégio é algo relativo, conforme salientado por Sheila Croucher (2009). Os indivíduos que saem de países relativamente ricos, politicamente poderosos e dominantes culturalmente (ex: Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá e outros), são geralmente mais ricos que o habitante local mediano nos países onde se estabelecem. No entanto, eles não são mais ricos que seus concidadãos no seu país de origem. Na verdade, são fatores como a crise do estado-providência, o aumento nos custos dos cuidados de saúde, e a redução nas pensões (Hayes, 2015), que levam a que estes indivíduos se mudem para países onde consigam manter certo nível ou qualidade de vida, que não teriam na sociedade de origem (Hayes, 2014). Os estados também desempenham um papel importante na migração internacional, através do controle de fronteiras, concessão e revogação de cidadania. Menos de 1/4 das viagens internacionais são isentas de vistos. Isto pode indicar que a nacionalidade, e a riqueza, são fatores determinante na mobilidade privilegiada.

2.4.2.1. Novos destinos dos migrantes de estilo de vida

Este trabalho é uma tentativa de estudar a existência de migração de estilo de vida do Sul Global para o Norte Global, um tipo de migração pouco estudada, uma vez que os migrantes de estilo de vida são considerados ser oriundos de sociedades ricas no Ocidente, que se mudam para lugares onde o custo de vida é mais baixo. Existem exceções recentes. Por exemplo o trabalho de Robins (2019), aborda a migração de brasileiros de classe média em Londres, e Biasutti (2020) os brasileiros reformados em Lisboa. No estudo de Robins (2019), muitos dos brasileiros estudados são de origem económica privilegiada no Brasil. A motivação por detrás da migração destes brasileiros era experimentar o estilo de vida e a liberdade que Londres oferece, na forma de anonimato, e experimentar também a mobilidade, seja na forma de movimento como de identidade.

O mesmo autor aborda a questão das classes sociais, em particular a aceção da classe, e mostra como ela varia de acordo com o contexto (Robins, 2019). Ele dividiu os migrantes brasileiros que estudou em dois grupos distintos dentro da mesma classe social, a classe média. Esta divisão foi influenciada não apenas pelas diferenças nos rendimentos entre indivíduos, mas sobretudo pelas suas regiões de origem no Brasil, que influencia bastante nos privilégios que certos destes indivíduos gozam. Isso ficou evidente quando ele demonstrou como o segundo grupo, composto de brasileiros dos Estados mais ricos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde a ancestralidade europeia é mais comum, tem níveis de rendimento e de educação que se assemelham aos da classe média no Norte Global. Os migrantes são titulares de passaporte europeu por via da ancestralidade, sublinhando a importância da cidadania.

É importante entendermos a classe social dos migrantes, e a relevância de se analisar classes sociais nos estudos de migrações. De acordo com Olwig (2007, citado por Robins, 2019: 2) a classe também é uma categoria cultural, que diz respeito tanto à aspetos sociais como económicos dos meios de vida considerados próprios entre as camadas centrais da sociedade. Deste modo, indicadores culturais e comportamentais tornam-se importantes na distinção individual dos migrantes. Segundo a literatura, certas formas livres de migração, como a migração de estilo de vida, tendem a derivar de estratos sociais pequenos e seletos, e de certa forma prestigiados (elitistas). Embora a migração internacional para países desenvolvidos seja maioritariamente de pessoas de classe social média (no país de origem), os migrantes de estilo de vida são, em particular, mais afluentes que os seus homólogos (Robins, 2019). Está maior afluência, ou riqueza, própria dos migrantes de estilo de vida, e o neoliberalismo a eles associados, reproduzem desigualdades históricas e estruturais, similar ao que acontece com os migrantes denominados “*expatriados*”, um grupo particular de migrantes com privilégios derivados da cidadania, raça e classe social (Kunz, 2016; 2018). Outros estudos salientam a precariedade das vidas de alguns migrantes de estilo de vida (Botterill, 2017).

Robins emprega o termo “migrantes de estilo de vida” como uma categoria de prática em vez de categoria de análise, de modo a deixar evidente ao observador externo como as práticas de alguns destes migrantes brasileiros os diferencia dos migrantes económicos. Numa forma similar, Benson e O’Reilly (2016: 30) conceptualizam a migração de estilo de vida como uma prática, “os seus desejos são testemunhados nas suas práticas, no que fazem, como nas suas descrições”. Por estes e outros motivos, as histórias dos migrantes devem ser vistas como “mais do que relatos de deslocações com vista a alcançar determinados objetivos, mas também como formas de descrever vidas dentro de estruturas sociais e culturais que dão significado e propósito aos indivíduos envolvidos” (Olwig, 2007:99, citado por Robins, 2019). Como Hayes (2021:3) argumenta, são incorporados em relações sociais de desigualdade com histórias complexas.

O cosmopolitismo individualista, ligado a um maior capital económico, social e cultural, tem sido observado nos estudos sobre migração de estilo de vida, onde, segundo a definição de Giddens (1991) “os indivíduos seguem

práticas que dão forma material a narrativas” especiais de identidade própria. A globalização, nas mais diversas formas (música, cinema, internet) tem o papel motivador na migração de estilo de vida ao mostrar o imaginário material, imaterial e social da vida em diferentes regiões (Benson e O’Reilly, 2009). É a busca pela realização destes imaginários imateriais e sociais, que representam qualidade de vida, que tornam atrativos os destinos de migração mais do que as vantagens materiais. Como demonstra o estudo de Robins (2019), muitos brasileiros tinham melhor qualidade de vida material no Brasil, mas trocaram-na de boa vontade por uma ‘melhoria de qualidade de vida’ em Londres. Isto comprova que o aspecto material (também a busca por emprego e segurança financeira) não é o fator que determina a busca por melhor qualidade de vida na migração de estilo de vida, embora influencie na tomada de decisão para migrar.

Além do fato que o presente trabalho representa uma tentativa de estudar a migração de estilo de vida Sul-Norte, também estuda a migração entre dois ambientes urbanos, diferente de outras migrações analisadas nos estudos de migrações de estilo de vida, que tendem a ser deslocamentos do ambiente urbano para o rural, contribuindo assim para a literatura recente que investiga os imaginários das cidades e a migração de estilo de vida urbana (Griffiths e Maile, 2014; King, 2018; Robins, 2019; McGarrigle, 2021). Voltando ao estudo de Robins (2019), ele demonstra que os migrantes brasileiros procuram a mesma ‘liberdade individual, a autorrealização, a fuga e a liberdade de restrições, ou limitações passadas, comuns aos migrantes de estilo de vida. São esta liberdade de restrições e a possibilidade de se tornar quem a pessoa desejar ser, em adição as próprias características do local de destino, que atraem os migrantes de estilo de vida. Não é a melhoria de condição de vida dentro da sociedade que interessa, mas o alvo é melhorar a vida pessoal, buscar a felicidade e satisfação pessoal.

Ter passaporte europeu devido a ancestralidade proporciona uma maior facilidade ou liberdade de atravessar fronteiras, mas, mais do que isso, confere diferentes identidades e permite a construção de uma identidade mais cosmopolita. É importante notar que esta liberdade de movimento permite uma maior mobilidade de posicionamento em relação a identidade como indivíduo e a identidade nacional, neste caso como brasileiro.

A diferenciação entre indivíduos, embora com foco principal nos aspectos sociais e culturais, também está relacionada à raça e a região de origem do indivíduo. Ter determinada identidade ou ser identificado como cidadão de certo país tem ligação íntima com a raça. Muitos dos brasileiros europeus dos estados do Sul do Brasil não se consideram brasileiros verdadeiros, e nem são considerados tal por outros porque os fundamentos aplicados na identidade brasileira que gira muito em torno das misturas entre raças, ou mestiçagem, e da cultura (Robins, 2019). O migrante brasileiro típico é visto como sendo de tez escura, subalterno (inferior), pobre e sem documentos. Então, a rejeição da identidade brasileira, talvez mais comum entre brasileiros ‘brancos’, pode ser por considerarem identidade um obstáculo para alcançar posição social mais elevada em Londres.

2.4.3. Raça e migração

Quando analisou a mobilidade privilegiada, Croucher (2009) referiu que o privilégio que certos indivíduos que migram possuem é evidente nos termos aplicados para os descrever. Estes termos os distinguem de outros indivíduos que, como grupo, são considerados migrantes. Algo que influencia bastante a atribuição do termo migrante é a raça, e esta está muitas vezes implícita na descrição dos migrantes.

No artigo sobre “O lado branco da migração” (2017), Lundström estuda a relação entre raça, cidadania e pertença, e o migrante. Ela analisa e toma como exemplo a figura do migrante na Suécia. Refletindo sobre o trabalho de outros autores (Knowles e Harper, 2009), ela destaca que a construção da imagem do ‘migrante’ na sociedade ocidental incide principalmente sobre o *imigrante* e não no *emigrante*. Na Suécia o imigrante é alguém “não privilegiado, não branco, não ocidental” (Lundström, 2014), geralmente refugiado, em busca de um futuro melhor na Suécia e noutros países abastados do ocidente.

Ao termo ‘imigrante’ é atribuído o sentido, ou representação, de impotência, estatuto de minoria, e cor. Como referido antes, isto é evidente na forma como os próprios indivíduos com mobilidade privilegiada referem a si mesmos (Fetcher e Walsh, 2010). Usando como exemplo os americanos no México, Croucher (2009) mostra como estes não se consideram ‘imigrantes’, mas sim “americanos que vivem no México”. Então, o que isenta estes indivíduos de serem considerados ‘imigrantes’? A resposta é privilégio. Segundo o dicionário português, privilégio tem que ver com vantagens que alguém tem com exclusão de outros, ou seja, vantagens ou benefícios não acessíveis a todos. Na mobilidade privilegiada, o privilégio resulta não apenas do estatuto económico e social do indivíduo, sobretudo em relação as pessoas da sociedade anfitriã, mas também do facto do indivíduo ser originário de um país com poder político, económico e cultural maior que o do país de destino (Lundström, 2017; Benson, 2013). Exemplo claro disso poder ser visto dentro da Comunidade Europeia. Vemos como são privilegiados os cidadãos de Países Nórdicos, Reino Unido, Alemanha e França. A posição de poder destes países, e a sua relação com outros países da Europa, membros ou não da União Europeia, concede aos seus cidadãos vantagens sobre os países do sul e leste da Europa, incluindo Portugal.

O termo “migrante”, conforme geralmente apresentado nos discursos políticos e populares no mundo ocidental, se refere a pessoas estranhas que vêm de fora em busca de melhores condições de vida, e que querem para si as vantagens económicas oferecidas nos países para os quais se deslocam. O migrante é visto como problema por estar associado ao sofrimento, pobreza e marginalização.

Nesse sentido, é importante considerar o conceito de migração. Embora existam muitos tipos de migração, com base no tema migrante e nas razões por trás de sua migração, a ideia geral do migrante é a de migrante económico,

visto como alguém em movimento devido à exposição econômica, ambiental e política. Isso pesa muito nos estudos de migração porque a ideia geral pré-estabelecida do migrante esconde tipos importantes de migrantes, como os “migrantes não-ocidentais e não brancos altamente qualificados”, como no caso dos africanos.

2.4.3.1. Racialização da migração

O desenvolvimento do entendimento sobre migração tem na sua gênese forte influência da raça, uma vez que, como visto, o termo é frequentemente aplicado a pessoa de cor, e não à brancos. Aos brancos ou ocidentais são comumente atribuídos termos como ‘turistas, expatriados e hóspedes’ (Erel et al., 2016). É necessário melhorar o entendimento sobre migração além dos aspectos contrastantes comumente analisados de migração forçada e voluntária, interna e internacional, legal e ilegal, temporária e permanente. As estruturas das rotas e fluxos migratórios globais denotam assimetrias de poder que resultam dos privilégios da raça e classe social, visto que resultam das relações pós-coloniais e da raça (Shamir, 2005; Glick Schiller e Salazar, 2013). Como resultado disso, a ‘experiência’ de migração varia entre migrantes.

2.4.3.2. Naturalidade e pertença

Naturalidade e pertença são aspectos da vida do migrante influenciados pela raça. Isso fica evidente pela discriminação ou aceitação que diferentes grupos experimentam enquanto migrantes, quer sejam ou não minorias. Lundström (2010) observou que a integração de migrantes suecos na sociedade de destino dependia do lugar, mas também, e sobretudo, da “alvura como estrutura social”. Nas sociedades ocidentais, como nos Estados Unidos, os suecos são integrados e aceites como membros da maioria ‘alva’, e residem nos lugares a eles reservados. Já os suecos que migram para África, América Latina e Ásia se enquadram dentro da estrutura social transnacional, e seguem um estilo de vida privilegiado ao viverem separados em comunidades fechadas. Em qualquer dos casos, quer integrados na maioria branca local, ou em comunidades brancas isoladas, a alvura permite aos migrantes suecos manter o estatuto social médio e alto. Os migrantes brancos tomam ou se ajustam a determinados espaços particularmente ‘talhados’ ou desenhados pelas estruturas coloniais, e pelas atuais relações transnacionais de poder. A ‘alvura’ é, nestes casos, uma vantagem ou regalia com legado histórico - um legado histórico móvel e aplicável em novos contextos pós-coloniais (Erel et al., 2016). Um outro exemplo é trabalho de Sarah Kunz (2020) sobre expatriados no Quênia que analisa a produção sociocultural da categoria migrante.

As diferenças na aceitação e integração de migrantes são reveladoras de como o relato ou entendimento sobre migração é subjetivo. A abordagem aos migrantes varia em virtude de *quem* o indivíduo é, e *qual é*, ou *como é* construída a opinião pública sobre ele. Evidência disso é como alguns grupos de migrantes são marginalizados – não lhes são dadas escolhas e são discriminados - enquanto outros grupos de migrantes se isolam para manter ou reforçar os seus privilégios. Tanto no caso da discriminação como no caso de isolamento, a racialização e distinção de classes, definem as hierarquias espaciais, e estão relacionados a ideia de pertença e não pertença (Lundström, 2010). Aqueles que aparentam ser diferentes são vistos como os ‘outros’ e são constantemente examinados quando a sua pertença, como no caso dos suecos não brancos que inclui os lapões, etnia nativa ou natural da Suécia (Lundström, 2010). É importante analisar se o mesmo acontece com os angolanos em Lisboa, e se estes são tratados de forma diferente em resultado da sua aparência.

2.5. Transnacionalismo e a vivência transnacional

Nos estudos das migrações, podemos verificar uma viragem transnacional (*transnational turn*) a partir do início dos anos 90. A perspectiva do transnacionalismo enfatiza a participação simultânea das pessoas no país de origem e no país onde residem, resultando em deslocamentos de ida e volta de pessoas, bens, valores e ideias entre estados nações (Glick Schiller *et al.*, 1992). Este trabalho pretende apresentar múltiplos estudos relacionados com as dimensões do transnacionalismo, seja a dimensão económica, social, política ou cultural (Vertovec, 1999; Levitt, 2001). O conceito de vivência transnacional (*transnational living* em inglês) é fundamental para o entendimento e interpretação dos dados empíricos apresentados adiante. Recentemente, o conceito de vivência transnacional ganhou interesse como um fenómeno de estudo para examinar as formas diversas de viver durante a mobilidade. Esse conceito rejeita a perspectiva de migração como uma quebra repentina entre o ‘cá’ e ‘lá’, a mudança de residência habitual de um lugar para outro, com a premissa de que a pessoa pode apenas viver em um lugar em qualquer momento. Carling *et al.* (2021:1) argumentam que “novas formas de viver necessitam uma segunda interpretação”.

Muitas pessoas querem ter a mobilidade para se deslocar entre fronteiras múltiplas vezes, ou têm a necessidade de o fazer pelos mais diversos motivos (motivos sociais, económicos e outros), sem ter de fixar residência permanente (a tempo inteiro) em um único país. Dessa forma, a vivência transnacional pode ser colocada “não como resultando da migração, mas como alternativa a migração”, uma vez que é possível manter laços entre os que se deslocam e os que permanecem no país de origem (Carling *et al.*, 2021:1).

Para melhor entender o conceito de vivência transnacional, e aplicá-lo no desenvolvimento deste trabalho, são tomadas como centrais as abordagens de Carling *et al.*, (2021) e Erdal e Carling (2020). Estes autores abordam o conceito de vivência transnacional (*transnational living*), que com base em análises conceituais e empíricas, definem

como “ter ligações simultâneas e igualmente significativas, interações e presenças em duas ou mais sociedades separadas por fronteiras nacionais” (Carling *et al.*, 2021:2). É importante reconhecer que embora as sociedades sejam aqui reconhecidas como similarmente significativas na vivência transnacional, os papéis que cada uma representa não são necessariamente iguais.

O conceito de vivência transnacional, segundo Carling et al. (2021), tem muitas similaridades com outros conceitos ou formas de migração como a migração de estilo de vida, os migrantes laborais temporários, os expatriados, e estudantes internacionais. Estas formas de migração, representam, de certa forma, uma contraposição, ou distinção importante: a preservação de laços com dois ou mais países ou sociedades (dualidade ou pluralidade de laços), e não apenas a transição de uma sociedade para outra. Exemplo disso pode ser observado na definição de migração de estilo de vida apresentada por Benson e O’Reilly (2009, p. 609), onde se destaca certa temporalidade na duração da migração quando se diz “a migração de indivíduos [...] que se mudam a tempo parcial ou tempo inteiro [...]”. Também os expatriados, antes vistos de forma depreciativa, estão ligados à um estilo de vida de laços transfronteiriços. Esses modos de vivência transnacional, que envolvem laços entre países ou sociedades diferentes, colocam desafio as ideias de migrantes e não-migrante porque existem pessoas que não se enquadram nessas categorias, e são difíceis de descrever como tais. Torna-se por isso importante compreender essa *simultaneidade* de ligações, ou a divisão do tempo entre os diferentes países.

2.5.1. Temporalidades da vivência transnacional

A vivência transnacional se expande geograficamente através de fronteiras internacionais, mas também quando a gestão do tempo e a utilização de recursos. De acordo com Carling *et al.*, (2021), a vivência transnacional pode ser definida em três diferentes temporalidades: transitória, temporária ou em aberto, sem um final definido. Estas temporalidades dependem de fatores estruturantes como estatuto legal, proteção e custos de habitação, que influenciam a frequência das deslocações e duração das estadias, e dependem também das próprias estratégias individuais para a divisão do tempo, e das experiências resultantes da vivência transnacional.

- ✓ A vivência transnacional *transitória* pode representar “uma etapa do processo de mudança de um país para outro, uma forma de explorar, antes da decisão de mudar”.
- ✓ Quando *temporária*, a vivência transnacional pode ser uma adaptação a fases ou ciclos da vida que se espera que terminem.

- ✓ Nos casos em que a vivência transnacional é *aberta*, sem previsão de terminar, ela se torna um modo de vida. Isto se dá em particular quando os fatores que motivaram a vivência transnacional não se alteram e existe um equilíbrio na divisão do tempo entre países.

Além da temporalidade, a diversidade da vivência transnacional pode ser analisada em diferentes dimensões. O envio de remessas e bens, a comunicação e a propriedade de habitação ajudam a entender a intensidade da vivência transnacional, mas não toda a sua extensão.

2.5.2. Dimensões da vivência transnacional

As cinco dimensões da vivência transnacional abordadas pelos autores serão também abordadas neste trabalho de modo a torná-lo mais rico, e para melhor entender como varia a vivência transnacional da população em estudo

Integração social – a integração social na vivência transnacional depende do contexto em que se dá o transnacionalismo. Os laços com cada lugar são únicos, pelo que integração social pode ser desarticulada e separada, ligada a cada lugar.

Organização social – envolve o modo como a vivência transnacional está incorporada nas relações sociais, como na família. Pode haver separação dos membros da família, e diferenças no valor que os laços com os países pode ter para os membros da família.

Complementaridade – tem que ver com a interação entre as restrições e oportunidades dos diferentes países. Depende das condições ou provisões de cada país, tais como oportunidades educacionais, proximidade a familiares, saúde e bem-estar físico, que motivam a vivência transnacional.

Equilíbrio – como os laços entre os dois países se complementam tendo em conta as diferenças entre eles em aspetos como emprego, segurança e bem-estar.

Ritmo – o ritmo da vivência transnacional envolve as temporalidades, e como esta é marcada no tempo de acordo com a frequência, duração e sazonalidade.

2.5.3. Economia da vivência transnacional

A economia da vivência transnacional aborda aspetos relacionados a forma como o tempo e recursos são usados ou investidos em simultâneo em dois ou mais locais. Erdal e Carling (2020), definem este conceito como sendo “os arranjos e escolhas económicas que motivam, condicionam ou resultam da vivência transnacional. Estes arranjos económicos são numa escala micro, feitos pelos indivíduos, quando estes consideram os benefícios económicos, gastos, ganhos, e oportunidades da vivência transnacional.

Os autores abordam os arranjos ou práticas económicas na vivência transnacional em aspetos como os meios de subsistência, habitação, mobilidade, proteção social, assuntos legais e agenciamento.

Meios de subsistência – a gestão económica da vivência transnacional e como esta é mantida depende dos meios de subsistência. Garantir os meios de subsistência pode exigir a presença física em um país, ou o envio de remessas.

Habitação – Os aspetos económicos da gestão da habitação em dois ou mais lugares, e as estratégias adotadas. Os custos da habitação, própria ou arrendada, podem possibilitar a vivência transnacional, no sentido em que a compra para arrendamento pode servir como fonte de rendimento.

Mobilidade – A mobilidade, como fator fundamental da vivência transnacional, e os custos de viajar são aspetos económico importante da vivência transnacional, visto que a mobilidade influencia a frequência das deslocações e a presença, ou participação, na vida familiar.

Proteção social – Aborda os custos associados a provisão de proteção social adequada envolvendo saúde e seguros.

Assuntos legais – Envolve, entre outros, as implicações económicas de adquirir e renovar o estatuto legal, ou permissão de residência, e regulação fiscal nos diferentes locais.

Agenciamento – Diz respeito a contratação de serviços de agências para a gestão e administração de imóveis, como por exemplo no processo de aquisição, no pagamento de taxas e impostos, e o pagamento de outros serviços como saneamento, eletricidade e outros.

Esta revisão da literatura reuniu diferentes conceitos e áreas de investigação dentro dos estudos migratórios para criar um quadro analítico para este estudo. São conceitos que de alguma forma incidem sobre os objetivos deste estudo, e que podem estar presentes e influenciar na migração do grupo em estudo. Na secção que se segue serão apresentados o contexto de pesquisa e a metodologia.

CAPÍTULO III – Contexto de Pesquisa e Metodologia

3.1. Sistema migratório lusófono: A migração angolana para Portugal

Para se estudar a migração de angolanos para Portugal é indispensável ter em mente as relações entre os dois países que se criaram desde o período colonial e perduram até a atualidade. Estas relações acontecem dentro de um contexto maior onde estão incluídos outros países que são próximos a Angola e Portugal, em aspetos que estão além da proximidade geográfica. Esta secção do primeiro capítulo analisa brevemente o sistema migratório em que os dois países se enquadram, e a história desse sistema.

Como mencionado anteriormente, a Teoria dos Sistemas Migratórios foi desenvolvida com o objetivo de explicar como as migrações internacionais perduram ou se mantêm ao longo do tempo. Esta teoria traz em evidencia como Estados interagem entre si e mantêm relações de trocas recíprocas, e mostra que estes podem constituir um sistema. No estudo das migrações internacionais, interessa averiguar a existência de sistemas migratórios, e a constituição e evolução dos mesmos. De acordo com Baganha (2009), Angola e Portugal se enquadram dentro do Sistema Migratório Lusófono, um sistema que inclui os países africanos de língua oficial portuguesa como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e o Brasil. Os países deste sistema partilham longas e significativas relações de troca de migrantes, bem como de bens, correspondências, ligações telefónicas, remessas, investimento estrangeiro, e outros. Em adição a estes fatores, o sistema migratório lusófono é reforçado por uma forte “rede de relações históricas, coloniais e culturais” (Baganha, 2009: 6), e acordos bilaterais de migração aspeto fulcral nos sistemas migratórios. Estes acordos bilaterais são melhor aplicados quando estabelecidos dentro de uma organização, e no caso dos países do sistema migratório lusófono temos a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, onde também se inclui Timor-Leste.

Os primórdios do sistema migratório lusófono podem ser traçados desde o século XIX. Naquele período, apenas Portugal e Brasil compunham este sistema e trocavam entre si pessoas, bens e capitais. Fatores económicos como inflação económica (crescimento e recessão), emprego (desemprego e subemprego) influenciaram na intensidade e sentido do fluxo de migração, e no papel que cada país desempenhava de recetor e emissor.

A Revolução Portuguesa de 1974, e a independência das colónias portuguesas em África, abriram caminho para o crescimento do sistema migratório com a inclusão dos países africanos. No seguimento destes eventos, um grande número de expatriados portugueses regressou à metrópole (e outros que regressaram para se juntar aos seus familiares), o que possibilitou a criação de redes de migração sustentadas por laços de sangue, parentesco e amizades (Baganha, 2009). Estas redes permanecem até hoje e são importantes, conforme veremos no caso dos migrantes angolanos em Portugal. Portugal assume em diversos momentos, ou diferentes contextos (tipo) de migração, a posição central dentro do sistema migratório lusófono. Isto pode ser em resultado do papel histórico

como metrópole, do seu desenvolvimento económico e social, e da sua posição dentro de outros sistemas migratórios como o sistema migratório europeu (fortalecido pela adesão de Portugal à CEE em 1985). Estes fatores tornam Portugal um destino particularmente atrativo em relação aos outros países. Muitos migrantes dentro do sistema migratório lusófono escolhem Portugal para completar a sua educação e formação profissional, particularmente os migrantes oriundos dos PALOP, devido a qualidade do ensino em Portugal, e da deficiência dos sistemas educativos nesses países, embora o Brasil também atraia estudantes dos PALOP.

3.1.1. Evolução do sistema migratório lusófono

Na análise do sistema Migratório Lusófono de Marques e Góis (2012), é notado que é característica deste sistema migratório a bi-direcionalidade dos fluxos migratórios. Embora pouco reconhecida, essa bi-direcionalidade é evidente na "presença de comunidades dos diferentes países lusófonos nos distintos países que fazem parte do sistema migratório" (Marques e Góis, 2012, p. 214). Os mesmos autores reconhecem que a dimensão das comunidades varia, e a posição dos países não é equilibrada nem constante, uma vez que varia dentro do sistema. Os países sucedem-se no papel de núcleo e periferia, o que evidencia a dinâmica de rotação. Esta rotatividade dá-se num "processo não linear e multifatorial" que depende de fatores como economia e política (2012, p. 215). Um exemplo disso é apontado pelos autores quando realçam a mudança na posição central que Portugal ocupava, mudança que resulta de um fluxo mais intenso de Portugal para o Brasil e Angola, e um fluxo menos intenso de migrantes destas ex-colónias para Portugal, um cenário diferente do sucedido em décadas anteriores.

Os fluxos migratórios são influenciados pelas "oportunidades percebidas pelos migrantes em diferentes sistemas [...] e de fatores de nível estrutural, meso e individual" (Marques e Góis, 2012, p. 2015).

3.1.2. População estrangeira com estatuto de residente

A população estrangeira residente em Portugal tem crescido bastante nos últimos anos. Os países do sistema migratório lusófono estão entre os que mais contribuem para esse aumento, sobretudo o Brasil.

Qual é posição de Angola entre as nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal, e entre os países do sistema lusófono?

Segundo os relatórios anuais do SEF de 2018, 2019 e 2020, Angola foi a 9ª nacionalidade mais representativa em Portugal (em 2018 e 2019), e a 10ª nacionalidade mais representativa, representando pouco menos de 4% das

nacionalidades estrangeiras. Os mesmos relatórios anuais mostram que Angola ocupou a 4ª posição nos pedidos de atribuição e aquisição de nacionalidade portuguesa, e a 2ª e 3ª posição quanto aos pedidos de aquisição de nacionalidade por efeito da vontade (casamento ou união de facto).

Angola foi ainda a 3ª nacionalidade mais representativa dos países do sistema migratório lusófono, entre os anos de 2015 e 2020, atrás do Brasil e de Cabo Verde. Durante esse mesmo período, os países do sistema migratório lusófono lideraram na população estrangeira residente em Portugal que adquiriu nacionalidade portuguesa, e os angolanos ocuparam a 5ª posição (entre 2015 e 2019), e a 4ª posição, tendo ultrapassado os ucranianos.

3.2. Migrantes angolanos em Portugal

3.2.1. Evolução recente da migração

De acordo com os dados do SEF disponibilizados pelo INE, a migração de angolanos em Portugal entre 2010 e 2020 foi marcada por variações significativas. O crescimento económico de Angola entre os anos 2010 e 2014, e a escalada do custo de vida que lhe seguiu, influenciaram o ritmo e o sentido da migração entre Angola e Portugal. Em 2010, residiam em Portugal 23494 angolanos, a maioria dos quais tinha título de residência (98,89%). Em 2011, esse valor baixou 8,22% para 21563 angolanos a residir no país, ou seja, 1931 angolanos deixaram Portugal naquele ano. Esta foi a maior quebra. Nos anos seguintes, e até 2017, o número de angolanos residentes em Portugal baixou gradativamente, conforme o gráfico. Durante esse período de 11 anos, o ano com o número mais baixo de angolanos a residir em Portugal foi 2017, ano em que os angolanos residentes no país somaram 16854 indivíduos, menos 6640 do que em 2010. Embora o número total de migrantes angolanos estivesse em queda, o número de residentes angolanos com visto de longa duração aumentou até 2012, ano em que atingiu um máximo de 493 indivíduos. Após esse máximo, o número de angolanos de longa duração baixou. Em 2020, os angolanos residentes em Portugal com visto longa duração representavam apenas 0,16% do total.

Os últimos 3 anos do período em análise foram marcados por um reforço da população migrantes angolana. Em 2018, residiam em Portugal 18382 angolanos, mais 1528 indivíduos do que no ano anterior. O ano de 2019 foi marcado pelo maior aumento de todo o período quando 4309 novos migrantes se juntaram àqueles que já residiam em Portugal, aumentando assim em 23,44% o total de angolanos.

No final de 2020, o número de angolanos residentes em Portugal somava 24449 indivíduos. Isto significa que a variação final da população angolana, em todo o período de 11 anos, foi positiva com um aumento de 955 indivíduos (4,06%). A diferença entre o ano com o número mais baixo de migrantes angolanos, e o ano com o número mais alto

(2017 e 2020, respetivamente), é de 7595 indivíduos. Isso equivale à um crescimento médio anual de 95,5 indivíduos, ou 0,81%.

3.2.2. Aumento na diferença entre o número de homens e mulheres na população angolana em Portugal.

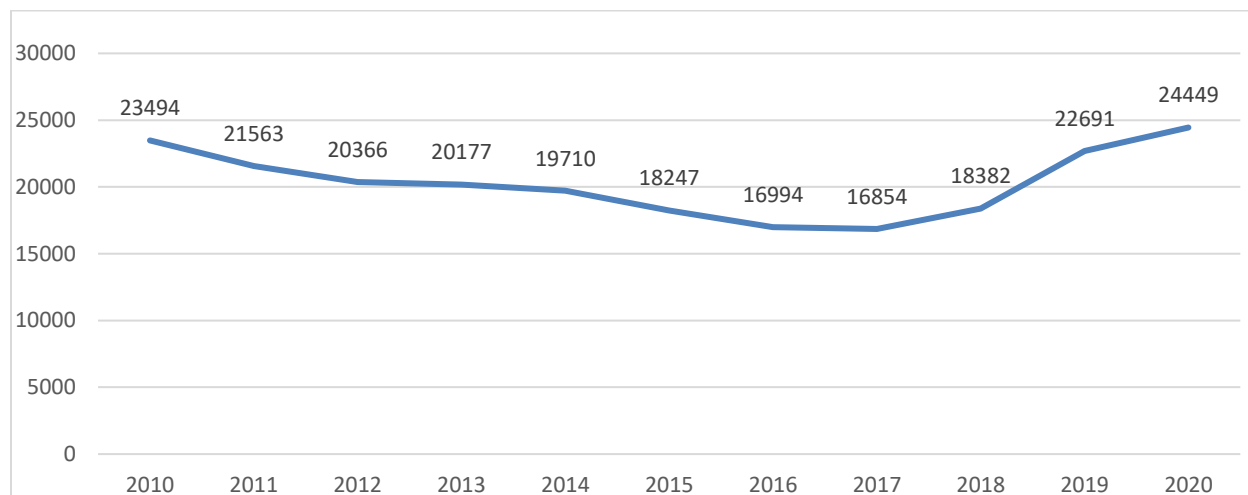
Um dos aspetos que mais sobressai na análise da população angolana residente em Portugal é na proporção de homens. Em 2010, os homens representavam 49,09% da população migrante angolana. O número de homens angolanos residentes em Portugal variou seguindo a mesma tendência de variação da população total, ou seja, baixou de 11534 indivíduos em 2010, para 7604 em 2016, o ano com o número mais baixo de homens angolanos a residir no país. Foi só a partir de 2017 que esse número começou a crescer novamente. Apesar disso, são cada vez menos os homens angolanos em Portugal quando comparados às mulheres. Em 2020, o número de homens era apenas de 10556 indivíduos, ou seja, 43,18% da população angolana, uma queda percentual de 5,91 pontos.

Tabela 3.1 – Total de angolanos residentes em Portugal e Lisboa, por sexo, 2010 - 2020

Ano	Portugal							Lisboa		
	Total (H/M)	TR	VLD	H	M	% H	% TR	% VLD	Total (H/M)	%
2010	23494	23233	261	11534	11960	49.09	98.89	1.11	15 282	65.05
2011	21563	21329	234	10331	11232	47.91	98.91	1.09	14 063	65.22
2012	20366	19873	493	9639	10727	47.33	97.58	2.42	13 107	64.36
2013	20177	19967	210	9417	10760	46.67	98.96	1.04	12 892	63.89
2014	19710	19478	232	9250	10460	46.93	98.82	1.18	12 610	63.98
2015	18247	18088	159	8487	9760	46.51	99.13	0.87	11 562	63.36
2016	16994	16876	118	7791	9203	45.85	99.31	0.69	10 187	59.94
2017	16854	16764	90	7604	9250	45.12	99.47	0.53	9 900	58.74
2018	18382	18310	72	8292	10090	45.11	99.61	0.39	10 945	59.54
2019	22691	22592	99	10036	12556	44.23	99.56	0.44	13 512	59.55
2020	24449	24409	40	10556	13853	43.18	99.84	0.16	14258	58.32

Fonte: INE, cálculos do autor

Gráfico 3.1 - Evolução da migração de angolanos em Portugal, 2010 – 2020



Fonte: SEF

3.2.3. Distribuição

Os dados mostram que, historicamente, a maioria dos angolanos residentes em Portugal (> 55%) vive no distrito de Lisboa. Aqueles que chegam de Angola tendem a se instalar em Lisboa. Isto é resultado de diversos fatores como o fato de Lisboa ser o principal ponto de entrada dos angolanos em Portugal, e ser a cidade que melhor conhecem de viagens anteriores. Também, a maioria dos angolanos que viaja para Portugal só conhece Lisboa e circula apenas pela **AML**, além de que as pessoas que compõem a sua *network* transnacional (tanto portugueses como angolanos) residem na região da capital. Em 2010, residiam no distrito de Lisboa 15282 angolanos, o que representava 65,05% do total de migrantes angolanos. Embora os angolanos residentes em Lisboa tenham aumentado de número, os dados de 2020 mostram ainda que residiam menos angolanos na capital do que em 2010. Tal realidade é mais evidente na média anual da variação da população angolana durante todo o período de análise. Ao passo que o número de angolanos em Portugal crescia numa média de 95,5 novos residentes por ano, Lisboa perdia 102 residentes por ano. Em 2020 residiam na capital portuguesa 14558 angolanos, ou 58,32% dos angolanos residentes em Portugal. Isso representa uma descida de 6,73 pontos percentuais de angolanos residentes em Lisboa. O ano com a maior quebra no número de angolanos residentes em Lisboa foi 2016, ano em que 1375 angolanos deixaram a capital.

Essa redução no número de angolanos residentes em Lisboa pode ser interpretada como evidência de uma maior dispersão dos angolanos pelo país.

Tabela 3.2 – Variação da população angolana residente em Portugal e Lisboa, 2010 - 2020

Ano	Portugal			Lisboa		
	Total (H/M)	Variação	%	Total (H/M)	Variação	%
2010	23494	0	0	15282	0	0
2011	21563	-1931	-8.22	14063	-1219	-7.98
2012	20366	-1197	-5.55	13107	-956	-6.80
2013	20177	-189	-0.93	12892	-215	-1.64
2014	19710	-467	-2.31	12610	-282	-2.19
2015	18247	-1463	-7.42	11562	-1048	-8.31
2016	16994	-1253	-6.87	10187	-1375	-11.89
2017	16854	-140	-0.82	9900	-287	-2.82
2018	18382	1528	9.07	10945	1045	10.56
2019	22691	4309	23.44	13512	2567	23.45
2020	24449	1758	7.75	14258	746	5.52
Média		95.50	0.81		-102	-0.21

Fonte: INE, cálculos do autor

3.2.4. Concessão de título de residência

O número de títulos de residência atribuídos aos angolanos aumentou substancialmente entre 2015 e 2020 (378,15%), com mais 3552 angolanos com título de residência em 2020 do que em 2015. O total de títulos de residência obtidos pelos angolanos, nesse período, foi de 16771, numa média anual de 2795 novos títulos.

Os anos com maiores aumentos foram entre 2017 – 2018: mais 1046 novos títulos de residência concedidos em 2018 do que no ano anterior, um aumento significativo de 57,13%; e mais 1601 novos angolanos com título de residência em 2019 do que em 2018, um aumento de 55,65%.

Os dados analisados indicam que, atualmente, são atribuídos mais títulos de residência às mulheres angolanos do que aos homens. Em 2015, os títulos de residência atribuídos aos homens angolanos correspondiam a 50,12% dos títulos atribuídos a comunidade, pouco mais da metade. Em 2020, a percentagem de títulos de residência atribuídos aos homens baixou para bem menos que a metade, tendo os homens obtido apenas 42,58% dos novos títulos. Isso representa uma queda de 7,54% nos títulos de residência concedidos aos homens. Importa realçar que dentre as 10 principais nacionalidades a que foram concedidas títulos de residência, apenas Angola, Brasil e Cabo Verde tiveram mais mulheres com título de residência do que homens.

Tabela 3.3 – Concessão de títulos de residência à angolanos, 2015 – 2020

Ano	Total	H % em relação ao total	Variação anual	% variação
2020	4829	42.58	351	7.84
2019	4478	44.04	1601	55.65
2018	2877	47.06	1046	57.13
2017	1831	44.68	352	23.80
2016	1479	49.83	202	15.82
2015	1277	50.12	0	0
Total	16771			
Média anual	2795	46.38	592	26.71

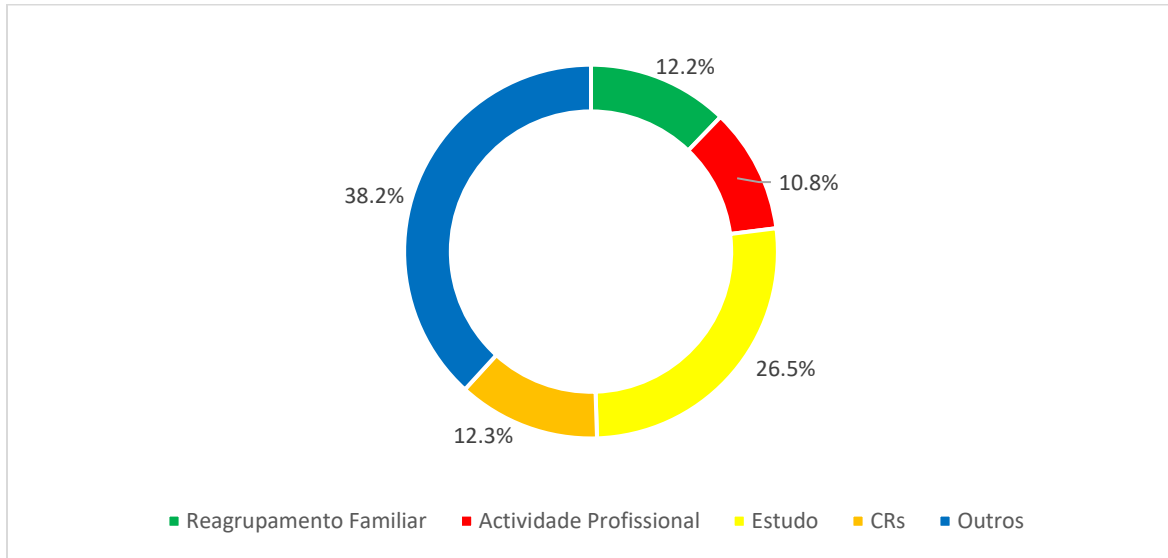
Fonte: INE, cálculos do autor

3.2.5. Os motivos mais relevantes na concessão de novos títulos de residência à imigrantes angolanos.

Os motivos na concessão de títulos de residência são diversos, e estão classificados em 5 categorias principais: atividade profissional, certificados de residência (CRs), estudos, reagrupamento familiar, e outros. Os relatórios anuais do SEF de 2019 e 2020 mostram que são relativamente poucos os migrantes angolanos a quem foram concedidos o título de residência devido a atividade profissional. Estes representam menos de 11% daqueles que obtiveram o seu título de residência naqueles anos, e, embora tenham sido concedidos mis títulos de residência em 2020 do que em 2019, a proporção dos títulos de residência para atividade profissional pouco mudou. O reagrupamento familiar e os estudos foram os motivos mais relevantes na concessão do título de residência aos angolanos. Quase metade dos títulos de residência concedidos à angolanos em 2020 (42,7%), tiveram o reagrupamento familiar como a motivação. A variação nos títulos de residência por reagrupamento familiar, entre 2019 e 2020 foi de 30,5%, um aumento muito significativo, que é deveras a maior variação. Em 2019, apenas 12.2% dos títulos de residência atribuídos foram por reagrupamento familiar.

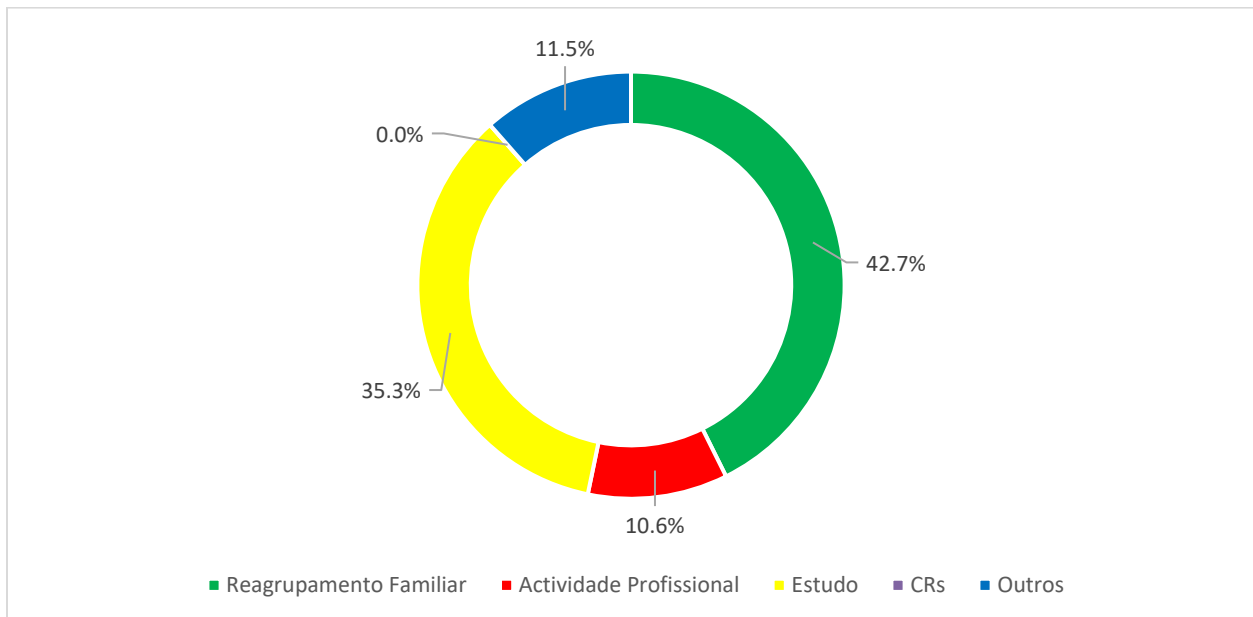
Em 2020, mais de 1/3 (35,3%) dos títulos de residência obtidos por angolanos foram motivados pelos estudos. Estudar em Portugal é algo valorizado pelos migrantes angolanos. O número de angolanos a estudar em Portugal aumentou entre 2019 e 2020 uma vez que houve um aumento de 8,8% nos títulos de residência para estudar.

Gráfico 3.2 - Motivação na concessão de títulos de residência, 2019



Fonte: SEF

Gráfico 3.3 - Motivação na concessão de títulos de residência, 2020



Fonte: SEF

3.2.6. Vistos de estada temporária e de residência concedidos nos postos consulares portugueses

Conforme visto anteriormente, o número de homens angolanos residentes em Portugal baixou durante todo o período entre 2010 e 2020. Este fato é curioso, e importante, quando comparado ao número de mulheres angolanos residentes em Portugal, e sobretudo se tivermos em conta os dados de 2020 sobre os vistos concedidos à angolanos nos postos consulares portugueses. Segundo o SEF, foram emitidos nos postos consulares portugueses 1067 vistos à angolanos. Destes vistos, 65,5% eram vistos de residência. Os homens receberam 571 vistos (156 vistos de estadia temporária e 415 vistos de residência) ou seja, 53,51% de todos os vistos emitidos. Este fato, em adição à queda no rácio de homens angolanos residentes em Portugal, e a queda na concessão de títulos de residência aos homens, indica que os homens angolanos permanecem em Portugal menos tempo do que as mulheres. Importa averiguar se os homens pedem menos títulos de residência do que as mulheres, e por que razões, ou se lhes é mais difícil obter o título de residência.

Tabela 3.4 – Vistos concedidos à angolanos nos postos consulares portugueses, por sexo, 2020

Tipo de visto	Total	%	H	M	% H
Estadia temporária	368	34.49	156	212	42.39
Residência	699	65.51	415	284	59.37
Total	1067		571	496	53.51

Fonte: INE, cálculos do autor

3.2.7. Posição de Angola entre os países do sistema migratório lusófono

Angola foi apenas o 5º país dentro do sistema migratório lusófono com o maior número de vistos de estada temporária e de residência, concedidos nos postos consulares portugueses. Foram emitidos em 2020 um total de 699 vistos, sendo a maioria (59,37 %) emitida para homens. Isto atesta a dificuldade maior sentida pelos angolanos na obtenção de vistos para Portugal. Também comprova a maior mobilidade dos homens em relação as mulheres.

Tabela 3.5 – Vistos concedidos nos postos consulares portugueses, por nacionalidade, 2020

Nacionalidade	Total	Visto de estada temporária	Visto de residência
Brasil	6676	1786	4890
Cabo Verde	2897	492	2405
Guiné-Bissau	1859	393	1466
São Tomé e Príncipe	1538	683	855
Angola	1067	368	699
Moçambique	627	230	397

Fonte: INE, cálculos do autor

3.2.8. Aquisição da nacionalidade portuguesa

Os dados do SEF mostram que, entre 2015 e 2020, 8991 angolanos residentes em Portugal adquiriram a nacionalidade portuguesa. Os dados indicam que houve um aumento no número de angolanos residentes em território português que obtiveram a cidadania portuguesa, numa média anual de 1499 novos cidadãos portugueses. O ano de 2020 registou 2118 novos angolanos com nacionalidade portuguesa, um aumento de 731 casos, ou seja, 34,51% em relação ao ano anterior. Esse aumento no número de angolanos que adquiriram a nacionalidade portuguesa consolidou a posição dos angolanos no Top 5 das nacionalidades residentes em Portugal que adquirem a nacionalidade portuguesa, conforme a tabela 1.6.

O processo de aquisição da nacionalidade portuguesa é mais fácil para os angolanos quando residem em Portugal. São menos os angolanos residentes no estrangeiro que adquirem a nacionalidade portuguesa. Muitos dos angolanos descendentes de portugueses sentem a dificuldade de concluir o processo de nacionalização em Angola devido aos problemas de administração associado aos registos centrais angolanos. Muitos angolanos não preservam os documentos pessoais próprios e de familiares próximos, como pais e avôs. Durante todo o período entre 2015 e 2020, apenas 1557 angolanos residentes no estrangeiro adquiriram a nacionalidade portuguesa, com cerca de 260 novas aquisições a cada ano.

Apesar das dificuldades da aquisição da nacionalidade portuguesa fora de Portugal, de modo geral, o número de angolanos que se tornam cidadãos portugueses tem aumentado.

Tabela 3.6 – Aquisição da nacionalidade portuguesa por angolanos residentes em Portugal, 2015 - 2020

Ano	Total	Variação	% variação	Posição (top 10)
2015	1316	0	0	5
2016	1507	191	12.67	5
2017	1225	-282	-23.02	5
2018	1438	213	14.81	5
2019	1387	-51	-3.68	5
2020	2118	731	34.51	4
Total	8991			
Média	1499	160	7.06	

Fonte: INE, cálculos do autor

Tabela 3.7 – Aquisição da nacionalidade portuguesa por angolanos residentes no estrangeiro, 2015 - 2020

Ano	Total	Variação	% variação	Posição (top 10)
2015	137	0	0	3
2016	284	147	51.76	3
2017	244	-40	-16.39	5
2018	282	38	13.48	5
2019	176	-106	-60.23	7
2020	434	258	59.45	7
Total	1557			
Média	259.5	59.4	9.51	

Fonte: INE, cálculos do autor

3.3. Metodologia

Este estudo adotou uma metodologia mista baseada sobretudo em métodos qualitativos, devido a necessidade de explorar este fenómeno social em profundidade e compreender as diferentes experiências de migração, e os contextos em que elas ocorrem. Uma metodologia quantitativa não seria adequada para alcançar os objetivos propostos de averiguar a existência de angolanos que procuram simultaneamente viver em Angola e Portugal, suas características sociais, e entender os motivos para este estilo de vida. O método qualitativo baseado em entrevistas permite interações mais pessoais, nas quais os entrevistados têm uma participação mais ativa. Entendo que as entrevistas proporcionam certa relação de igualdade entre entrevistado e entrevistador, em que há certa liberdade e conforto na forma de interagir, possibilitando obter relatos mais profundos e detalhados dos indivíduos sobre quem são, suas circunstâncias passadas e presentes, suas estratégias, suas expectativas e objetivos. Além disso, visto que são interações mais pessoais, as entrevistas também permitem captar emoções e opiniões, identificar as diferenças entre relatos, os significados e especificidades de cada um. Este trabalho de investigação foi desenvolvido em diferentes etapas principais, numa sequência. A primeira fase envolve a pesquisa e análise bibliográfica para apresentação das diferentes teorias de migração, e o desenvolvimento dessas teorias ao longo do tempo. O objetivo foi mostrar que, com o progresso nos estudos das migrações, surgiram formas alternativas de pensar a migração e estas introduziram novas abordagens que levaram a repensar os conceitos e quadros analíticos empregados no estudo das migrações, para melhor entender as razões por trás dos diferentes processos de migração e como as pessoas escolhem para onde ir.

Fez-se um esforço para demonstrar a importância dos conceitos que abordam diferentes tipos de migração e suas especificidades, uma vez que realçam a complexidade das migrações. Estudos recentes que abordam esses conceitos demonstram como a migração é vivida de formas diferentes segundo a capacidade de agir dos indivíduos de acordo com as suas características mais recentes.

A segunda fase do estudo é uma breve consideração do Sistema Migratório Lusófono e análise da evolução da imigração de angolanos em Portugal, em que são analisados o total anual de entradas, o número total de angolanos em situação legal, e a variação anual. É analisada a diferença entre os dados mais recentes e aqueles do ano com maior presença de angolanos em Portugal. Os dados sobre a evolução da imigração angolana em Portugal são dados estatísticos recolhidos de fontes estatísticas oficiais, tais como o SEF e o INE. Esses dados foram submetidos a análises estatísticas para contextualizar.

A terceira fase corresponde o trabalho de campo, conduzido entre Fevereiro e Julho de 2022. Ao todo foram realizadas pouco mais de 20 entrevistas semiestruturadas, complementadas por conversas informais, realizadas *in-*

situ, ou por via telefónica e pelo WhatsApp. Foi selecionada uma amostra proposital de indivíduos, incluindo casais, que reunissem dois ou mais dos seguintes critérios: ter qualificação elevada, trabalhar em Angola em cargos elevados, ter alguma forma de investimentos em Angola e/ou Portugal (no caso de adultos trabalhadores), e levar a vivência transnacional mantendo ligações ativas entre os dois países. Não foi estabelecido nenhum critério relativo a situação legal em Portugal, embora fosse expectável que alguns desses indivíduos tivesse dupla cidadania. Embora os resultados sejam baseados em 20 relatos de entrevistas e conversas informais, foram recrutadas mais pessoas que não foram incluídas na amostra porque não cumpriam o mínimo dos critérios estabelecidos.

A participação no trabalho foi voluntária. O recrutamento foi feito ao longo da investigação, por método direto, recorrendo aos meus contatos pessoalmente ou por telefone, e sequencial ou bola de neve, em que os entrevistados sugeriam potenciais participantes. O método sequencial de recrutamento (Parker *et al.*, 2019), foi particularmente útil devido ao estilo de vida desta população que influencia a sua mobilidade e disponibilidade, e os torna raros em Lisboa, visto que muitos passam mais tempo em Angola do que Portugal. Além disso, eles facilmente passam despercebidos entre os turistas angolanos que visitam Lisboa, em particular no verão.

A escolha da entrevista semiestruturada assenta na necessidade de recolher dados que dizem respeito as experiências, estratégias e práticas transnacionais empregadas pela transnacionais angolanas: por que vêm para Lisboa, e como o fazem? Simultaneamente, a estrutura das entrevistas permite aos entrevistados a liberdade de elaborar aspetos pertinentes para nosso entendimento do fenómeno, e o potencial de identificar novas questões que enriqueçam as narrativas recolhidas. A recolha de dados foi feita após confirmado/concedido o consentimento informado dos entrevistados, preservando a confidencialidade e anonimato (nomes foram substituídos por pseudónimos, e detalhes que possam expor a identidade foram modificados), e cumprindo com os melhores padrões de proteção de dados.

Adicionalmente, as entrevistas foram transcritas e codificados manualmente antes da análise dos dados. Um registo de códigos estruturado foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e nos tópicos explorados no guião de entrevista. No entanto, a codificação não estruturada também foi usada para identificar novos padrões nos dados. Os resultados obtidos, e a interpretação dos mesmos, foram reportados aos entrevistados nas revisitas aos mesmos (Saldanha, 2009).

A fase final do trabalho é uma discussão, em que as descobertas feitas neste trabalho são confrontadas ou comparadas com resultados de outros trabalhos sobre a migração de estilo de vida, mobilidade privilegiada e a vivência transnacional.

Tabela A – Características sociodemográficas dos indivíduos da amostra

Nome	Gênero	Faixa Etária	Estado Civil	Grau Acadêmico	Formação	Atividade atual	Origem	Situação Legal
Ingrid	M	21 - 30	Solteira	P. Graduação	Auditoria	Auditoria	Luanda	Visto
Rogério	H	> 20	Solteiro	E. Secundário	Direito	Estudante	Luanda	Visto
Filipe	H	51 - 60	Casado	Licenciatura	Economia	Banca	Luanda	Visto
Sandra	M	41 - 50	Casada	Licenciatura	Economia	Banca	Luanda	DC
Calunga	H	41 - 50	Casado	P. Graduação	Empreendedorismo	Consultoria	NC	Visto
Samuel	H	41 - 50	Casado	Licenciatura	Economia	Banca	Luanda	DC
Manuel	H	41 - 50	Casado	Licenciatura	Eng. Mecânica	I. Petrolífera	Luanda	DC
Raquel	M	41 - 50	Casada	Licenciatura	Direito	Marketing	Sul	DC
Miguel	H	51 - 60	Casado	Mestrado	Jornalismo	Diplomata	Luanda	Diplomata
Kataleya	M	31 - 40	Solteira	E. Secundário	Direito	Hotelaria	Bengo	Visto
Eduardo	H	41 - 50	Casado	E. Secundário	Gest. Empresarial	C. Civil	Luanda	Visto
Marina	M	41 - 50	Casada	Licenciatura	Rec. Humanos	Médica	NC	Visto
Carla	M	41 - 50	Casada	Licenciatura	Direito	Jurista	Luanda	DC
Cláudio	H	41 - 50	Casado	E. Secundário	Direito	I. Petrolífera	KZ Norte	DC
Tiago	H	51 - 60	Casado	NC	Não confirmado	Empresário	Luanda	DC
Micaela	M	41 - 50	Casado	Licenciatura	Eng. Informática	Dona de casa	NC	DC
Mário	H	21 - 30	Solteiro	Licenciatura	Direito	Call Center	Luanda	TR
Njinga	M	41 - 50	Casada	Licenciatura	Gest. Empresarial	Restauração	Luanda	Visto
Marcos	H	51 - 60	Casado	NC	Não confirmado	Reformado	NC	Visto
Michellin	H	41 - 50	Casado	Licenciatura	Eng. Mecânica	I. Petrolífera	Sul	DC

Legenda: NC – Não confirmado; DC - Dupla cidadania

Fonte: autor

CAPÍTULO IV – Resultados

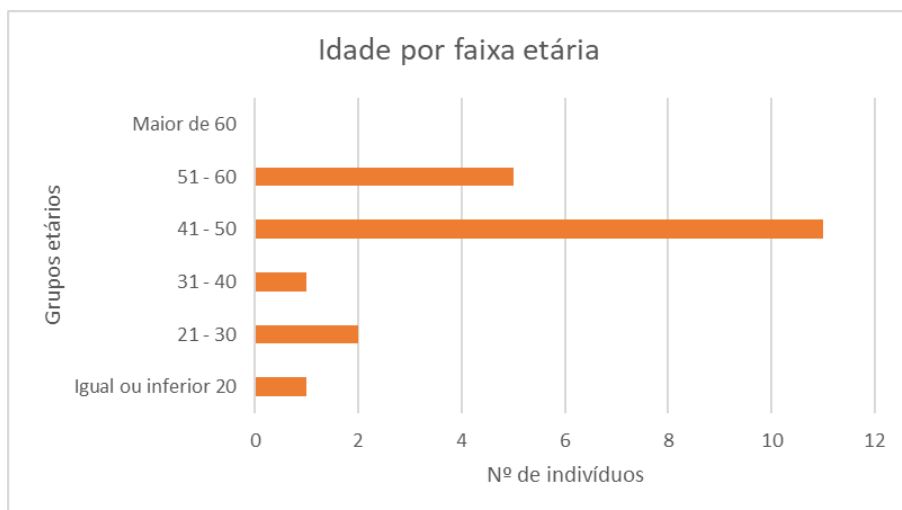
4.1. A Amostra: Quem são os angolanos em Portugal que escolhem o modo de vivência transnacional, porque o fazem, e qual a sua mobilidade?

Para investigar a presença de angolanos privilegiados ou de classe média na AML, e como estes levam a vivência transnacional como alternativa a migração, analisei os dados de entrevistas a homens e mulheres em diferentes etapas da vida, e com experiências e percursos de vida diferentes. A diversidade no perfil dos entrevistados foi um esforço para enriquecer a amostra, de forma a identificar características individuais, e identificar similaridades e padrões nas motivações, objetivos e estratégias das deslocações à Portugal.

4.1.1. Características sociais, origem e situação legal em Portugal

Os dados das entrevistas e conversas informais permitiram criar o perfil dos angolanos que mantêm ligações significativas entre Angola e Portugal de acordo com as características sociais destes. Este perfil mostra que são angolanos adultos e jovens adultos, com idades compreendidas entre os 20 e 60 anos de idade. A maioria dos adultos com mais de 30 anos de idade são casados (88,89%), e têm filhos pequenos e adolescentes (94,44%). Os jovens adultos são solteiros e não têm filhos. Estes angolanos originam-se do noroeste de Angola, sobretudo de Luanda (60%), capital do país. Cerca de 40% dos indivíduos deste grupo são descendentes de angolanos e portugueses (filhos, netos e bisnetos), e dentre estes 75% tem dupla cidadania.

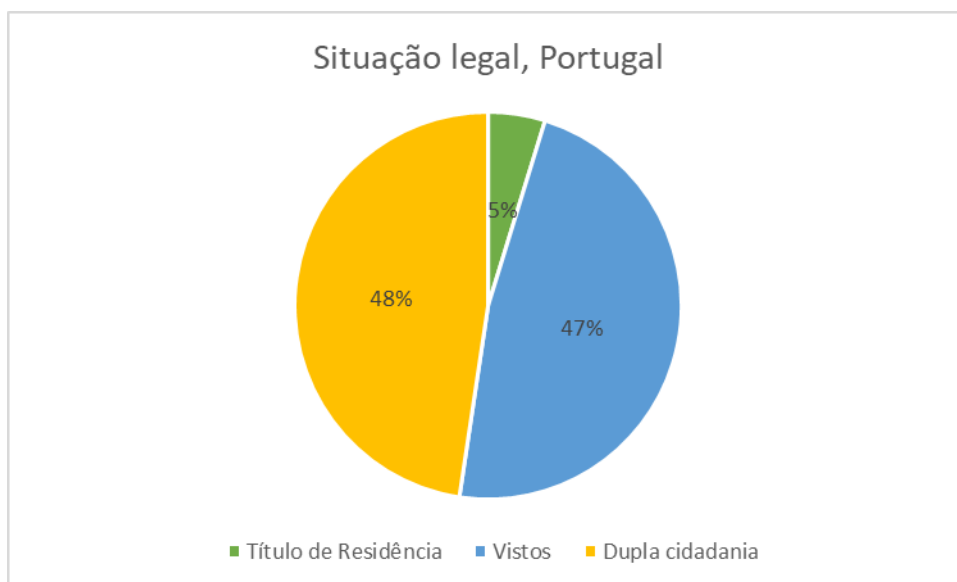
Gráfico 4.1 – Idade da população em estudo por faixa etária



Fonte: autor

Conforme observado sobre a evolução recente da população angolana residente em Portugal (INE, 2021), a maioria dos angolanos tem título de residência, e aqueles que têm vistos de longa duração representam apenas uma pequena parte da população. No entanto, a realidade na população em estudo é diferente. Conforme o Gráfico 2.2, cerca de metade destes angolanos que vivem entre Angola e Portugal ainda tem vistos (47%), um número reduzido deles tendo visto de estudante. Estes indivíduos estão em etapas diferentes do processo de aquisição do Título de Residência, que varia de acordo com o método selecionado e a situação como proprietários de imóvel, estudantes ou trabalhadores. Apesar disso, apenas um indivíduo deste grupo tem Título de Residência.

Gráfico 4.2 – Situação legal em Portugal



Fonte e cálculos do autor

4.1.2. Habilitações e situação profissional

O perfil do grupo de entrevistados mostra que são angolanos com qualificações elevadas. Todos completaram o ensino secundário, sendo que a maioria deles (90%) avançou nos estudos e ingressou no ensino superior. Dos que ingressaram no ensino superior, 64,71% completou o primeiro ciclo, e 5,88% está a frequentar o primeiro ciclo. Há ainda aqueles que pararam os estudos sem completar o primeiro ciclo do ensino superior (12,5%). Os que têm qualificação mais elevada completaram também o segundo ciclo do ensino académico (17,65%).

Apenas nas conversas informais (10%), não foi possível confirmar o grau acadêmico dos indivíduos.

Há uma clara segmentação profissional dentre os indivíduos, de acordo as áreas de formação e de atividade. As principais áreas de formação estão ligadas a finanças (economia e auditoria), direito, administração (gestão empresarial), e ciências técnicas ligadas às engenharias, sobretudo a engenharia mecânica. Outras áreas de formação dos entrevistados incluem medicina, jornalismo e ciências militares.

Tabela 4.1 – Grau acadêmico completo

Grau de ensino completo	%
Ensino Secundário	20
Licenciatura	55
Mestrado	15
SR	10

Fonte e cálculos do autor

Tabela 4.2 – Principais áreas de formação profissional

Principais áreas de formação	%
Direito	30
Economia	20
Engenharia	15
Outras	25
SR	10

Fonte e cálculos do autor

Os resultados da amostra indicam que maioria destes angolanos trabalha (85%), sobretudo em Luanda (76,47% dos que trabalham estão empregados em Angola), onde são quadro superior nas empresas e entidades onde trabalham, com anos de experiência profissional. O restante dos que trabalham está empregado em Portugal (23,53%). Dentre aqueles que não estão ativos em qualquer dos dois mercados de trabalho estão um estudante, um reformado, e uma mãe, que é dona de casa e cuida do lar e dos filhos.

Nesta amostra, os que trabalham em Angola trabalham sobretudo no ramo petrolífero (30,8%), quer em empresas ativas na própria produção ou exploração de combustíveis fósseis, como em departamentos de administração e recursos humanos em empresas ligadas à indústria petrolífera, na banca (23,1%), e em consultoria e auditoria (15,4%). Dentre os que não completaram o primeiro ciclo do ensino superior, ou que não ingressaram no ensino superior, encontram-se o Cláudio e o Eduardo, que apesar de terem qualificações mais baixas que a dos outros, conseguiram bons empregos em Angola. O Eduardo tem experiência profissional que abrange diferentes o serviço militar, o cargo de relações-públicas numa empresa de exploração de diamantes, e também na indústria petrolífera, tendo trabalhado na principal empresa petrolífera de Angola. Atualmente, ele trabalha em Lisboa como carpinteiro na construção civil.

Na amostra recolhida, adultos e jovens adultos têm casa própria em Angola (90%), em Luanda principalmente, sendo lá a residência principal de alguns, e onde passam mais tempo. Aqueles que também têm casa própria em Portugal, especificamente na AML, representam 75% da amostra.

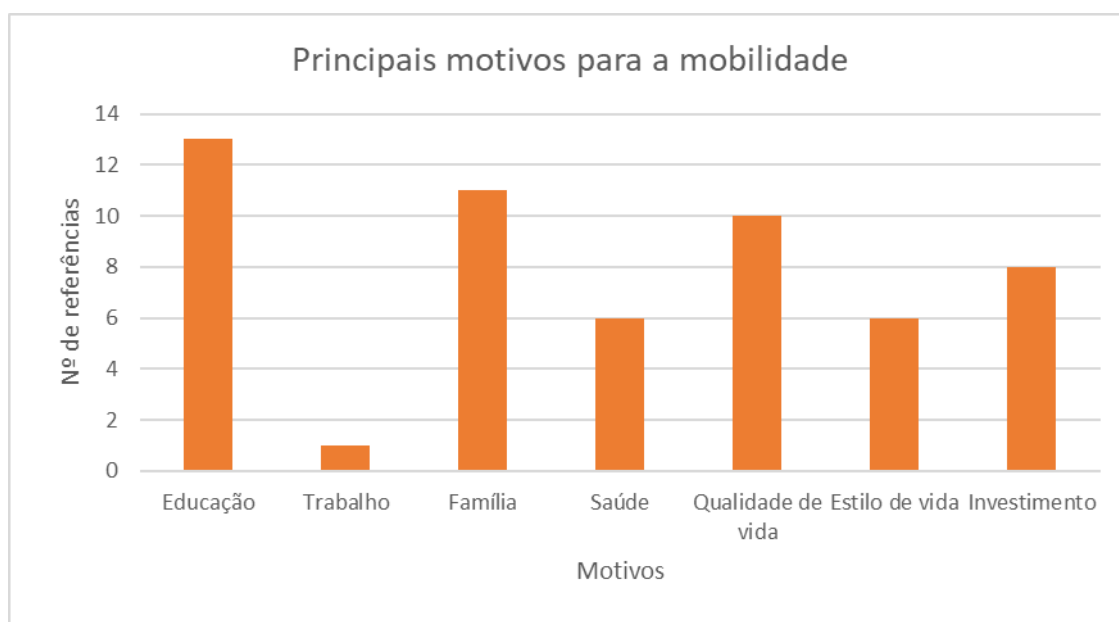
Os resultados obtidos permitem caracterizar os indivíduos como tendo elevado capital. São indivíduos com qualificação elevada, estatuto profissional e rendimentos elevados, que lhes permite ter o estilo de vida da classe média. São pessoas com boa condição de vida em Angola, sendo que a maioria tem habitação própria em Luanda e Lisboa. Eles gozam de condições e conforto materiais bem acima do da grande maioria dos angolanos.

4.2. Drivers da mobilidade: perspectiva da origem

De acordo com os resultados das entrevistas, são vários os motivos que movem os cidadãos angolanos a sair do país. Estes motivos influenciam a mobilidade de formas diferentes e atuam como *drivers*. Eles podem gerar os contextos ou os cenários no quais é mais provável que ocorra a migração, em resultado das desigualdades entre os países, ou regiões, de origem e de destino (*driver* de predisposição); podem influenciar diretamente na decisão de migrar (*driver* imediato); podem ser impactantes a ponto de acionar a mobilidade (*driver* precipitante), e podem ainda ser motivos que habilitam, aceleram, limitam ou reduzem a mobilidade (*driver* de mediação).

Os principais motivos da mobilidade são a educação, a família, a qualidade de vida, investimentos, saúde e estilo de vida. Os indivíduos da amostra tendem a se formar fora de Angola (40%), e querem o mesmo para os seus filhos. Vêm na educação no estrangeiro uma mais-valia, estando até mesmo dispostos a deixar o conforto material de Angola pela possibilidade de investir no desenvolvimento do capital cultural e humano dos seus filhos.

Gráfico 4.3 – Motivos para a mobilidade



Fonte e cálculos do autor

4.2.1. Drivers de predisposição ou que geram os contextos ou os cenários no quais é mais provável que ocorra a migração, em resultado das desigualdades entre Angola e Portugal.

A educação é o motivo principal apontado pelos indivíduos desta amostra quanto ao contexto da sua deslocação. A disparidade que existe entre a qualidade e o custo da educação em Angola leva-os a sair do país. Visto que têm elevado capital cultural e humano (qualificação elevada), e mobilidade, estes indivíduos apostam na formação dos seus filhos no exterior.

“Um dos principais objetivos era o ensino. O ensino de qualidade em Angola é demasiado caro”.

Michellin

“O desejo de investir na educação dos filhos, uma vez que o ensino e formação em Angola ainda são ‘debilitados’”. Eduardo

O investimento no ensino português é algo que os membros mais privilegiados da sociedade angolana fazem a partir de Angola. O retorno desse investimento é obtido na forma de maior valorização profissional, e maior reconhecimento das competências e qualificações que adquirem, particularmente em Angola. Este facto aumenta a predisposição de escolher Portugal, e em alguns casos acionam a saída para o país. Passar por essa experiência aumenta o capital social e cultural daqueles que estudam em Portugal, e a possibilidade de conseguirem melhor emprego em Angola, e mesmo no exterior. Isso se traduz numa premissa de melhor qualidade de vida no futuro, a um custo reduzido. Carla comprova essa realidade quando menciona que o motivo de se instalarem em Portugal, ou pelo menos de adquirir imóvel em Lisboa, se prende a educação dos filhos. Fazer o ensino superior em Portugal no futuro seria uma continuação da sua formação no sistema educativo português.

“É mais um pensamento de futuro, como é que vai ser quando tivermos a nossa reforma. Ao mesmo tempo um pensamento nos nossos filhos, quando chegar a época da faculdade, no que é que nós vamos fazer. (...) não porque achamos que ele não será reconhecido se se formar em Angola. Mas achamos que, dependendo do que ele quiser fazer no seu futuro, ele pode não ter as oportunidades em Angola. E nós queremos ter um leque de possibilidades abertas. Não sabemos ainda o que ele vai querer, não sabemos ainda se vai ser possível que ele venha para cá fazer, mas queremos ter as oportunidades abertas para, se for o caso, ser tudo mais facilitado quando chegar o momento. Esse é o objetivo. Portanto, Portugal é um destino possível para uma faculdade, para uma criança que fala bem português. Portanto, é isso”. Carla

O ingresso no ensino português começa em Angola, visto que em algumas os filhos já frequentam o ensino português em Luanda.

“Conseguimos ter as duas miúdas na [...] que é escola portuguesa [...]. Era o mesmo sistema de ensino, praticamente o mesmo nível de aproveitamento [...]”. Michellin

“Eles fazem o ensino português. Apesar de não estarem cá, eles não estão no ensino angolano, eles estão no ensino português. Portanto, é mais uma coisa que me leva a pensar que amanhã, se for necessário, eles não vão ter uma dificuldade se calhar tão grande. Vai ser mais fácil para eles a integração e a passagem para uma universidade cá”. Carla

A saúde é um *driver* de predisposição pelo impacto que tem na qualidade de vida dos angolanos e cidadãos estrangeiros que residem no país. O contexto da saúde pública em Angola é marcado por grande precariedade, custos elevados e qualidade insuficiente. Para ter acesso à cuidados de saúde de qualidade

mínima, é necessário recorrer aos serviços de saúde nos hospitais privados (chamados de 'clínicas'). Essa opção não está ao alcance da população em geral, devido ao elevado custo desses serviços, que se tornam insuportáveis mesmo para os cidadãos de classe média. A falta de serviços saúde de qualidade em Angola é evidente no seguinte relato:

“Em Angola, para tu teres acesso (à saúde) com qualidade, e quando digo qualidade, não me refiro ao padrão de qualidade [...] qualidade no âmbito do que há disponível naquele país, tu tens de gastar os ‘olhos da cara’. Felizmente, eu sou daquelas pessoas que ainda tem essa possibilidade, não só por meu intermédio, mas também principalmente com o apoio da minha mãe. Eu consigo ter acesso a esse patamar mais caro, mas muitas das vezes nós optámos por ir à um país mais próximo. Estávamos sempre na África do Sul porque lá tínhamos acesso à saúde [...] com mais qualidade e mais barato. Não se gastava tanto como em Angola. Em Angola, é uma lástima, porque tu não consegues ir para o hospital e se sentir seguro com um médico angolano. Na maior parte das vezes, existe aquele preconceito de preferir um médico estrangeiro porque sabes que se calhar a qualidade, e aquela atenção, vai ser algo mais sério. Eu tive o meu filho cá, porque também, como eu disse a bocado, não achava que em Angola tinham as condições - não estou a desmerecer [...]”. Ingrid

Conforme o relato de Ingrid, muitos angolanos acabam por se deslocar para fora do país em busca de serviços saúde de qualidade tanto nos procedimentos, como no tratamento e acompanhamento, e um dos destinos dos angolanos que procuram cuidados de saúde de qualidade é Portugal.

A experiência de migração também é uma variável importante nas percepções que os entrevistados têm sobre a qualidade de vida em Angola de um ponto de vista comparativo. Ter passado tempo significativo fora de Angola e experimentado a vida noutras sociedades é uma experiência que um número reduzido dos entrevistados possuem. Alguns destes indivíduos cresceram fora de Angola e passaram uma parte significativa da sua vida em outras sociedades onde estudaram e trabalharam. Essa experiência de migração munuiu estes indivíduos de capital cultural e humano, e em alguns casos, influenciou na adaptação da vida em Angola aquando do retorno. Os casos da Ingrid e da Raquel, que cresceram fora de Angola, evidenciam bem isso. Ingrid regressou a Angola de forma mais permanente quando era jovem adulta, após ter crescido em outros países africanos, onde se formou e também trabalhou. Segundo as suas palavras, ela passou por “um grande choque cultural” no ambiente de trabalho quando trabalhou no setor público. Ela não se identificou com a cultura de trabalho de Angola, e rapidamente foi para o setor privado onde trabalhou em empresas multinacionais. As melhores experiências de trabalho que teve em Angola foi naqueles em que viajava. Isto a expôs a culturas diferentes, o que enriqueceu o seu currículo.

A experiência fora de Angola serviu de meio de comparação entre a vida em Angola e fora do país, e criou uma predisposição de no futuro continuar a viver noutros países.

“Angola seria sempre de passagem. Poderia ficar um mês, dois meses, mas nunca com a intenção de viver [...] numa perspetiva daquilo que eu quero, daquilo que é o plano para mim, Angola seria só passagem”. Ingrid

4.2.2. Drivers imediatos ou que influenciam diretamente na decisão de migrar.

Desemprego em resultado da crise económica foi apontado uma vez nesta amostra, como motivo importante na decisão de se mudar para Lisboa. Esta situação foi resultado direto da crise económica em Angola, que teve forte impacto em determinados setores da economia, em particular as empresas públicas ou estatais. Essa crise económica começou com o choque do setor petrolífero (Banco de Portugal, 2021). Njinga teve a sua vida profissional e os seus negócios afetados pela crise. As oportunidades de trabalho no seu setor começaram a escassear e as fábricas começaram a fechar. A perda do seu emprego foi o fator que despoletou a saída de Angola, apesar de outros fatores que já a levavam a considerar essa hipótese.

“Neste momento estaria desempregada, a espera de indemnizações, sem saber o que fazer, conforme lá o pessoal está”. Njinga

4.2.3. Drivers precipitantes ou impactantes a ponto de acionar a mobilidade

A família foi apontada como motivo importante para sair de Angola devido as alterações na vida pessoal, que resultaram de constituir família e de ter filhos. Considerar que o ambiente social em Angola não é o melhor para o desenvolvimento dos filhos fez com que aqueles que têm filhos considerassem seriamente a possibilidade de se estabelecer fora do país. Ingrid, que cresceu fora de Angola, não se identificou com a realidade cultural do após o seu regresso. Embora já tivesse aspirações claras de sair de Angola, o nascimento do seu filho foi o fator que despoletou a mobilidade.

“Pouco antes de engravidar, eu já pensava muito em sair de Angola, mas também não queria sair com uma ‘mão a frente e a outra atrás’, porque não posso dizer que tinha uma poupança que me permitisse fazer isso. Mais depois, quando eu engravidei, eu comecei a pensar seriamente nisso porque, se para mim, eu sentia que Angola não servia para mim e, como eu tive a oportunidade de crescer fora – os meus pais tiveram a possibilidade de nos dar essa oportunidade - então eu também queria fazer o mesmo pelo meu filho. Então, eu comecei a pensar seriamente nisso, porque se não servia para mim, de maneira nenhuma que iria servir para o meu filho”. Ingrid

Manuel é um dos indivíduos que saiu de Angola com a esposa e os filhos. Enquanto ele circula entre as duas fronteiras, a família permanece fora a maior parte do tempo. Um dos motivos que o levou a decidir sair do país com a família é o ambiente em que vê muitas crianças angolanas inseridas, ambientes mais apropriados à adultos do que a crianças, além da falta de segurança para as crianças na rua. Na sua opinião, as crianças que muitas vezes estão em ambientes para adultos têm um crescimento demasiado acelerado e não adequado a idade delas. Ele diz:

“Portanto, o fator número um desta mudança basicamente é as crianças crescerem com uma educação académica boa, e também [...] eu considero que crianças em Angola têm um crescimento desajustado para a idade deles [...] eu cheguei lá e achei que os meus filhos, relativamente às outras crianças, estavam bastante atrasados em termos comportamentais [...] Quando chegamos à Portugal, reparamos que as crianças da idade deles, da turma deles, têm todos o mesmo comportamento e do mesmo tipo de mentalidade. Eu não sei se terá a ver só com ensino, ou se não terá a ver com o fator social de Angola [...] não havia tanta atividade para crianças, para os fins de semana, que estas crianças acabam por estar fechadas em festas de quintal com adultos, em ambientes não propícios à uma criança. Uma criança deve estar num parque, deve ir brincar, deve ir a festinhas de crianças [...] E eu achei que as crianças de Angola são muito mais ‘adultas’ do que os meus filhos, e era uma coisa que, realmente, eu não queria que acontecessem aos meus filhos cá. Nós gostaríamos que eles vivessem a infância deles como crianças”.

Estes comentários demonstram como nas famílias, as aspirações da migração estão relacionadas com e envolvem as aspirações sociais e educacionais dos pais para os seus filhos.

4.2.4. Drivers de mediação que habilitam, aceleram, limitam ou reduzem a mobilidade

A dupla cidadania é um eixo de diferenciação e seleção que determina a fluidez e acesso a mobilidade. Sair de Angola é um desafio grande. Obter algum tipo de visto que permita sair do país para um destino na Europa é um desafio para a maioria dos angolanos. Os dados sobre o número de vistos concedidos nos postos consulares portugueses em 2020, mostram que o posto consular em Angola foi o segundo que menos vistos emitiu. Ter cidadania portuguesa, ou título de residência emitido em Portugal habilita as deslocações para fora de Angola. Quem tem estas vantagens tem maior mobilidade e pode transitar entre fronteiras com facilidade, isento dos constrangimentos comuns no controle de fronteiras e migração. A vantagem de ter dupla cidadania ou possuir título de residência é refletida, por exemplo, na frequência e antiguidade das deslocações entre os dois países.

Entrevistador: " [...] Desde que chegaste à Portugal, tens transitado entre os dois países, ou não"?

Njinga: "Ainda não, ainda não. Isso porque a transição entre Angola e Portugal [...] nós temos de nos legalizar e ter os documentos de Portugal. Só assim conseguimos transitar de um país para o outro, senão é mais complicado. Ainda mais com a situação de Angola, conforme está o nível da economia em Angola, com o as barreiras que tem (o país), se nós sairmos daqui de Portugal para Angola, para voltar seria muito, muito, muito difícil".

Ter emprego em Angola é sem dúvida um fator que compõe a infraestrutura de migração, e que mais influenciam esse processo. No caso dos indivíduos entrevistados este facto não poderia ser mais real. Conforme visto, os indivíduos desta amostra trabalham principalmente em Angola, quer tenham dupla cidadania, título de residência ou visto emitidos por Portugal. Trabalhar ou ter fontes de rendimentos em Angola é uma das principais razões das deslocações entre os dois países, e influencia a temporalidade delas na frequência e duração. Ter trabalho e rendimentos com origem em Angola possibilita alcançar a qualidade e o estilo de vida procurada fora do país, e a manutenção dos mesmos. Sem o emprego bem remunerado em Angola, todo o projeto de se instalar fora de Angola e transitar entre fronteiras estaria comprometido. Além da vantagem da possibilidade maior de progresso na carreira, salários aliantes, bem superiores ao rendimento em Portugal, o mercado de emprego em Angola permite trabalhar em setores que não existem em Portugal, ou são pouco significativos, e que não estão ao alcance dos angolanos. Isso é evidente nos relatos dos entrevistados

"Graças a Deus tenho tanto um padrão de vida bom em Angola como em Portugal. Graças ao produto de Angola consigo sustentar os dois lados". Raquel

A acumulação de rendimentos de Angola tem impacto significativo nos planos de deslocação e permanência no exterior daqueles que querem sair de Angola. Visto que a grande maioria dos entrevistados trabalha em Angola, e tem o emprego como a principal fonte de rendimento, eles enviam regularmente capital de Angola para fora por meio de transferências de divisas para contas bancárias que têm no exterior. É através dessas transferências, em adição a outros valores que levem consigo ao sair de Angola, e dos rendimentos no exterior, que conseguem alcançar e manter a tão procurada qualidade de vida e o estilo de vida que desejam. Com esses recursos financeiros conseguem cobrir as suas despesas no exterior com habitação, educação, saúde, alimentação e outras. Esta estratégia de enviar capital de Angola não é isolada de todo, visto que permite outras estratégias como o *homebanking*. O envio de capital é condicionado por algumas dificuldades com as transferências bancárias.

"[...] eu já tive os bancos que existem em Angola e cá, e tive de desistir porque eram os piores. Agora, sim, há mais facilidades comparando com 2015, 2016 e 2017. Sim, agora as transferências saem; já tiveram melhor. Já saíram dentro de 5 dias, esta minha última [...] demorou mais de 15

dias para sair. E, basicamente, é um ordenado que entra com 15 dias de atraso já atraso. [...] E, o salário atrasando (nas transferências), e muitas vezes atrasa bastante, complica um bocado as coisas, faz com que nós tenhamos de ir buscar poupanças e mexer em poupanças, que não era o suposto, por que voltar a repô-las é difícil.”

Samuel e Sandra, que trabalham no setor bancário, procuraram desde o início e cobrir as despesas e os custos da vida fora de Angola com a renda dos investimentos que tinham feito de antemão, por saberem das dificuldades envolvidas nas transferências bancárias. Eles dizem:

“[...] nós só decidimos meter aqui os nossos filhos se tivéssemos [...] rendimentos aqui para suportar os custos com os investimentos cá. [...] Não pensamos, do tipo, enviar dinheiro de Angola para cobrir os custos cá. [...] Não, primeiro fizemos o investimento no mercado imobiliário [...] porque era difícil transferir [...] de Angola para aqui. [...] esses investimentos é que cobrem todos os custos dos nossos filhos cá. Nós não temos de estar a enviar mais dinheiro para aqui.”

4.3. Drivers da mobilidade: perspetiva do destino

O entendimento das motivações migratórias dos interlocutores necessita de uma análise dos drivers na região de origem, bem como na região de destino. Estes drivers refletem as condições locais encontradas em Portugal, que representam ganhos ou vantagens expressas na forma de expectativas.

4.3.1. Drivers de predisposição ou que geram os contextos ou os cenários no quais é mais provável que ocorra a migração, em resultado das desigualdades entre Angola e Portugal

Angola e Portugal têm entre si fortes laços históricos, políticos, culturais e económicos. Dentre os aspetos culturais são de salientar a língua, a religião e a alimentação. Estes aspetos comuns, partilhados por portugueses e angolanos tornam mais provável a escolha de Portugal como país de destino dos angolanos. Também, a cultura comum tem o potencial de facilitar a adaptação e assimilação na sociedade local.

“[...] e depois todo o contexto histórico de Portugal: facilidade da língua, a aproximação em termos da comida, todo o resto do contexto que une o angolano à Portugal. O angolano naturalmente tem um vínculo próximo com Portugal em termos de cultura, em termos de todo o aprendizado histórico”. Carla

Estas expressões sobre como a cultura influencia na integração dos angolanos em Portugal, são evidência de como a lusofonia, a cultura e os costumes favorecem na escolha de Portugal. Um número significativo dos entrevistados indicou que ponderou outros destinos além de Portugal na Europa e na América do Norte.

“Tentei ir para a Inglaterra, mas acabou por ser apenas férias, porque o meu irmão tinha intenção de que eu ficasse lá com ele, para nós organizarmos a vida a partir da Inglaterra. Mas não consegui sentir isso. Experimentei, fiquei lá um mês de férias apenas. Não deu para mais. [...] Atualmente, alguns exemplos que eu tenho da Inglaterra não são [...] abonatórios, infelizmente. A língua é algo que é ultrapassável, mas existem outros fatores que, socialmente, Portugal está melhor, e acaba por oferecer mais do que a Inglaterra em alguns aspetos. Não obstante o peso que cada um deles tem, portanto. [...] a Inglaterra com mais peso, mas ainda assim, Portugal, na sua pequenez, ainda consegue ser grande”. Michellin

Ter fortes laços familiares em Portugal é motivo evidente para se mudar para o país, sobretudo no caso daqueles que são filhos de angolanos e portugueses. Mas, em todos os casos, ter familiares e parentes a residir em Lisboa é importante pelo apoio que estes oferecem, visto que frequentemente compõem o núcleo da *network* de quem migra ou se desloca com frequência entre fronteiras, e ajudam com as infraestruturas da mobilidade como alojamento. Alguns dos entrevistados se alojavam na casa de familiares nas deslocações anteriores à Lisboa. Os familiares também costumam partilhar a experiência e conhecimento sobre o estilo e condição de vida em Lisboa.

4.3.2. Drivers imediatos ou que influenciam diretamente na decisão de migrar.

A qualidade do sistema educativo português, quando conjugado com a língua comum, atraem os angolanos (pais e jovens).

Ingrid cresceu e se formou fora de Angola. Ela tem um filho em idade pré-escolar e veio à Portugal acompanhada de uma jovem adolescente sob sua responsabilidade. Para ela o fator escola, ou educação, é primordial.

“Eu vim para cá com uma menina que é filha duma senhora que trabalhou comigo em Angola. (Lá), ela estava numa escola [...] do bairro, escola pública onde [...] na 7ª classe aprendia coisas que eu aprendi na 3ª classe fora de Angola. Eu vim com ela para cá. Ela já está enquadrada na escola básica, está a fazer 8º ano. [...] deram-lhe meios de trabalho. Deram computador, deram cartão da Internet, tudo isso gratuito”.

Em alguns casos, a saída de Angola, mais concretamente a decisão de o fazer, só foi tomada com a conclusão do ensino secundário. Este é o caso dos jovens adultos Rogério e Mário, que pretendiam ingressar no ensino superior fora de Angola, numa perspetiva de enriquecimento do seu capital humano, devido a qualidade do ensino superior em Portugal. Além da experiência adquirida como alunos internacionais em Lisboa, existe também uma componente de desenvolvimento pessoal e amadurecimento nessa decisão. Em Lisboa, estes jovens vivem na casa de familiares em condições diferentes das que tinham nas suas casas em Luanda. O caso de Mário é o que melhor espelha essa mobilidade. Ele tem pai embaixador e está acostumado a viajar, além de ter uma *network* de migração que inclui amigos e familiares. Ele decidiu estudar em Lisboa porque os seus amigos de Luanda também tinham escolhido estudar na capital portuguesa. Mas mais do que isso, ele viu na mobilidade a oportunidade de crescer e ganhar alguma independência financeira dos pais, apesar de ter qualidade de vida bem elevada em Angola.

“[...] antes de eu vir para aqui eu, como já estava farto [...] já não queria estar em Luanda, então eu [...] sugeri que tivesse uma vida mais [...] normal. Sugeri aos meus pais que tivesse uma vida mais normal [...] uma vida não igual à que eu tenho em Angola. [...] eu sempre tive o meu espaço, sempre tive o meu quarto, sempre tive as minhas coisas [...] quando eu cheguei cá, tive de viver na casa da minha (tia) [...] tive de aprender a lidar [...] com o facto de não ser o que eu sempre tive, então tive de aprender que a vida aqui não é exatamente como [...] com o que eu cresci em Luanda [...] Então, eu sei que o que tinha de [...] tratar de coisas que eu não costumava tratar. Eu nunca, nunca tive problemas com isso, mas é uma mudança. Em Angola não fazia isso, mas aqui passei a fazer, e respeito, agora sou mais organizado nesse aspeto [...] Acho que faço mais, sou mais independente, nesse aspeto e ‘ya’. É a isso que eu estou a me referir. É o facto de, por exemplo, lá em Angola tinha pessoas que faziam certas coisas por mim, que já não tenho aqui [...] Agora, eu trabalho, então já não preciso de... já não preciso de nada de ninguém, por enquanto. Eh, vamos esperar que se mantenha assim [...] agora estou a trabalhar, mas antes eram os meus pais que me sustentavam”. Mário

A qualidade de vida que se pode obter em Lisboa é um grande atrativo para os angolanos desta amostra. Embora estes indivíduos usufruam em Angola melhores condições de vida do que a vasta maioria dos seus concidadãos angolanos, eles entendem que podem alavancar a qualidade de vida ao se instalar em Lisboa. Essa melhoria na qualidade de vida é refletida em várias vertentes como o custo de vida, a segurança, e até mesmo a igualdade social. Sobre o custo de vida, e o impacto que tem na qualidade de vida, o exemplo de Manuel evidencia como a qualidade de vida que consegue ter em Lisboa é maior do que a que tem em Luanda.

“O facto de eu aqui conseguir fazer mais com o meu dinheiro do que faço lá. Há um atrativo evidente em partilhar o meu tempo entre lá e cá. Lá eu ganho o dinheiro, e cá, prontos, vivo. Cá vivo, lá é, um bocado, sobreviver”.

Os mesmos recursos que gastaria em Angola valem mais em Portugal ou possibilitam obter mais bens e serviços quando transacionados. Isto possibilita melhorar o padrão de vida de forma significativa, e a qualidade da mesma, com base no custo de vida. Isto se dá sobretudo porque Portugal tem uma maior disponibilidade dos mesmos bens e serviços que adquirem em Angola. Portanto, mesmo que se mantenham os hábitos de consumo, o padrão de vida tende a melhorar empregando os mesmos recursos.

“Eu, atualmente, consigo... eu chego ao ponto que mesmo a minha vida em Angola melhorou pelo facto de eu estar aqui. [...] eu venho cá todos os meses, eu todos os meses faço as minhas compras no Continente e levo-as para Angola. Só isso faz com que eu consiga ter produtos de luxo que cá são normais, mas que lá são de luxo. As coisas que são de importação são de luxo. Eu consigo tê-las em casa, mas, se as fosse comprar com os meus ‘Kwanzitas’, iria passar mal”.

Manuel

Essa qualidade de vida é tanto um driver de predisposição, por ser própria do contexto social em Portugal, como também driver imediato pelo papel que desempenha na decisão de muitos de sair de Angola.

O ambiente social mais seguro vivido em todo o Portugal é muito apreciado, sobretudo pelos pais com filhos menores, e fica evidente no quão à vontade se sentem em Lisboa, e nas atividades que praticam com os filhos. Para os pais, qualidade de vida envolve proporcionar aos filhos a liberdade e segurança para brincar e usufruir da cidade e dos espaços nela.

“Vamos andar de bicicleta bastante, nós vivemos num bairro em que há essa possibilidade de pegar nas bicicletas e nos skates e andar de um lado para o outro. Isso fazemos bastante, com bastante frequência, e para mim esta parte é mais..., é priceless, não sei se entendes. Para mim o especial é ver as crianças a poderem andar de bicicleta na rua, e de trotinete, sem terem medo de serem roubados ou de serem atropelados, porque tem condições para o fazer. Para mim é mesmo qualquer coisa que tem um valor inestimável. Eu posso contar que tenho um filho que, quando vai à Angola, ele tem medo de sair de casa. Ele não gosta de sair de casa. [...] Ele muito poucas vezes sai de casa, e quando sai de casa, é para ir para uma praia em que não haja muita gente”. Manuel

O custo e a qualidade da saúde pública em Portugal, e o acesso a ela, são muito diferentes da realidade em Angola. A procura por serviços de saúde foi mencionada repetidas vezes durante as entrevistas, mesmo que em diferentes cenários, de acordo com o género e a idade. As mulheres deslocam-se a

Portugal durante a gestação para serem acompanhadas antes e depois do parto. Os homens procuram fazer consultas de *check-up*, sobretudo devido a idade e a atividade profissional, como no caso daqueles que trabalham na indústria petrolífera e em *Offshore*.

Sobre o papel da saúde, a qualidade e o custo de acesso, Ingrid realça a saúde infantil e juvenil, e a medicina de especialidade que encontrou em Portugal. Ela comenta sobre a saúde do filho, que exige atenção especial.

“A saúde foi primordial [...]. Eu tentei fazer algumas consultas com ele em Angola, e não tive resultados. Não tive resultados e inclusive disseram que não era nada. Eu estava já a me preparar para ir ter uma segunda opinião na África do Sul, mas como já tinha esse processo de vir para cá em curso, eu decidi vir para cá. [...] não me surpreendeu porque um dos melhores centros de saúde com especialistas, e que uma das especialidades é a neurologia, e digo que é o melhor de Portugal [...] é o Hospital Dona Estefânia. Eu pensava que o Dona Estefânia fosse privado. O Dona Estefânia é público, e o meu filho teve acesso a todos os exames, todo acompanhamento, de graça, gratuito, ao passo que em Angola eu pagaria 2 salários e mais alguma coisa para que o meu filho tivesse tudo isso. [...] ao passo que em Angola o público (saúde pública) não tem qualidade nenhuma. Tens de ir para o privado. Aqui já não, aqui funciona, pode não ser 100%, mas para nós, que já sabemos o que é ter menos, para nós é mais fácil valorizar o que nós encontramos aqui”.

4.3.2. Drivers de mediação que habilitam, aceleram, limitam ou reduzem a mobilidade

Um fator importante na preparação para migração ou vivência transnacional entre Lisboa e Angola é o investimento imobiliário. Ter casa própria em Lisboa contribui muito para alcançar a qualidade de vida que a classe média angolana busca em Portugal. Um número reduzido dos entrevistados não adquiriu ainda um imóvel em Lisboa, embora este seja um dos seus objetivos de médio prazo. Ter casa própria é um passo importante no processo de legalização daqueles que ainda não têm título de residência ou dupla cidadania, e é tanto um fator precipitante ao mudar para Lisboa, como mediador do estilo de vida que imaginaram. Adquirir imóvel em Lisboa distingue estes indivíduos, e é testemunho do seu capital económico superior, visto no número de imóveis que possuem, na qualidade e na locação destes.

A possibilidade de investir em Portugal é um fator de atração significativo na escolha de Lisboa como destino dos indivíduos estudados. A principal forma de investimento é no mercado imobiliário, em que alguns procuram comprar imóveis para arrendar e gerar rendimentos. A restauração também é uma forma de investimento considerada nesta amostra. Os investimentos são uma potencial fonte de

rendimentos para o futuro, e são um acréscimo às pensões nos anos de reforma. Quer arrendem os seus imóveis, quer habitem nesses, a opção de venda perspectiva lucro sobre o valor de compra, de acordo com a situação atual do mercado. Há cerca de 8 anos, Filipe e sua esposa compraram um imóvel em Lisboa. O imóvel permanece fechado quando a família está em Angola, e, no entanto, valorizou entre 45% e 50%.

“[...] isto para mim se traduz num ganho, por conta da visão que temos, e [...] das análises e estudos que já fizemos [...]”.

A prática de fazer investimentos é algo intrínseco dos interlocutores, tanto adultos como jovens adultos, e é algo que também fazem em Angola visto terem investimentos nos transportes, no mercado imobiliário ou em algum comércio. A natureza da atividade profissional de alguns criar neles a predisposição de investir.

CAPÍTULO V – Discussão

5.1. Migração de estilo de vida

As características do grupo que participou neste trabalho mostram que existe, dentre a população angolana residente em Lisboa, indivíduos com características equiparáveis a classe média nos países desenvolvidos. São pessoas relativamente ricas tanto em Angola como em Portugal, com qualificação elevada e alto capital. Os motivos da migração destes indivíduos são similares aos apontados na migração de estilo de vida, sendo que se resumem num esforço de melhorar a sua condição de vida e dos seus familiares. São de fato pessoas privilegiadas que decidiram deixar Angola devido as condições sociais no país, e movidos pelas aspirações de melhorar o estilo e qualidade das suas vidas. Semelhante ao que acontece nas migrações de estilo de vida, eles pessoas dividem parcialmente o seu tempo entre os dois países. Visto que são pessoas instruídas, com bastante capital cultural, e um número significativo deles com literacia ou conhecimento financeiro, eles consideram com cuidado como aplicar o seu capital económico e os recursos acumulados em Angola para alcançar as projeções que fazem sobre a vida em Portugal. As características intrínsecas dessas pessoas, como o seu capital extenso e diversificado, confere-lhes maior agência, vista na sua mobilidade superior e na capacidade de escolha sobre onde e como viver.

Gráfico 5.1 – Informação pesquisada antes de se instalar em Portugal



Fonte e cálculos do autor

Contrário àquilo que é comum nas migrações do Sul Global para o Norte Global, os angolanos desta amostra movimentam os seus recursos, sobretudo o capital social e o capital económico, e aplica-os em Lisboa. Facilmente transferem o seu capital económico para Portugal, mas transferir a sua experiência

educacional e profissional é mais difícil. De facto, eles não esperam encontrar em Portugal melhores oportunidades de emprego e salários mais elevados do que em Angola. Isto faz com que prefiram trabalhar em Angola e investir em Portugal. Eles reconhecem que o capital económico que possuem valoriza em Portugal, e investem-no na educação dos seus filhos, em cuidados de saúde de qualidade, no mercado imobiliário. O estilo de vivência transnacional é para eles uma estratégia para preservar o estatuto profissional e salários elevados em Angola, e ao mesmo tempo aumentar a qualidade e estilo de vida em Lisboa.

Similar ao que acontece com a migração de brasileiros de classe média em Londres, estudada por Robins (2019), esta migração também se dá entre dois ambientes urbanos, uma vez que são angolanos nativos e residentes em Luanda, capital e maior cidade de Angola. Eles têm uma mentalidade cosmopolita, e também mostram o desejo pelo intercâmbio cultural que acontece em cidades multiculturais como Lisboa. O estilo de vida dessas cidades atrai estes indivíduos. Isto pode ser resultado das experiências de migração e de viagem que muitos têm, que os levou a experimentar culturas diferentes, ambientes diferentes e formas diferentes de pensar e de estar na vida. Isso é evidente nas atividades que praticam em Lisboa que incluem visitar a Baixa de Lisboa e os bairros típicos da cidade, os museus, teatros e salas de espetáculos, monumentos históricos, parques e jardins. Além de explorar Lisboa, os indivíduos deste grupo também procuram viajar pelas diferentes regiões e cidades de Portugal.

“Por acaso, um dos grandes objetivos que eu tenho, e aliás, já vem desde antes da família ter se instalado, era este enriquecimento cultural, ou enquadramento sociocultural [...] Eu dizia: ‘Não, nós não podemos [...] vir para Portugal só para fazer compras. Também precisamos conhecer Portugal, conhecer a história que já ouvimos dos livros e dos filmes. Também interessa-nos conhecer a realidade do país, os cantos e os sítios, e mesmo aqui dentro de Lisboa’”. Michellin

“Fomos conhecer a universidade de Coimbra, fomos ao Jardim Botânico de Coimbra [...] e também essa é uma pretensão nossa, sempre que cá viermos, ir conhecer uma cidade nova, conhecer a cultura daquela cidade, hábitos, costumes [...]”. Sandra e Samuel

A atenção ao estilo de vida na migração destes angolanos pode ser observada no sentido ou significado que atribuem as atividades que praticam, normalmente voltados ao enriquecimento cultural, experiências e memórias, à qualidade e alegria na vida familiar, à segurança, lazer e entretenimento. Mais do que isso, quando questionados sobre o futuro, muitos expressam o desejo de viajar para outros países para investir e até mesmo se instalar neles, em oposição a ideia de regressar para Angola de forma permanente.

“Eu sou do mundo [...] pertenço ao mundo”. Ingrid

5.2. Mobilidade privilegiada

Nos estudos das migrações, a mobilidade privilegiada tem sido associada ao poder político, cultural e económico do país de origem, que costuma ser maior do que o do país de destino (Croucher, 2012). Contrário do que acontece noutros casos, Angola não tem, no sistema mundial, maior poder político, cultural e económico que Portugal. Isto se deve a herança colonial, que historicamente definiu as relações de poder entre os dois países. Apesar disso, em Lisboa os angolanos com capital elevado são privilegiados tanto em relação a maioria dos seus concidadãos angolanos, como em relação a maioria dos portugueses, devido ao seu estatuto económico superior. No caso dos que descendem de angolanos e portugueses, o seu privilégio é perpetuado, ou herdado dos seus pais portugueses pelo direito que têm a dupla cidadania. Além disso, alguns beneficiaram da posição social de que usufruíram os seus familiares portugueses, herdando, entre outras coisas, propriedades.

O passaporte português concede maior mobilidade, conforme confirmado na análise da média anual de deslocações entre Angola e Portugal. Os que têm dupla cidadania transitam entre os dois países em média 3,9 vezes, ao passo que os outros o fazem em média 1,7 vezes.

Ao contrário daquilo que é comum na mobilidade privilegiada, estes indivíduos não vivem separados da sociedade local em Lisboa porque de facto se sentem assimilados nela. Isso é sem dúvida resultado dos aspetos culturais comuns aos dois países como a língua, gastronomia e religião. Embora privilegiados, e levem a vivência transnacional, eles não se isolam em aglomerados étnicos. Semelhante ao que acontece com a migração de brasileiros em Londres (Robins, 2019), estes angolanos tendem a viver menos no seio da comunidade imigrante angolana. Eles estão mais dispersos, e estão mais assimilados na sociedade portuguesa, embora procurem consumir produtos ligados a cultura angolana, como a música e a dança, quando vão às discotecas angolanas. Essa desconexão da comunidade angolana não tem motivações raciais ou de posição social dentro da comunidade. Ela é explicada pelo estilo de vida que muitos procuram adotar em Lisboa, onde prezam mais o sossego, o anonimato e a vida familiar. É por isso que muitos limitam o seu contacto com a comunidade à angolanos que sejam amigos e parentes.

“Não vamos porque queremos estar com angolanos, tirando a discoteca, que nós vamos porque ali há a nossa dança, a nossa maneira de divertir [...] nós nos revemos ali, por isso é que nós vamos para lá. Mas [...] ir assim à bairros que sabemos que a comunidade angolana lá é forte [...] não. Nós vamos porque se calhar temos um familiar lá [...]”. Sandra e Samuel

“Eu gosto de estar fechada no meu círculo. Aqui ou em Angola, normalmente, eu vou estar um bocadinho fechada dentro do meu círculo”. Carla

Importa notar que, as consequências da mobilidade privilegiada deste grupo na cultura e economia da sociedade em Lisboa (Croucher, 2007), não se assemelha as que se observam nas mobilidades privilegiadas. Eles não estão a tomar os postos de trabalho dos nativos em Lisboa, nem a influenciar negativamente os comportamentos dos locais. Embora estejam ainda em idade ativa, as profissões em que muitos deles trabalham em Angola não estão disponíveis em Portugal. Além disso, permanece neles o sentimento generalizado de que não têm as mesmas possibilidades de acesso aos postos ou cargos similares àqueles que ocupam em Angola.

Conforme esperado sobre os angolanos estudados, um número significativo deles descende de angolanos e portugueses, o que lhes confere certos direitos que se traduzem em vantagens na migração e na mobilidade. No entanto, a raça, como característica diferenciadora, apenas lhes proporciona certa medida de privilégios na sociedade angolana, onde ser mulato representa certa forma de capital simbólico.

“E é um problema muito grande ainda, infelizmente [...] Quando a pessoa estuda fora, e tem um tom de pele mais claro, infelizmente isso, em Angola, ainda é vigente. Não vamos tapar aqui o Sol com a peneira. Ser da família tal, ser branco, se é mestiço, estudou fora e viveu fora, as portas parece que estão [...] Embora eu ache isso uma injustiça. Não concordo, porque [...] não é pela cor da pele [...] é pelas competências, sou dessa opinião. Sou desta opinião, mas tive às coisas muito facilitadas. Eu entrei para uma empresa e, neste momento, mesmo estando no estrangeiro, estou nesta empresa, porque é uma grande empresa”. Raquel

A raça não confere nenhum privilégio particular em Portugal. De facto, a dificuldade de conseguir em Lisboa empregos semelhantes aos que têm em Luanda é transversal ao grupo, embora entendam que depende do esforço de cada um e de como os angolanos são percebidos pelos de fora, a imagem coletiva do angolano. Os que mais notam diferenças no tratamento que recebem em Portugal, como no acesso ao emprego, por exemplo, são os jovens em idade universitária. Eles sentem que Portugal não oferece oportunidades de emprego e crescimento profissional em cargos elevados, nem que existe dentro os jovens portugueses ambição para alcançar tais cargos.

“[...] eu até gosto de viver cá [...] ainda quero conquistar muita coisa, mas não acho que Portugal seja um país [...] que proporciona tantas oportunidades, ou seja um país em que a pessoa consiga conquistar muita coisa [...] por outro lado é um país muito seguro, muito, muito bom para se viver [...] no entanto, na questão de ambição, de querer conquistar muitas coisas, não acho que Portugal ofereça assim tantas oportunidades nesse aspeto [...] eu gosto da liberdade de estar, de poder fazer o que quero, então eu acho que me condicionaria muito nesse aspeto”. Mário

“Tenho o objetivo de terminar a formação cá, mas não tenho o objetivo de ficar cá para trabalhar. Primeiro, eu acho pela questão da desigualdade [...] eu acho que a vida cá é muito medíocre [...]

cá, o Estado, de uma certa forma, aperta as pessoas e leva-as a se contentar com pouco [...] amigos com quem conversei que estão cá a fazer a formação, por exemplo em economia, mas o objetivo deles é acabar a formação e arranjar emprego numa pastelaria [...] os jovens têm a ideia de que não conseguem alcançar mais [...] para eles é arranjar um emprego em que ganhem 900 – 1000 Euros, fazer um crédito habitação e crédito automóvel, e já está. Vivem o resto da vida a pagar dividas”. Rogério

Estes comentários refletem o pensamento dos jovens angolanos que estão no ensino superior em Portugal, ou que já o concluíram, e também a realidade que enfrentam os jovens portugueses. A falta de oportunidades na área de formação é um dos motivos que fazem os jovens portugueses deixar Portugal, e emigrar em busca de melhores oportunidades de trabalho e progresso na carreira.

5.3. Economia da vivência transnacional

A economia da vivência transnacional inclui diferentes dimensões apresentadas como motivações, custos, ganhos, arranjos e barreiras. Questões da vida económica interagem com a vivência transnacional e se enquadram nessas dimensões (Erdal e Carling, 2020).

Tabela B – Estrutura concetual para entender as economias da vivência transnacional

Dimensão	Definição	Exemplos
<i>Motivações</i> económicas para a vivência transnacional	Benefícios expeáveis ou obtidos que tornam a vivência transnacional possível ou desejável	Trabalhar em Angola para proporcionar melhor qualidade de vida em Portugal
<i>Custos</i> económicos da vivência transnacional	Gastos ou perdas de rendimento em resultado da vivência transnacional	Despesas de viagem; despesas gerais e de habitação em dois países
<i>Ganhos</i> económicos da vivência transnacional	Oportunidades de gerar rendimento ou reduzir despesas com a vivência transnacional	Poupanças na aquisição de bens e produtos em Portugal; investimento no setor imobiliário para fonte secundária de rendimentos
<i>Arranjos</i> económicos da vivência transnacional	Escolhas económicas que possibilitam ou sustentam a vivência transnacional	Organização familiar em que alguns circulam entre fronteira e outros permanecem no destino para economizar com a educação

Barreiras económicas a vivência transnacional

Despesas económicas que dificultam a vivência transnacional mesmo que desejadas

Desistir ou suspender a vida profissional para focar na vida familiar

Adaptado de Erdal e Carling, (2020, p. 9)

5.3.1. Meios de vida

Os meios de subsistência são tanto um motivo da vivência transnacional, devido as diferentes provisões entre Angola e Portugal, como um arranjo económico que garante a continuação da mesma. Os indivíduos estudados fazem arranjos para dividir o seu tempo e meios de subsistência entre Angola e Portugal. As principais fontes dos meios de subsistência são os seus empregos, negócios e investimentos em Angola, que exigem a presença física deles no país para parte do tempo. Os rendimentos que daí provêm são depois canalizados para os investimentos e o sustento das suas famílias em Portugal. O envio de rendimentos, considerada remessa reversa, é a principal estratégia económica destes indivíduos, seja através de transferências bancárias para as contas que possuem em Portugal (*Homebanking*), como através de agências de envio de dinheiro. Quando estão para se deslocar a Portugal, estes indivíduos reforçam as economias recorrendo às poupanças que fazem para cobrir as despesas adicionais da sua deslocação e estadia.

Em casos particulares os meios de subsistência são providos pelo trabalho em Portugal. São arranjos específicos que podem ser temporários, em função da situação de emprego em Luanda, e dos objetivos da vivência transnacional.

5.3.2. Habitação

Ter habitação própria em Angola e Portugal é dos aspetos centrais da vivência transnacional da população em estudo. A maioria dos indivíduos adultos entrevistados tem um imóvel na AML, e em alguns casos mais do que um, a maioria deles comprado durante deslocações a Portugal. A opção de comprar é um arranjo económico que está relacionado à motivação e ganhos da vivência transnacional, por ser mais económico do que a alternativa de arrendar. Na maioria dos casos analisados, os imóveis são habitados pelas famílias, quer permaneçam em Portugal a maior parte do tempo ou não. Nos casos em que os indivíduos e as famílias transitam entre os dois países, os imóveis ficam vagos quando se ausentam de Lisboa. Esta parece ser a regra, e a gestão desses imóveis é feita sobretudo por *Homebanking*.

Tendo em conta o crescimento do mercado imobiliário registado nos últimos anos, comprar imóveis e colocá-los para arrendar passou a ser uma opção viável de rendimento. Esta prática é pouco aplicada pelo grupo da amostra, e nos casos em ocorre ela está associada apenas a duas famílias.

5.3.3. Mobilidade

O custo de manter a vivência transnacional é refletido na mobilidade e a habilidade de se deslocar com frequência entre Angola e Portugal. No entanto, a questão relacionada com os *custos económicos* da mobilidade entre fronteiras é pouco referenciada pela população em estudo. O capital económico destes indivíduos permite que se desloquem com frequência e conforto entre os dois países, com a família ou individualmente, quando necessário, porque os benefícios de manter a vida transnacional superam as despesas. Outros fatores condicionam as deslocações entre fronteiras.

As principais considerações sobre as despesas com a mobilidade envolvem os custos das deslocações em Portugal, em que se coloca a opção de adquirir automóvel próprio. Alguns dos indivíduos entrevistados têm automóvel próprio, e isso acaba por ser um *ganho económico* que lhes permite poupar o que gastam em Táxis e serviços eletrónicos de transportes.

Entrevistador: “Mas é uma coisa que permite ter mobilidade. Na questão da mobilidade, lá em Angola tinhas transporte próprio, veículo próprio, e cá também tens. Mas quanto a mobilidade, é melhor em Angola, ou em Portugal?”

INGRID: Quando falamos da mobilidade, em termos de transporte, em Angola tinha um carro próprio ... E aqui, ao contrário de Angola, tu consegues com €1500, com €1000, com €800 comprar um carro de ocasião que te permitirá fazer alguma coisa durante um tempo. Uma coisa temporária e depois comprar alguma coisa melhor. Já em Angola... por 1 milhão de Kwanzas tu não compras um carro em Angola, não compras. Atualmente não ... Quando voltei, agora em novembro do ano passado, em uma semana eu gastei mais de €300 com Uber. Por mês, eu gasto €100 em combustível (tem viatura própria). Não ando muito, mas, se eu tiver de ir à Setúbal, eu vou à Setúbal; se tiver de ir à (qualquer outro lugar), eu vou”.

A relação qualidade/preço é melhor em Portugal, pelo que adquirir automóvel de qualidade é mais económico do que em Angola. Esta estratégia económica não só aumenta muito a mobilidade, que se reflete na qualidade e no estilo de vida destes indivíduos, mas também resulta em benefícios na poupança de tempo. Outra alternativa económica na mobilidade envolve a aquisição de títulos de transporte para os transportes públicos na AML. Esta alternativa é menos comum, e é aplicada sobretudo nos casos daqueles cuja residência principal é em Portugal.

5.3.4. Proteção Social

A saúde e a proteção social são fatores importantes da qualidade de vida na vivência transnacional, com implicações económicas. Na amostra em estudo, os indivíduos são sobretudo autónomos e aplicam os seus recursos económicos para garantir a proteção dos seus familiares. Os *arranjos económicos* da vivência transnacional destes angolanos envolvem o uso de seguros providenciados pelas empresas para as quais trabalham. Em alguns casos, esses seguros cobrem qualquer emergência de saúde que possa surgir, mesmo fora de Angola. A contratação de seguros de vida e seguro automóvel é comum entre os que são proprietários de imóveis em Portugal, e os que têm automóveis.

5.3.5. Agenciamento

A contratação de serviços de agências pelos interlocutores é mais comum nos processos de aquisição dos seus imóveis, e também no arrendamento dos mesmos. Este é um *arranjo económico* que permite poupar tempo na busca de habitação e na negociação da compra. Este arranjo foi aplicado em alguns dos casos analisados, e possibilitou a compra de imóveis a partir de Angola, dispensando a necessidade de deslocar. O agenciamento é um *arranjo económico* também adotado nos assuntos legais, sobretudo no pagamento de taxas e impostos relacionados a habitação. Visto que a dupla cidadania é comum na população em estudo, a situação legal destes indivíduos já está regularizada. Aqueles que estão no processo de requerer o título de residência são proativos nesse sentido, fazem-no sozinhos ou com o apoio de familiares, particularmente aqueles que estão a trabalhar em Lisboa. Os que transitam entre Angola e Portugal são os que consideram recorrer ao agenciamento e contratar o serviço de advogados de modo a agilizar este processo. Esta situação foi observada em apenas um caso, e, no entanto, o processo de requerimento do título de residência já estava a decorrer.

5.4. Dimensões da vivência transnacional

5.4.1. Integração Social

Conforme visto ao longo deste trabalho, as migrações são processos complexos, mais do que simples deslocamentos entre lugares de origem e destino. A própria categoria referida como “migrantes” é diversa e nela encontramos diferenças nas características dos indivíduos, tais como a motivação da migração, o país de origem, o gênero, etnia e outras (Mügge e Van de Haar, 2016). Ter estas diferenças em mente ajuda a entender como a integração no país anfitrião é diferente entre os migrantes.

A integração é um processo dinâmico e complexo, que começa com a chegada no país de destino. Durante o processo de integração os migrantes procuram obter a cidadania do país de destino, ou seja, ter os direitos sociais, econômicos e políticos. De acordo com Penninx e Garcés-Mascreñas (2016), “a integração social é o processo de assentar, de interagir com a sociedade anfitriã, e de intercâmbio social que segue a migração”. Esta breve introdução do conceito mostra que a integração não é algo que os migrantes conseguem rapidamente, mas é um processo que depende da interação entre migrantes e a sociedade do país de destino (desde indivíduos à grupos e instituições), e se dá com o passar do tempo. Este processo se dá nos diversos níveis, legal e político, social e econômico, e cultural e religioso. No grupo sobre estudo, o processo pode ser mais complexo e difere no sentido em que estão a equilibrar a vida em Lisboa e os laços fortes em Angola (Erdal e Oeppen, 2013).

A integração da população em estudo difere bastante entre indivíduos em grau e estágio de desenvolvimento, e, como um todo o grupo tende a diferir do processo de integração de outros imigrantes angolanos, de imigrantes PALOP e da CPLP. É verdade que os laços entre Angola e Portugal, as similaridades culturais e a língua comum, facilitam na integração social.

“Eu senti-me em casa confesso, quando fui a Lisboa. Ya, senti-me em casa, não foi difícil me adaptar. [...] e prontos, senti-me, senti-me em casa. [...] Olha, cheguei à Lisboa, epá, parecia ser que já estava em Luanda, parecia ser que já estava em casa”. Filipe.

No entanto, foi possível identificar nas entrevistas diferentes momentos ou etapas da integração social, que variam de acordo com a situação familiar, o histórico de deslocamentos à Lisboa, e a frequência e duração das mesmas. Além disso, o capital que os indivíduos estudados possuem, nas suas diferentes dimensões, torna diferente o seu processo de integração. Há ainda que considerar as características do indivíduo e a intensidade das práticas transnacionais.

O tempo passado em Portugal influencia bastante na integração social. Na população em estudo, os indivíduos que mais se sentem integrados são, sem dúvidas, aqueles que passaram tempo significativo em Portugal antes de se instalar ou adquirir imóvel no país. Entre estes estão os que estudaram e, ou, trabalharam no país no passado, e depois voltaram para Angola; também os que vieram a Portugal ter os seus filhos, e permaneceram no país durante os meses de gestação e pós-parto. Embora tenham voltado para Angola, levaram consigo o conhecimento que adquiriram em Portugal. Além destes, temos os indivíduos que são filhos de angolanos e portugueses. Embora tenham nascido em Angola, a ligação deles com é Portugal é maior do que a dos outros que são apenas filhos de angolanos devido aos seus familiares portugueses.

Uma análise da distribuição geográfica da população em estudo, de acordo com a área de residência, ou as áreas da cidade onde adquiriram imóveis, pode realçar aspetos importantes da sua integração social. O capital económico que caracteriza estes indivíduos, maior do que o de outros angolanos em Lisboa, permite que adquiram ou residam em imóveis de elevado padrão que, devido ao custo de aquisição ou de renda dos imóveis, está fora do alcance da maioria da classe média imigrante e portuguesa. Foi possível constatar, por indicação espontânea e por observação direta, que estes indivíduos com maior capital e recursos económicos tendem a ter uma distribuição geográfica mais ampla. Alguns dos locais onde residem estes indivíduos incluem a Urbanização do Infantado, também conhecida como Lezírias do Infantado, no Concelho de Loures, Ramada no Concelho de Odivelas, a Urbanização da Atalaia no Concelho da Amadora, Carregado no Concelho de Alenquer, Sobreda em Almada, e na Lourinhã. Algumas destas localidades são marcadamente habitadas por pessoas de estratos sociais elevados (mesmo quando se encontram próximas de áreas residenciais com forte presença de comunidades migrantes, como caso da Urbanização da Atalaia). Esta distribuição geográfica ampla pode ser indício de um exercício maior e mais pleno do direito de acesso a cidade, e maior assimilação desses indivíduos devido as características próprias já mencionadas. Ela resulta também do esforço de alguns de buscar o anonimato, e o sossego fora das principais áreas urbanas.

A influência da situação familiar na integração social é vista nos casos em que temos famílias com filhos menores a residir em Portugal. Quando os filhos estão incluídos no sistema de educação e de saúde, a integração social da família tende a ser maior, porque obriga a uma interação maior com a sociedade local. Exemplo disso é o caso da família do Michellin, que tem filhos menores matriculados em escolas no Concelho de Sintra, e participam em atividades desportivas no clube desportivo da sua área de residência. A família também está integrada na comunidade religiosa local. Este caso exemplifica como a dimensão cultural e religiosa da integração é alcançada mais facilmente por alguns.

Dentre os jovens adultos que cresceram em Angola encontram-se relatos de maiores dificuldades de se integrar na sociedade em Lisboa, sobretudo na adaptação às formas de estar e vestir, e aos

comportamentos locais. Isto está ligado sobretudo ligado ao contexto do ensino superior, como no caso do Rogério. Embora visite Portugal desde tenra idade, essas deslocções foram sobretudo visitas turísticas, de curta duração, com uma data de regresso definida. Isso é diferente de vir para Portugal para estudar, contexto em que o tempo de permanência no país é muito maior, e há maior necessidade de contato com a sociedade.

“[...] na minha universidade [...] não consigo manter uma conversa com um português. Não sei como iniciar uma conversa. [...] Não me sinto como se estivesse em Angola, não me sinto apoiado por eles. [...] Eu acho que eles, de uma certa forma, olham e dizem: ‘estrangeiro’. Por isso é que eu, cá, convivo mais com angolanos do que com portugueses [...] acho que há um certo bullying por ser estrangeiro [...] tive de mudar a minha maneira de ser, a minha maneira de agir, a minha maneira de vestir. Tive de mudar porque senão seria criticado [...] para poder me enquadrar, e mesmo assim não chega a ser suficiente. [...] quando cheguei cá, comecei a ser criticado na forma de vestir, sobre a marca de ténis que uso [...] criticado pelos amigos, no ambiente universitário, e até mesmo pelos familiares que já cá estavam. [...] mudei até a minha forma de andar [...]”.

Outro aspeto muito importante da integração social e económica em Lisboa tem que ver com o local de trabalho, e as oportunidades de trabalho. Um número muito reduzido dos entrevistados trabalha em Portugal, independente de terem dupla cidadania ou título de residência, enquanto a maioria trabalha em Angola, pelo que a integração no mercado de trabalho é baixa. Muitos sentem que não teriam as mesmas oportunidades de emprego em Portugal nos cargos e posições similares aos que ocupam em Angola, mesmo os que fizeram ou estão a fazer a sua formação académica em Portugal. Eles retornaram para Angola onde as perspetivas de emprego na área de formação são maiores. Isto está de acordo com descobertas de estudos anteriores que sugerem que os angolanos que buscam o ensino superior em Portugal, tendem a retornar ao país de origem (Alves, 2021). Esta é a realidade dentro da população em estudo, apesar de que muitos não tenham sequer tentado procurar trabalho localmente, por não sentirem a necessidade de o fazer. No entanto, permanece em muitos a perceção de que, se tal fosse necessário, não teriam igualdade de oportunidade.

Entrevistador: “[...] no vosso caso, como adultos, imaginem o mercado de emprego. Será que vocês seriam integrados, se sentiriam adaptados ao mercado de emprego de cá, de Portugal, Lisboa”?

Sandra: “Hum [...] aqui as oportunidades para os africanos, sobretudo no mercado de trabalho, é mais [...] restrito. Quer dizer, tem empregos específicos, como na limpeza e restauração [...] No entanto, para nós que somos bancários em Angola [...] não temos espaço. Se resolvemos vir e ficarmos aqui com os nossos filhos, eh, não, não é muito comum nós vermos bancários africanos [...] Então teríamos de ir para esses ramos que, que eu já citei. E nós não nos revemos ainda [...]”

nestes empregos que já citamos [...] se nós tivéssemos a oportunidade de ter os mesmos empregos [...] em termos profissionais, o mesmo escalão, com certeza que nós viríamos”.

Miguel, que tem muitos anos de experiência de migração, tanto em Portugal como em outros países de África e da Europa, diz que a vida do imigrante não é fácil, e que

“[...] o imigrante recebe aquilo que a oportunidade lhe oferecer. Você pode ter uma formação, mas tens de se contentar com aquilo que você encontra. O trabalho é diversificado, então você tem de pôr na cabeça que é: trabalhou ganhou, trabalhou ganhou, sem te importares pela formação que você tem, até porque os nacionais do próprio país também lutam. [...] os nacionais têm a sua formação, e é a esses que o governo dá prioridade para poderem trabalhar em funções administrativas e por aí. (Por)tanto, ‘Ou tem e come, e sobrevive, ou não tem e recua e cai na desgraça”.

A experiência de migração do Sr. Miguel mostrou-lhe que, quando chega ao país de destino, o imigrante não tem, a partida, a mesma oportunidade de se enquadrar nos altos cargos, mesmo que tenha a formação e a qualificação necessárias.

“não lhe é dada a oportunidade, independentemente da idade, independentemente do que você é. É muito difícil se enquadrar na administração desse país onde você está a procurar refúgio.”

Este relato está em linha com a opinião partilhada pela maioria dos entrevistados, que é evidência do sentimento enraizado na população em estudo. Apesar disso, importa mencionar os comentários sobre este assunto da parte de alguns entrevistados, visto que são de opinião diferente. Njinga trabalha em Portugal, e é da opinião que o acesso ao mercado de trabalho e as oportunidades não dependem da etnia, de ser *“branco ou negro”*, mas sim da *“capacidade individual de cada um, da sua entrega, e dos seus objetivos”*. Este é o seu pensamento, e pela sua experiência afirma que não sentiu dificuldades em conseguir emprego. Talvez a razão para a sua opinião diferente se deva as circunstâncias da sua migração.

5.4.2. Organização Social

A organização social na vivência transnacional é diversificada dentro da população em estudo. Os arranjos familiares nos casos analisados demonstram como as estratégias sociais são flexíveis e variadas. Nos casos mais comuns, as famílias organizam-se de forma a permanecer juntos mesmo quando se deslocam entre os dois países (25%).

Dentro desta amostra encontramos diferentes cenários para aqueles que escolhem ficar juntos:

- família que permanece unida e reside em Portugal enquanto os pais trabalham e os filhos estudam. Neste caso todos levam vidas menos transnacionais, uma vez que os pais estão empregados em Portugal e o rendimento primário vem de Portugal (10%). Os laços com Angola permanecem, mas num grau menor visto que a ligação com Portugal passa a ser o foco (*Eduardo e Njinga*).
- família que permanece unida e reside em Portugal enquanto os filhos estudam, mas os pais se mantêm os seus empregos de Angola, e trabalham remotamente (10%). Nestes casos a ligação aos dois países é de importância semelhante, e as práticas transnacionais são mais intensas que no caso anterior, uma vez que os rendimentos provêm de Angola e são transferidos para Portugal (*Ingrid e Raquel*).
- família que permanece unida enquanto todos passam a maior parte do tempo em Angola, mas transitam entre os dois países. Nas famílias que se enquadram neste cenário, os pais trabalham em Angola e os filhos menores estudam no ensino português em Angola (*Carla e Cláudio, Tiago, Filipe*).

Dentre as famílias que se separam encontramos estratégias diferentes. As famílias que se enquadram neste cenário mantêm ligações igualmente importantes com as duas sociedades, visto que, se por um lado Angola é o país de origem e onde estão as raízes, Portugal é o destino onde estas familiares estão a se estabelecer e onde, em muitos casos, pretendem residir no futuro. Durante o estudo foi possível encontrar os seguintes casos:

- família com filhos menores na qual o chefe de família leva a vida mais transnacional, transitando com maior frequência entre Angola e Portugal, enquanto a esposa em geral permanece com os filhos em Lisboa (20%). O chefe de família trabalha em Angola e envia remessas reversas para a família (Mazzucato, 2010), e se junta a esta durante as várias deslocações à Lisboa (*Calunga, Manuel, Marina, Michellin e Micaela*).
- família com filhos menores na qual os pais trabalham em Angola e ambos transitam entre os dois países. Os filhos mais crescidos permanecem aos cuidados de familiares enquanto estudam em Portugal. Os filhos mais novos permanecem aos cuidados dos pais e viajam com estes nas suas deslocações. Esta estratégia depende da idade dos filhos menores e da disponibilidade de familiares que os supervisionem na ausência dos pais (*Sandra e Samuel*).
- Jovens estudantes universitários hospedados na casa de familiares enquanto os pais permanecem em Angola (10%). Os pais enviam dinheiro aos filhos e visitam-nos nas suas deslocações à Portugal (*Rogério e Mário*). Os filhos viajam para Angola em ocasiões oportunas como nas pausas do ano letivo.

A gestão da vida familiar no contexto de vivência transnacional é complexa. Quando existe separação dos membros da família, nos cenários acima indicados, a forma de ligação na família consiste sobretudo de chamadas de voz e vídeos chamadas (redes sociais, 90%). Conforme amplamente reconhecido, os avanços nas tecnologias de comunicação tornaram mais fáceis estabelecer ligações remotas, de forma quase instantânea.

“Foi um dos grandes desafios [...] a barreira da distância, neste caso do pai para os miúdos e a mãe. A família nesse caso está distanciada. Outro desafio é manter a educação e a comunicação com os miúdos à distância, sendo eles menores e alguns deles estavam na fase de formação. Os mais novos, principalmente, estavam ainda na construção das suas personalidades”. Michellin

O advento das redes sociais e a facilidade de acesso a internet tornaram indispensável o uso de aplicações de comunicação como o WhatsApp e o Facetime. A frequência nas comunicações ente Angola e Portugal é diária. Outro aspeto da gestão da vida familiar mencionado em duas entrevistas, que envolve as famílias com crianças pequenas, em que elas permanecem em Portugal com a mãe, é o apoio de algum familiar ou parente jovem, ou jovem adulto. A gestão e cuidado do lar, junto com o cuidado das crianças, pode ser desafiante para as mães solteiras em teletrabalho, ou aquelas cujos maridos retornam a Angola para trabalhar. Em cada um destes casos, as mães fizeram-se acompanhar de uma jovem que ajudava nas tarefas domésticas.

Michellin e Micaela: “Tínhamos uma menina que nós criamos [...] uma filha de criação que viveu [...] connosco desde os 16 anos até há pouco tempo, mas abandonou-nos cá em Portugal. Viveu connosco em Luanda [...] mas depois, tão logo terminou o processo dela do visto, veio cá e juntam-se à mãe e os irmãos. Infelizmente [...] abandonou-nos.

Entrevistador: “Então ela veio com vocês...”

Michellin e Micaela: “Abandonou-nos, seguiu o seu rumo. Ela veio connosco para estudar cá e apoiarem-se com a mãe, uma vez que os miúdos eram pequenos e a mãe, sozinha, seria mais complicado articular a vida cá, mesmo que ela quisesse fazer alguma coisa, portanto. Sozinha era mais complicado, com mais uma pessoa em casa, adulta, que já era da família, então aí poderia articular-se melhor, mas infelizmente a miúda tomou o seu rumo já faz um ano”.

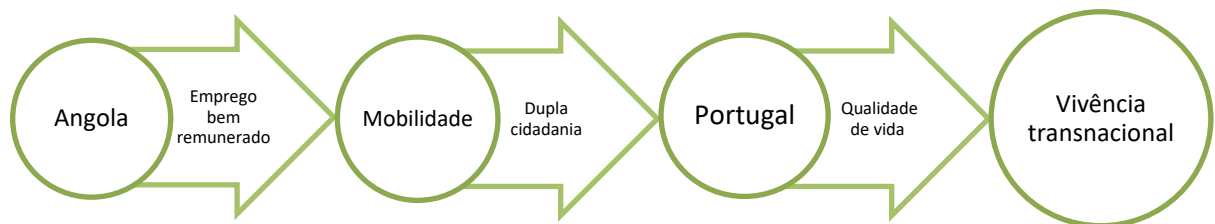
5.4.3. Complementaridade

Conforme Carling Et *al.*, (2021), a complementaridade na vivência transnacional resulta dos aspetos ou condições de cada país, que motivam ou tornam necessária a vivência transnacional. Neste caso, é sobretudo o resultado da diferença na provisão de trabalho e educação, entre outras provisões. A complementaridade tem ligação direta às motivações da migração que analisamos anteriormente.

A relação *rendimento vs. qualidade de vida* está na base da complementaridade na vivência transnacional dos migrantes angolanos em Lisboa. Angola providencia o trabalho, o meio de sustento, e Portugal providencia a qualidade e o estilo de vida, melhores infraestruturas (serviços e organizações básicos de uma sociedade), e a possibilidade de melhor educação.

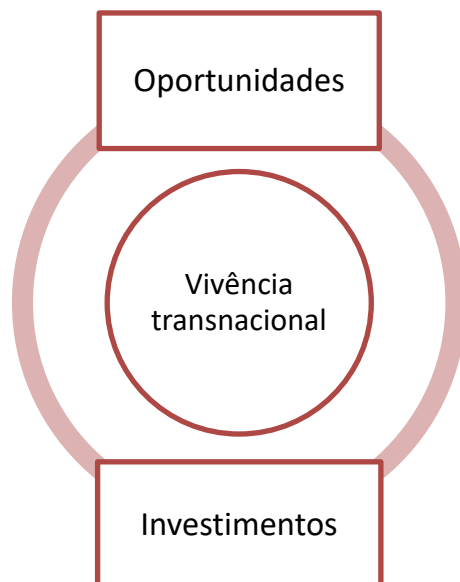
Os salários que grupo auferem em Angola são, comparativamente, superiores aos salários de que auferem a classe média portuguesa. Podemos sustentar tal afirmação se tivermos em mente as profissões, posições e cargos que a população em estudo desempenha em Luanda, e as áreas em que atuam. Portugal, por outro lado, proporciona melhor qualidade de vida que resulta do custo de vida mais baixo, quando comparado com o custo de vida em Luanda, e das condições sociais locais. Com os rendimentos de Angola, e adicionalmente alguma fonte de rendimento em Portugal, estes angolanos conseguem ter um estilo de vida diferente daquele que têm em Angola, sendo que em Portugal podem “desacelerar, rejuvenescer”, ter certa segurança e sossego. Mais do que isso, podem praticar determinadas atividades com os filhos e passar tempo de qualidade em família.

Então, podemos entender a complementaridade a partir da seguinte equação:



Além disso, a complementaridade pode ser vista na relação entre oportunidades e investimentos. A mobilidade superior que estes indivíduos têm devido ao estatuto legal em Portugal, em particular a dupla cidadania, e o seu capital económico superior devido aos seus rendimentos, lhes proporciona a *oportunidade* de *investir* fora de Angola. Neste caso particular, investir em Portugal. O mercado de emprego em Angola está aberto para aqueles que reúnem os requisitos necessários quanto as aptidões

técnicas, aqueles com alguma formação superior, académica. Essa educação é em si mesma uma forma de investimento, um investimento que os pais estão a fazer para o futuro dos seus filhos. A educação em Portugal atua como uma mais-valia, e fornece o capital social e cultural de que os filhos necessitam para ter hipóteses maiores de conseguir bons empregos nas áreas em que decidam trabalhar.



5.4.4. Equilíbrio

Visto que Angola e Portugal são países que contribuem de formas diferentes para a vivência transnacional dos indivíduos entrevistados, a complementaridade influencia nos laços com cada um deles. Se por um lado Angola é o país de origem, e Portugal o país de destino, o equilíbrio pode ser encontrado no aproveitamento das diferentes provisões de cada país.

A condição de vida destes indivíduos em Angola é superior ao da maioria da população no país, pelo que usufruem de certo conforto material quanto a qualidade de habitação e dos transportes particulares. Além disso, as condições e oportunidades de emprego, e as oportunidades de investimento em negócios são melhores em Angola. Por isso, aqueles que passam mais tempo em Portugal do que em Angola, em particular os que não cresceram em Portugal, sacrificam a qualidade e o conforto material que têm em Angola. Isto foi mencionado em alguns relatos, em particular por aqueles cujas condições de vida em Luanda incluem conforto material elevado. São indivíduos que possuem habitação de elevado padrão e veículos topo de gama. No entanto, estes indivíduos sacrificam esse conforto material pelas vantagens

que encontram nas provisões em Portugal, mesmo que isso signifique uma redução no padrão de vida, num curto período, enquanto se instalam no país. As vantagens obtidas acabam por superar os sacrifícios, sobretudo em assuntos ligados à saúde e bem-estar, a educação, a igualdade social e a segurança, coisas que melhoram a condição geral de vida, particularmente apreciadas por aqueles que são pais de filhos pequenos. Também o custo de vida mais baixo e o estilo de vida encontrados em Portugal, superam os sacrifícios, porque o conforto material relacionado a habitação e transporte próprio melhoram a longo prazo, a medida que mais recursos financeiros são aplicados em Portugal. Isso é facilmente visto na qualidade das habitações que adquirem, em função das localidades onde se instalam, e das melhorias que fazem nelas.

Os relatos obtidos nas entrevistas mostram como o equilíbrio na vivência transnacional destes indivíduos é obtido e consolidado com o passar do tempo através do usufruto das diferentes provisões de cada país.

5.4.5. Ritmo

O ritmo da vivência transnacional neste estudo, num cenário normal, antes da pandemia, é bastante diversificado. Conforme mencionado, a frequência de deslocações entre os países tem ligação com a situação legal em Portugal, sendo que aqueles que têm dupla cidadania se deslocam com maior regularidade. No entanto, uma análise da situação familiar dos indivíduos, e da sua situação laboral, quanto a se estão empregados em Angola ou Portugal, parecem ter influência maior do que a situação legal. Estes dois pontos afetam também a duração das deslocações e a sua sazonalidade, visto que a maioria dos entrevistados trabalha ou tem negócios em Angola.

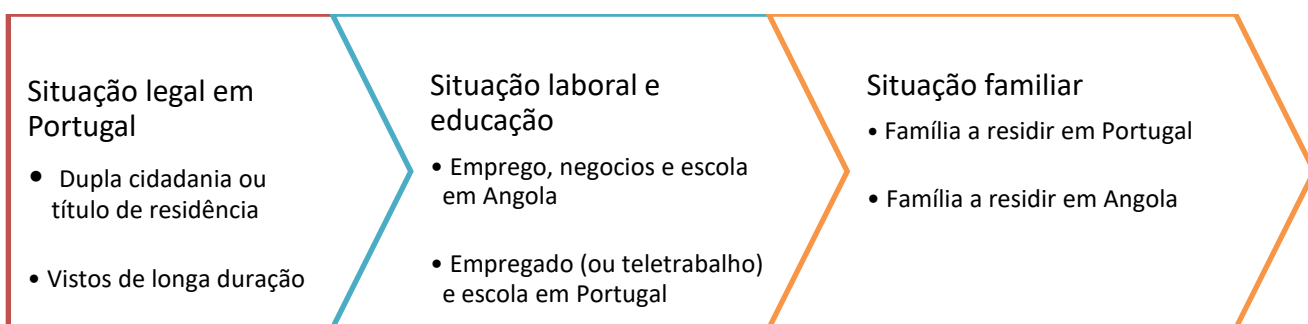
É importante lembrar que a família, especificamente o nascimento dos filhos e a educação dos mesmos, foram dos fatores mencionados que mais peso tiveram na decisão de alguns de sair de Angola. Portanto, a vida familiar tem influência no ritmo da vivência transnacional. Assim, nas famílias em que as esposas e filhos residem em Portugal, os homens têm necessidade acrescida de se deslocar a Portugal para compensar a sua ausência e passar todo o tempo possível com a família. Nestes casos, embora as deslocações possam ser mais frequentes, as estadias tendem a ser mais curtas devido a necessidade de retornar ao trabalho.

Nas situações em que encontramos jovens adultos que estão a estudar em Portugal, enquanto os seus pais continuam em Angola, a deslocação destes para Angola é menos frequente. Duas razões podem explicar este ritmo, sendo elas a duração do ano letivo, e o estatuto legal.

Nas famílias que permanecem em Angola, e em que os filhos frequentam o ensino português em escolas privadas de Luanda, a deslocação à Portugal tende a ser menos frequente. A duração das estadias tende,

no entanto, a ser mais longa, e pode ser observada certa sazonalidade, possivelmente associada aos períodos de interrupção escolar em Angola.

As famílias que permanecem em Portugal, empregados localmente ou em teletrabalho, e nas quais os filhos estão integrados nas escolas locais, as deslocações à Angola são menos frequentes. Esta situação foi observada sobretudo nos casos em que o estatuto legal ainda não era de residente. Nesses casos, sair de Portugal seria um risco que envolve despende tempo e recursos a obter novos vistos para entrar no país novamente. Apenas Raquel, que está em teletrabalho, foi exceção nestes casos, visto que tem dupla cidadania e pode se ausentar de Portugal sem problemas.



Conclusão

Avanços têm sido feitos nos estudos da migração. Novas formas de pensar sobre a migração são apresentadas e discutidas, e novos métodos e quadros conceituais são desenvolvidos. O conhecimento sobre as migrações tem aumentado a medida que novas abordagens a mobilidade e a migração são adotadas. Apesar disso, muito ainda permanece por descobrir sobre certas formas de migração de países do Sul Global. Num contexto de intensificação no controle sobre as deslocações de refugiados para as regiões desenvolvidas, que coexiste com uma quase falta de atenção e controle das saídas de países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, perdura uma visão limitada e parcial sobre a realidade atual das migrações e deslocações, e sobre quem realmente os migrantes são (McGarrigle, 2022; Knowles e Harper, 2009).

Nas décadas e anos mais recentes, um novo e crescente interesse tem incidido sobre as mobilidades privilegiadas e as migrações de pessoas relativamente ricas de países poderosos política e economicamente, para países menos desenvolvidos. Essas migrações, motivadas por fatores ligados a qualidade e o estilo de vida, têm sido associadas a determinado grupo de pessoas. São pessoas que não se identificam como migrantes, ou que não são vistos como tal, por razões relacionadas a raça e cidadania, que lhes confere certas formas de privilégio.

Este estudo procura contribuir para preencher a lacuna que existe sobre a mobilidade de pessoas privilegiadas nas migrações do Sul Global para o Norte Global. A mobilidade de angolanos com características sociais semelhantes as da classe média no Norte Global permite demonstrar como o privilégio também está presente nessas migrações. São angolanos privilegiados com a dupla cidadania e o passaporte europeu, que lhes confere maior mobilidade. Também, as migrações motivadas pelo estilo de vida não são exclusivas de determinada raça, ou de países historicamente bem posicionados na organização global das relações de poder. Podemos constatar que se encontram em Lisboa angolanos com capital social, cultural e económico que lhes confere maior agência dentro das estruturas sociais estabelecidas.

Estes angolanos adotam estratégias sociais e económicas que lhes permite manter laços e presença significativa entre Angola e Portugal. Eles transferem o seu capital económico e social e aplicam-no em Lisboa para alcançar o estilo de vida que idealizaram, e ao mesmo tempo conseguem melhorar a sua qualidade de vida. Neste sentido, o seu capital é móvel. A relação rendimento vs. qualidade de vida é o cerne da complementaridade na vivência transnacional, sendo que a qualidade de vida em Portugal é possibilitada pelos rendimentos em Angola.

Os principais drivers desta migração estão relacionados a vida familiar. O enriquecimento cultural dos filhos, através da educação, e o desenvolvimento adequado deles são os motivos que movem estes angolanos a adotar a vivência transnacional. Além disso, a experiência acumulada de migração, e o histórico de deslocações regulares para fora de Angola, também fazem parte do contexto desta migração.

Ao contrário daquilo que é comum em outras migrações de estilo de vida, estes angolanos privilegiados não se isolam da comunidade local nem evitam a integração social. Também não dependem das redes transnacionais da comunidade do país de origem, visto que, de modo geral, não procuram o contacto ativo com membros da comunidade angolana exceto familiares e conhecidos. Eles mantêm um estilo de vida, marcado pelo anonimato e individualismo, que os diferencia de qualquer das duas práticas mencionadas porque se assimilam na sociedade em Lisboa.

Este estudo demonstra a complexidade das estratégias económicas adotadas pelos entrevistados para sustentar a vivência transnacional. Algumas dessas estratégias se relacionam aquelas referidas por Erdal e Carling (2020), como na provisão dos meios de vida de familiares por meio da transferência de rendimentos, e no agenciamento no processo de aquisição de imóvel. Por outro lado, certas estratégias económicas destes angolanos diferem das observadas por estes autores, tais como a gestão autónoma das habitações por Homebanking, e a aplicação do capital económico para assegurar proteção social.

O contributo deste trabalho para o enriquecimento das migrações do Sul Global pode ser estendido ou reforçado através de análises mais aprofundadas a determinados aspetos da mobilidade destes angolanos. Um ponto que penso ser interessante de aprofundar são as diferenças na mobilidade entre géneros, e como a integração social e o processo da migração é vivido em ritmos e intensidades diferentes de acordo com o género. Também acredito que uma análise mais profunda dos diferentes contextos pessoais e familiares pode realçar e expor de forma mais detalhada as particularidades das estratégias transnacionais adotadas neste tipo de migração, sobretudo a transferência de capital de regiões em desenvolvimento para regiões desenvolvidas.

Estas são considerações a abordar a medida em que mais investigações são feitas sobre a mobilidade das camadas privilegiadas dos países em desenvolvimento. O privilégio no estudo das migrações, no nível macro, pode ser útil também quando abordado do ponto de vista do estatuto ou classe social. Ele não depende apenas da cidadania e da raça. Quando consideramos a classe social, vemos melhor as desigualdades que existem dentro da mesma sociedade, e não apenas entre regiões do mundo, e também percebemos como comportamentos, aspirações e ideologias são comuns entre indivíduos de raças e regiões diferentes do mundo.

Referências

- ALVES, E. (2021). *Angolan and Cape Verdean students in Portuguese higher education: motivations and mobility strategies* [Estudantes angolanos e cabo-verdianos no ensino superior português: motivações e estratégias de mobilidade] [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/52497>
- BAGANHA, M. I. (2009). *The Lusophone Migratory System: Patterns and trends* [O Sistema Migratório Lusófono: Tendências e padrões]. *International Migration* 47(3), 5 – 20. <https://doi:10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x>
- BANCO DE PORTUGAL (2021). *Evolução da Economia dos PALOP e de Timor-Leste 2020|2021*. Lisboa: Banco de Portugal, 2021. <https://www.bportugal.pt>
- BASCH, L., Schiller, N.G., & Blanc, C.S. (1994). *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicament, and Deterritorialized Nation-States* [Nações desamarradas: projetos transnacionais, a situação póscolonial, e estados-nação desterritorializados]. Gordon and Breach: Langhorne, PA, USA, 7
- BENSON, M. & O'Reilly, K. (2009). *Migration and the search for a better way of life: A critical exploration of lifestyle migration* [Migração e a busca por um modo de vida melhor: uma exploração crítica da migração de estilo de vida]. *The Sociological Review*, 57(4), 608–625.
- BENSON, M. (2012). *The British in rural France: Lifestyle migration and the ongoing quest for a better way of life* [Os britânicos na França rural: migração de estilo de vida e a busca contínua por melhores modos de vida]. Manchester: Manchester University Press.
- BENSON, M. (2013). *Postcoloniality and Privilege in New Lifestyle Flows: The Case of North Americans in Panama* [Pós-colonialidade e Privilégio nos Novos Fluxos de Estilo de Vida: O Caso dos Norte Americanos no Panamá]. *Mobilities* 8(3), 313-330.
- BENSON, M. (2014). *Negotiating privilege in and through lifestyle migration* [Negociando o privilégio na e através da migração de estilo de vida]. In M. Benson & N. Osbaldiston (Eds.) *Understanding lifestyle migration*, pp. 47-69.
- BENSON, M., & O'Reilly, K. (2016). *From lifestyle migration to lifestyle in migration: Categories, concepts and ways of thinking* [De migração de estilo de vida para estilo de vida na migração: categorias, conceitos e formas de pensar]. *Migration Studies*, 4(1), 20-37.

- BIASUTTI, N. B. (2020). *Migração de reformados do “Sul Global” ao “Norte Global”*: Portugal como destino dos reformados brasileiros [Migration of pensioners from the “Global South” to the “Global North”: Portugal as a destination for Brazilian pensioners] [Dissertação de Mestrado, Universidade Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/43274>
- BOTTERILL, K. (2017). *Discordant lifestyle mobilities in East Asia: Privilege and precarity of British retirement in Thailand* [Mobilidades de estilos de vida discordantes no leste da Ásia: privilégio e precariedade da aposentadoria britânica na Tailândia]. *Population, Space and Place*, 23(5), 1–11.
- CASTLES, S. (2010). *Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective* [Entendendo a Migração Global: Uma Perspetiva de Transformação Social]. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), pp. 1565-1586.
- CANDEIAS, P., Malheiros J., Marques, J. C., & Liberato, E. (2019). *Portuguese Emigration to Angola (2000-2015): Strengthening a Specific Postcolonial Relationship in a New Global Framework?* [Emigração portuguesa para Angola (2000-2015): Fortalecimento de uma relação pós-colonial específica num novo quadro global?]. In C. Pereira, & J. Azevedo (Eds.), *New and Old Routes of Portuguese Emigration* (pp. 209-235). IMISCOE
- CARLING J., Erdal, M. A., & Talleraas, C. (2021). *Living in two countries: Transnational living as an alternative to migration* [Viver em dois países: vivência transnacional como alternativa a migração]. Wiley. <https://doi.org/10.1002/psp.2471>
- CROUCHER, S. (2007). *They Love Us Here: American Migrants in Mexico* [Aqui nos amam: migrantes americanos no México]. *Dissent*, Winter, pp. 69–74.
- CROUCHER, S. (2009). *The Other Side of the Fence: American Migrants in Mexico* [O outro lado da cerca: migrantes americanos no México]. University of Texas Press: Austin, TX, USA.
- CROUCHER, S. (2012, Março). *Privileged mobility in an age of globality* [Mobilidade privilegiada na era da globalidade]. *Societies*, 2(1), 1-13. <https://www.mdpi.com/journal/societies>
- DEVERTEUIL, G. & manley, D. (2017). *Overseas investment into London: Imprint, impact and pieda-terre urbanism* [Investimento de além-mar em Londres: Impressão, impacto e urbanismo pieda-terre]. *Environment and Planning A*, 49(6), pp. 1308-1323
- ERDAL, M. A., Oeppen, C. (2013). *Migrant Balancing Acts: Understanding the Interactions Between Integration and Transnationalism* [Atos de Equilíbrio dos Migrantes: Entendendo as Interações entre Integração e Transnacionalismo]. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39(6), pp. 867-884, DOI: 10.1080/1369183X.2013.765647

- ERDAL, M. A., Carling, J. (2020). *New economics of transnational living* [Nova economia da vivência transnacional]. Wiley. <https://doi.org/10.1002/psp.2410>
- EREL, U, Murji, K & Nahaboo, Z 2016, 'Understanding the contemporary race–migration nexus', [Entendendo o nexo raça-migração contemporânea]. *Ethnic and Racial Studies*, V39(8), pp. 1339-1360. DOI: 10.1080/01419870.2016.1161808
- ESPÍRITO-SANTO, I. (2017). Migrações e segregação, *OEm Conversations With*, 6, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. Doi 10.15847/CIESOEMCW062017
- FETCHER, A. & Walsh, K. (2010). *Examining 'Expatriate' Continuities: Postcolonial Approaches to Mobile Professionals* [Examinando Continuidades 'Expatriadas': Abordagens Pós-coloniais para Profissionais Móveis]. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36:8, 1197-1210, DOI: 10.1080/13691831003687667
- GIBBS, G. R. (2007). *Qualitative Research kit: Analyzing qualitative data*. London, England: SAGE Publications Ltd.
- GIDDENS, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the Late Modern Age* [Modernidade e identidade própria: o próprio e a sociedade na Idade Moderna Avançada]. Oxford, UK: Polity Press.
- GRAHAM, E. (2000). *What kind of theory for what kind of population geography?* [Que tipo de teoria para que tipo de geografia populacional]. *Population, space and place*, 6(4), 257-272.
- GREEN, P. (2014). 'Contested Realities and Economic Circumstances: British Later-Life Migrants in Malaysia' [Realidades contestadas e circunstâncias econômicas: migrantes britânicos em idade avançada na Malásia]. In Janoschka, M. and Haas, H. (eds) *Contested Spatialities: Lifestyle Migration and Residential Tourism*, pp. 145–57. London: Routledge.
- GUSTAFSON, P., & Cardozo, A. E. L. (2017). *Language use and social inclusion in international retirement migration* [Uso do idioma e inclusão social na migração internacional de aposentados]. *Social Inclusion*, 5(4), 69–77. <https://doi.org/10.17645/si.v5i4.1133>
- HAYES, M. (2015). *Moving south: The economic motives and structural context of North America's emigrants in Cuenca, Ecuador* [Movendo-se para o sul: os motivos econômicos e o contexto estrutural dos emigrantes da América do Norte em Cuenca, Equador]. *Mobilities*, 10(2), 267–284.
- HAYES, M. (2021). *A global sociology on lifestyle migrations* [Uma Sociologia Global sobre Migrações de Estilo de Vida]. In J. Dominguez-Mujica, J. McGarrigle, & J. M. Parreño (Eds.), *International residential Mobilities: From lifestyle migrations to tourism gentrification*. Springer

HOEY, B. (2005). *'From Pi to Pie: Moral Narratives of Noneconomic Migration and Starting Over in the Postindustrial Midwest'*, [Do Pi a tarte: Narrativas morais de migrações não económicas e o recomeçar no Midwest pós-industrial]. *Journal of Contemporary Ethnography*, 34(5), 586–624

INE Portugal. (2021). *Estatísticas Demográficas 2020*. Lisboa: INE, 2021
<https://www.ine.pt/xurl/pub/442993507>

KING, R. (2012). *Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer* [Teorias e tipologias da migração: uma visão geral e uma cartilha]. Willy Brandt Series of Working Papers, 3/12. Malmo: University of Malmo <http://www.mah.se/upload/Forskningscentrum/MIM/WB/WB%203.12.pdf>

KING, R. (2018). *Theorising new European youth mobilities* [Teorizando novas mobilidades juvenis europeias]. *Population, Space and Place*, 24(1), 1–12.

KNOWLES, C. & Harper, D. A. (2009). *Hong Kong: migrant lives, landscapes, and journeys* [Hong Kong: vidas de migrantes, paisagens e percursos], University of Chicago Press, Chicago.

KUNZ, S. (2018). *'Making space' in Cairo: Expatriate movements and spatial practices* [Abrindo espaço no Cairo: movimentos e praticas espaciais dos expatriados]. *Geoforum*, 88, 109-117.

KUNZ, S. (2020). *Expatriate, migrant? The social life of migration categories and the polyvalent mobility of race* [Expatriado, migrante? A vida social das categorias migratórias e a mobilidade polivalente da raça], *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(11), 2145-2162, DOI: 10.1080/1369183X.2019.1584525

LEE, E. (1966). *A Theory of Migration* [Uma Teoria da Migração]. *Demography* 3 (1): 47–57.

LEVITT, P. (2001). *Transnational migration: Taking stock and future directions* [Migração transnacional: fazendo um balanço e direções futuras]. *Global Networks*, 1(3), 195–216. <https://doi.org/10.11>

MARQUES, J. C., & Góis, P. (2011). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*, (24), pp. 214–219.

MASSEY, D., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, E. J. (1993). *Theories of International Migration: A Review and Appraisal* [Teorias da Migração Internacional: Uma revisão e Avaliação]. *Population and Development Review*, 19 (3), pp. 431-466.

MAZZUCATO, V. (2010). *Reverse remittances in the migration-development nexus: two ways flows between Ghana and the Netherlands* [Remessas reversas na relação desenvolvimento-migração: fluxo de dois sentidos entre Gana e Holanda]. *Population, Space and Place*, Vol. 17 (5), 454-468
<https://doi.org/10.1002/psp.646>

MCGARRIGLE, J. (2022). *Lifestyle Migration* [Migração de Estilo de vida]. In Scholten, P. (Eds) *Introduction to Migration Studies. An Interactive guide to the literatures on migration and migration-related diversities*. Springer Nature Switzerland AG.

MENDES, M. F., Santo, J. R., & Rego, C. (Agosto, 2011). *Imigrantes Angolanos em Portugal: breve caracterização e contributo para a dinâmica populacional* [Angolan immigrants in Portugal: brief characterization and contribution to population dynamic] [Paper presentation]. XI Congresso Luso Africano Brasileiro de Ciências Sociais – “Diversidades e (Des)Igualdades” [XI Portuguese-African Congress of Social Sciences – “Diversity and (In)Equalities”], Bahia, Brasil.

MÜGGE, L. & Van der Haar, M. (2016). *Who is an Immigrant and Who Requires Integration? Categorizing in European Policies* [Quem é um imigrante e quem requer integração? Categorização nas políticas europeias]. In B. Garcés-Masareñas & R. Penninx (Eds.) *Integration Process and policies in Europe, Contexts, Levels and Actors* (pp. 77 – 90). IMISCOE

OLWIG, K. F. (2007). *Privileged travelers? Migration narratives in families of middle-class Caribbean background* [Viajantes privilegiados? Narrativas de migração em famílias de classe média de origem caribenha]. In V. Amit (Eds.), *Going first class?: New approaches to privileged travel and movement* (pp. 87 - 101). New York: Berghahn Books

O'REILLEY, K. (2007). *Intra-European migration and the mobility-enclosure dialectic* [A migração intra-europeia e a dialética mobilidade-fechamento]. *Sociology*, 41(2), 277–293. <https://doi.org/10.1177/0038038507074974>

PARKER, C., Scott, S., & Geddes, A. (2019). *Snowball Sampling* [Amostragem de bola de neve]. SAGE Research Methods Foundations. <http://dx.doi.org/10.4135/>

RAVENSTEIN, E. G. (1889). *The Laws of Migration* [As leis da migração]. *Journal of the Royal Statistical Society*, 52 (2), 241-305

ROBINS, Daniel. (Maio, 2019). *Lifestyle migration from the Global South to the Global North: Individualism, social class, and freedom in a centre of “superdiversity”* [Migrantes de estilo de vida do Sul Global para o Norte Global: individualismo, classe social, e liberdade em um centro de “superdiversidade”]. *Population, Space and Place*, Vol. 25 (6). <https://doi.org/10.1002/psp.2236>

SALDANA, J. (2009). *The coding manual for qualitative researchers* [Manual de codificação para pesquisas qualitativas]. Los Angeles, CA: SAGE.

SCHILLER, N. G. & Salazar, M. B. (2013). *Regimes of Mobility Across the Globe* [Regimes de Mobilidade em todo o mundo], *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39:2, 183-200, DOI: 10.1080/1369183X.2013.723253

SEF-GEPF, Ribeiro, M., Estrela, J., Rosa, Ana., Cruz, M., Miranda, S., Sousa, P., Machado, R. (Junho, 2019). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018. Serviço de estrangeiros e Fronteiras <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

SEF-GEPF, Machado, R., Reis, S., Esteves, S., Sousa, P., Rosa, A. (Junho, 2020). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019. Serviço de estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>

SEF-GEPF, Reis, S., Sousa, P., Machado, R. (Junho, 2021). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020. Serviço de estrangeiros e Fronteiras. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf>

SHAMIR, R. (2005). *Without Borders? Notes on Globalization as a Mobility Regime* [Sem Fronteiras? Notas sobre a globalização como regime de mobilidade]. *Sociological Theory*, 23(2), pp. 197–217.

STEPHENS, N. M., Markus, H. R.s & Townsend. S. S. M. (2007). *Choice as an act of meaning: The case of social class*. [A escolha como ato de significação: o caso da classe social]. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93(5), 814-830. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.93.5.814>

STORR, J. (Fevereiro, 2017). *Living here, working there: Elite migrants at the interstices of global trade and culture* [Viver aqui, trabalhar lá: elites migrantes nos interstícios do comércio e da cultura globais]. *Global Media Journal*, 15(No.28:58), 1 – 11. <http://www.globalmediajournal.com/>

TORRESAN, A. (2012). *A middle class besieged: Brazilians' motives to migrate*[Uma classe média sitiada: os motivos dos brasileiros para migrar]. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 17(1), 110–130. <https://doi.org/10.1111/j.1935-4940.2012.01193.x>

VAN HEAR, N. (1998). *New Diasporas: The Mass Exodus, Dispersal and Regrouping of Migrant Communities* [Novas diásporas: O êxodo em massa, dispersão e reagrupamento das comunidades migrantes]. London: UCL Press.

VAN HEAR, N., Bakewell, O., & Long, K. (2018.) *Push-pull plus: reconsidering the drivers of migration* [Atracção-repulsão avançada: reconsideração dos fatores motores da migração]. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44:6, 927-944

VERTOVEC, S. (1999). *Conceiving and researching transnationalism* [Conceber e pesquisar o transnacionalismo]. *Ethnic and Racial Studies*, 22:2, 447-462, DOI: 10.1080/014198799329558

WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World-System* [O sistema mundo moderno]. New York: Academic Press

WILLIAM, A. (2015). *Conducting Semi-Structured Interviews* [Dirigindo entrevistas semiestruturadas]. In Katryn E. Newcomer, Harry P. Hatry, & Joseph S. Wholey (Eds. 4), *Handbook of Practical Program Evaluation*, (pp. 492-505). Jossey-Bass

Anexos

Guião de entrevistas

Introdução

O presente guião serve como ponto de partida para entrevistas semiestruturadas. Em forma de conversa informal, podemos juntos analisar e rever as repostas previamente dadas às perguntas abaixo. Uma vez realizada a entrevista e revistas as respostas, as mesmas serão analisadas e publicadas no seguimento do projeto de tese a que me propus. O anonimato será preservado em todos os momentos.

Parte 1. **Aspetos da vida pessoal/background** - aspetos da vida pessoal como origem e ancestralidade, formação e atividade profissional que possam constituir formas de capital (capital cultural, social e económico) que proporcionem vantagens, influenciem o estatuto social, e atribuam características de *elite*.

1. Formação e emprego – grau académico e formação profissional
2. Situação social e condição de vida em Angola
3. Cidadania
 - a. Tem cidadania europeia, possui título de residência ou outro documento que facilite a mobilidade entre Angola e Portugal?
4. História migratória - motivações e experiências
 - a. Em que outro país viveu além de Angola?
 - i. Porque migrou para esses países?
 - ii. Quanto tempo viveu nestes países?

Parte 2. **Migração transnacional** –Preparativos para migração. Averiguar os fatores que levaram a adoção deste estilo de vida de migrante transnacional, e que facilitaram esse processo (a. Investimentos, emprego, formação e educação, custo e qualidade de vida).

1. O que o levou a migrar para Portugal e se instalar em Lisboa?
 - a. Qual a frequência de deslocações entre Angola e Portugal ou outro país?
2. Como imaginava ser migrar para Lisboa, e que expectativas tinha ao migrar?
3. Que fatores influenciaram na escolha de Lisboa/Portugal (ex: ligação histórica e cultural, visitas anteriores ao país)?

4. Teve apoios na deslocação para Lisboa (ligações com intermediários no destino como ligações com residentes locais, laços empresariais, etc.)?
5. Que tipo de dados ou informação procurou saber antes de se mudar para Lisboa (documentação, emprego, questões de saúde, cuidados infantis e educação, habitação, outros benefícios)?
 - a. Como obteve essa informação?

Parte 3. **Integração em Lisboa** – Analisar aspetos ligados à identidade e assimilação na sociedade em Lisboa. Será que os migrantes transnacionais se sentem parte da sociedade lisboeta ou se sentem alienados (*blackness*)?

1. Desafios na adaptação a vida em Lisboa
 - a. Sente-se acolhido em Lisboa?
 - b. Com base nas suas características pessoais, sente-se incluído?
 - i. Tem o mesmo acesso ao emprego e serviços que os nativos?
2. Como se tem sustentado em Lisboa?
 - a. Manteve o padrão de vida e hábitos de consumo?
3. Que tipos de apoio que recebe em Lisboa (segurança social, planos e seguros de saúde)?
4. Situação pessoal após chegar a Lisboa
 - a. Que mudanças houve na família?
 - b. Algum membro da família se juntou a você ou partiu
 - i. Como? Por que motivo?
5. Lugares que frequenta em Lisboa
 - a. Que lugares ou tipo de lugares frequenta em Lisboa?
 - b. Que tipo de atividades pratica?
 - i. Atribui algum significado simbólico ou representatividade a esses lugares e atividades?
6. Ligação a comunidade angolana
 - a. O local em que reside em Lisboa fica no seio da comunidade angolana?
 - b. Participa em eventos e atividades junto da comunidade angolana, ou que sejam promovidos por entidades ligadas à comunidade angolana?

Parte 4. **Práticas transnacionais** – Que formas de atividades transnacionais pratica.

1. Como se mantém ligado à Angola (envio de remessas, vídeo chamadas, trabalho remoto/teletrabalho)?
2. Tem algum investimento (terras, imóveis, negócios)?
3. Habitação fora de Lisboa (em Angola ou noutro país)
 - a. Como gere a habitação quando está ausente (aluga ou fica vazia)?
 - b. Recorre a agências?

Parte 5. **Alvos para o futuro**

1. Onde se imagina nos próximos anos?
2. Como planeja viver no futuro?